



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**O COLLÉGIO DE EDUCANDOS ARTÍFICES – 1865-1874: A INFÂNCIA
DESVALIDA DA PARAÍBA DO NORTE**

GUARACIANE MENDONÇA DE LIMA

JOÃO PESSOA, AGOSTO, 2008

**O COLLÉGIO DE EDUCANDOS ARTÍFICES – 1865-1874: A INFÂNCIA
DESVALIDA DA PARAÍBA DO NORTE**

GUARACIANE MENDONÇA DE LIMA

Orientador: ANTONIO CARLOS FERREIRA PINHEIRO

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em História,
do Centro de Ciências Humanas, Letras e
Artes da Universidade Federal da Paraíba –
UFPB, em cumprimento às exigências para
obtenção do título de Mestre em História,
Área de Concentração em História e
Cultura Histórica.

JOÃO PESSOA – PB
2008

Guaraciane Mendonça de Lima

**O COLLÉGIO DE EDUCANDOS ARTÍFICES – 1865-1874: A INFÂNCIA
DESVALIDA DA PARAHYBA DO NORTE**

Banca examinadora da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Avaliado em _____ com média _____

Prof^o Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro
Orientador

Prof^a Dr^a Maria Inês S. Stamatto
Convidado externa

Prof^a Dr^a Cláudia Engler Cury
Convidada interna

Prof^a Dr^a Marlucia Menezes de Paiva
Convidada externa (Suplente)

Prof^a Dr^a Vilma de Lurdes Barbosa de Sousa
Convidada interna (Suplente)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe, Maria de Fátima Mendonça. Uma mulher que para mim é um exemplo de dedicação e coragem. Mulher guerreira, lutadora, que nunca se deixou levar pelas adversidades. Sempre encarou a vida com valentia, esperança, amor e fé. Mãe amorosa, sempre soube quando reprimir, aconselhar e afagar.

Com ela aprendi que a melhor forma de superar os obstáculos é enfrentando-os de frente. Em minha caminhada me ensinou a ser criança, menina e mulher. Mostrou-me que a vida só é difícil para quem tem medo de viver. É com muito carinho que lhe dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

- Agradeço primeiramente a Deus por sempre estar ao meu lado e por nunca permitir que eu viesse a desistir de meus objetivos.
- As minhas fiéis irmãs e amigas, Guaracy Mendonça, Kelly Cristiane, Elimar Alves e Nayana Mariano por estarem sempre presentes com total disposição para ajudar.
- A Edvaldo do Nascimento pela força, compreensão e amor em todos os momentos.
- Ao professor Antonio Carlos que se mostrou sempre paciente, dedicado, atencioso e disposto a ajudar.
- Aos companheiros do Grupo de Estudo em História da Educação na Parahyba Imperial, com os quais dividi as divertidas e empoeiradas tardes e manhãs no Arquivo Histórico do Estado da Parahyba – FUNESC.
- A professora Cláudia Engler Cury pelo carinho com que sempre me recebeu e por tão gentilmente aceitar participar da banca de Qualificação e de Defesa.
- A professora Inês Stamatto, por contribuir com este trabalho na Qualificação, e por mais uma vez aceitar participar da banca de Defesa.
- As professoras Vilma de Lurdes Barbosa e Marlucia Menezes pela atenção em aceitar o nosso convite.
- Aos membros do Colegiado do PPGH pelas aulas que tanto contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho e para o meu crescimento pessoal.
- A secretária do PPGH, Virgínia, sempre muito atenciosa, educada e amável.
- Aos meus colegas de turma, muitas saudades.
- Aos funcionários da FUNESC, que sempre nos receberam com muita presteza e atenção.
- A João Victor, meu filho, que sempre me fez sorrir, mesmo nos momentos mais difíceis.
- Ao meu pai, Guaracy, por toda atenção e carinho.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTOS	ii
SUMÁRIO	iii
LISTA DE QUADROS	iv
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
INTRODUÇÃO	1
1. A CRIANÇA E A INFÂNCIA NO SÉCULO XIX E NO COLLÉGIO DE EDUCANDOS ARTÍFICES DA PARAHYBA DO NORTE	
1.1 - As crianças e a infância: conceitos emergentes da cultura histórica educacional	15
1.2 - A criança desvalida no século XIX	20
1.3 - O trabalho como referencial: a necessidade de uma nova concepção para o trabalho	22
2. O COLLÉGIO DE EDUCANDOS ARTÍFICES: DAS DISCUSSÕES ACERCA DE SUA FUNDAÇÃO ATÉ O MOMENTO DE SUA ESTRUTURAÇÃO (1865-1874).	
2.1 - O processo de construção da sede do Collégio de Educandos Artífices (1865-1866)	35
2.2 - Os funcionários e o desempenho de suas funções	39
2.3 - A problemática do fornecimento de materiais e gêneros alimentícios	43
2.4 - A infância pobre e o processo de admissão no Collégio de Educandos Artífices	49
2.5 - Os educandos artífices e suas enfermidades	52
3. AS PRÁTICAS INSTRUÇÃOAIS DO COLLÉGIO DE EDUCANDOS ARTÍFICES: ELEMENTOS DE UMA CULTURA HISTÓRICA ESCOLAR	
3.1 – Breves considerações relativas à organização da instrução na Parahyba do Norte	56
3.2 – As questões disciplinares e os métodos punitivos	60
3.3 – Métodos de ensino e indícios de aprendizagens	68
3.4 – O fim de uma experiência destinada à infância desvalida no século XIX: O fechamento do Collégio de Educandos Artífices	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFEÊNCIAS	87
ANEXO	

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Lista das províncias e os anos de criação das escolas de educandos artífices entre os anos de 1840-1874.....34

Quadro 2 - Tabela dos Gêneros alimentícios e outros diversos consumidos no Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte.....46

Quadro 3 - Tabela dos produtos fabricados pelos educandos do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte nos anos de 1868.....47

Quadro 4 - Quadro do número de educandos admitidos no Collégio de Educandos Artífices durante os anos de 1866 a 1874.....51

Quadro 5 - Mapa dos alunos que freqüentam a aula de instrução primária do Collégio de Educandos Artífices da Província da Parahyba do Norte nos anos de 1866 e 1867...72

Quadro 6 - Resumo do Balanço Provisório do Tesouro Provincial da Parahyba do Norte de Janeiro a Dezembro do exercício de 1869.....78

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a condição da criança e da infância no contexto de crise econômica e social pela qual passou a Província da Parahyba do Norte, tomando como referência o período de funcionamento do Collégio de Educandos Artífices de 1865 a 1874.

A referida instituição foi criada por Lei Provincial no ano de 1859 e tinha por objetivo prestar instrução de primeiras letras e dar formação voltada para o trabalho à infância desvalida. Escrever essa história se constituiu um desafio no sentido de percebermos como foi elaborada uma cultura histórico educacional, no que concerne especialmente, a educação profissional voltada para as crianças de uma determinada *classe* que foi constituída a partir das vivências econômicas, sociais e, particularmente, culturais, conforme nos orientou Thompson (1987).

Ao estudarmos a referida instituição buscamos responder aos seguintes questionamentos: Quem eram as crianças que ingressavam no Collégio? De onde advinham os recursos para a manutenção da instituição? Quais os interesses do governo provincial ao criá-la? Que demandas econômicas sociais e culturais motivaram a sua criação? Assim, elaboramos nossa análise a partir dos referenciais teóricos e metodológicos propugnados pela história social e cultural na perspectiva concebida por Burke (2005).

Foram utilizadas fontes primárias, isto é, manuscritos referentes ao Collégio de Educandos Artífices, tais como: relatórios, ofícios, termos de contratos, balancetes, pertencentes ao acervo do Arquivo Histórico do Estado da Paraíba – FUNESC. Também foram utilizados os regimentos, regulamentos e normatizações referentes à instrução pública e particular produzidos na Parahyba do Norte. Fontes secundárias tais como: livros e artigos que tratam sobre a temática, foram de grande valia para realizarmos as interlocuções com outras instituições do mesmo gênero localizadas em outras províncias do Império brasileiro.

Concluimos nosso estudo indicando a importância que teve essa instituição para o desenvolvimento de ofícios destinados à formação da infância desvalida na Parahyba do Norte, no oitocentos, constituindo-se, portanto, um importante exemplo acerca da educação profissional no Brasil e, mais particularmente, na Paraíba republicana.

Palavras-chave: Criança, Infância, Ensino de Ofício, Cultura Escolar

ABSTRACT

The present work has as purpose to analyse the condition of the children and their childhood in the context of the economic and social crisis, experienced by the “Província da Parahyba do Norte”. As reference we present the period of working of “Collégio de Educandos Artífices” from 1865 to 1874.

This institution was created by “Lei Provincial” in 1859 and had as objective to teach elementary studies of letters, giving education to the work of the abandoned childhood. To write this story represented a challenge, mainly, because we had to realize how it was formed a historical education culture especially a professional education, focusing in children of a determined class at the same time constituted for an economic social and cultural experience, advised by Thompson (1997).

Studying this mentioned institution, we tried to answer the following questions: Who were the children that became members in school? Where did the resources to the maintenance of the institution come from? What were the interest of the provincial government when created it? Which did economic social and cultural demands motivated it? This way we produced our analysis from theoretical references and methods defended for the social and cultural history in the perspective conceived by Burke (2005).

Elementary sources were used, in other words, manuscripts regarding “Collégio de Educandos Artífices”, such as: reports, written and formal communication, contractual terms and trial balance which belong to collection of the historical archives of state of Paraíba – FUNESC. Besides we utilized the regiment, regulations and norms considering the public instruction, in particular produced in “Parahyba do Norte”. Secondary sources including books and articles related to the theme, were very important to realize the communication with other similar institution, located in other provinces of Brazilian Empire.

Finally we conclude our studies indicating the importance which had this institution to the development of trades intended to formation of the abandoned childhood in “Parahyba do Norte” in eight hundreds, constituting therefore an important forerunner of the professional education in Brazil, mainly, in republican Paraíba.

Key words – children, childhood, teaching of trade, education culture

INTRODUÇÃO

O objeto de nosso trabalho surgiu no decorrer da pesquisa realizada no Arquivo Histórico do Estado da Paraíba¹ durante a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado no término da Licenciatura Plena em História² da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Durante a realização do trabalho monográfico foi possível percebermos uma enorme lacuna no que concerne a história da criança e da infância na Paraíba. Esta lacuna pode estar ligada ao fato de que os estudos sobre a criança e a infância no Brasil ainda são muito recentes. Conforme analisa Rizzini (2008):

Na Europa e nos Estados Unidos encontramos hoje uma farta literatura sobre a história da infância e da assistência às crianças abandonadas e pobres. A discussão trava-se no debate sobre a pobreza e a questão social e no âmbito das análises sobre a filantropia e as origens do *welfare state*. No Brasil, apenas recentemente a história da criança tornou-se temática privilegiada de estudiosos. (p. 19)

Apesar de recente, muito tem sido produzido sobre o tema conforme podemos perceber a partir de estudos que vem sendo apresentados nos principais eventos (congressos, encontros e simpósios) relativos à História da Educação Brasileira.³ No entanto, sobre o século XIX grande parte dos trabalhos vem sendo desenvolvido nos últimos anos. A dificuldade de se desenvolver pesquisas sobre este tema no oitocentos está relacionada, principalmente, a quantidade de fontes, que apesar de serem diversificadas, se encontram em locais inadequados e em condições precárias de conservação.

Dentre essas produções acerca da criança e da infância podemos destacar o trabalho organizado por Del Priore (2004), no qual se buscou construir a história das

¹ Esta pesquisa foi desenvolvida no contexto dos trabalhos que vem sendo realizado pelo Grupo de Pesquisa em História da Educação da Paraíba Imperial, o qual conta com a participação de alunos e professores dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em História (CCHLA) e Educação (CE).

² Este trabalho foi apresentado com o título “O Colégio de Educandos e Artífices da Parahyba do Norte – 1865-1874, o qual consistiu em um estudo preliminar da formação profissional da criança e da infância “desvalida” da Parahyba Imperial.

³ Não dispomos de dados mais recentes acerca desse crescimento nos estudos relativos à criança e a infância no Brasil. Entretanto, Rizzini e Fonseca (2001) realizaram um levantamento que nos indica que nos anos de 1980 foram desenvolvidos 38 estudos entres artigos, dissertações e teses. Dez anos depois, foram registradas 160 produções. Este levantamento demonstra o crescente interesse dos pesquisadores, principalmente àqueles que trabalham com História e História da Educação.

crianças no Brasil sob a óptica dos adultos, não se limitando a relatar seu lado trágico, mas analisando todos os aspectos que permearam a vida cotidiana desses pequenos, em vários momentos da história de nosso país. Podemos destacar também trabalhos os mais diversos encaminhados por pesquisadores como Faria Filho (2004), que segundo Vidal (2004), quando analisa a produção do referido autor, destaca a seguinte definição para criança e infância:

a criança e a infância emergem como categorias históricas, constituídas no cotidiano das relações sociais. Aparecem como sujeitos do ontem que nos provocam a pensar sobre o hoje e a sonhar com o amanhã, na lição praticada de uma pesquisa acadêmica comprometida com os rumos da sociedade. (p.7)

Apesar desse crescimento na produção historiográfica sobre a criança e a infância no Brasil, é possível constatar uma grande ausência de trabalhos que tratem da temática no âmbito de conjunturas locais, principalmente sobre os períodos colonial e imperial.

Outro aspecto não explorado pelos nossos pesquisadores e que ficou muito evidenciado ao longo do desenvolvimento de nossos estudos no grupo de pesquisa em História da Educação da Paraíba Imperial, diz respeito as raros estudos sobre o ensino profissional. A grande maioria dos trabalhos sobre o ensino de ofícios está relacionado ao período republicano. A princípio escrever sobre a história profissional é algo um tanto quanto difícil, uma vez que não havia até bem pouco tempo, a compreensão de que os estudos sobre o trabalho, os aprendizes e os mestres (professores) se constituíam, de fato, campo da educação, conforme ressalta Cunha (2000):

Para as classes dirigentes e seus intelectuais, nem mesmo pode ser considerada educação - ao menos uma educação autêntica - a que se desenvolve nas inóspitas oficinas, sujando-se as mãos na produção de objetos materiais com finalidades utilitárias. (p. 1)

Esta postura dos pesquisadores criou um espaço vazio na história da educação profissional da Paraíba e do Brasil, principalmente, quando nos referimos ao período monárquico de nossa história. Alguns estudos estão sendo realizados para suprir estas lacunas. Como, por exemplo, os trabalhos realizados por Luz (2008) e Silva (2000). O primeiro autor faz uma análise da atuação da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco a qual oferecia instrução de primeiras letras e o ensino de ofícios manuais para jovens e adultos negros e pardos que atuavam como trabalhadores na sociedade pernambucana. Esta instituição, segundo o autor, representou uma

alternativa de ensino para esses grupos, além de ser uma forma de buscar seu lugar dentro de uma sociedade “vertical e hierarquizada” através da apropriação da cultura letrada. Silva (2000) por sua vez, faz em seu trabalho uma análise da experiência da Escola de Pretextato⁴ e seus alunos, colocando este como um exemplo de luta pela escolarização por parte dos homens de cor, ocorrida na Corte no início do século XIX. No entanto, a historiografia clássica, concentrou alguns esforços no âmbito do ensino formal, como afirma Cunha (2000):

Este “espaço vazio” se explica, pelo menos em parte, pelo fato de que os historiadores da educação brasileira se preocuparam, principalmente, com o ensino que se destina às elites políticas e ao trabalho intelectual, deixando o trabalho manual em segundo plano (p. 1-2)

Outro aspecto relevante que envolve a problemática da infância e da criança no XIX refere-se a estudos ligados ao grande índice de mortalidade infantil e ao grande número de menores desvalidos nas ruas. Estas crianças, que naquela época passaram a ser denominadas de menores, desvalidos ou delinquentes eram apenas mais uma vítima da desestruturação do sistema escravista e das constantes epidemias que assolavam todo o país.

No Norte, a situação das crianças pobres não deveria ser diferente. Assolado por inúmeras secas e fome, o que tornou a criança o principal alvo de mortalidade e sofrimento. A grande maioria da população que empobrecia diante da crise econômica não tinha condições de alimentar, vestir, tão pouco educar seus filhos. A busca por melhores condições de vida, e até mesmo de sobrevivência, fazia com que as famílias deixassem seus filhos aos cuidados de “alguém”, ou de ninguém; e estes por sua vez eram abandonados, ou ficavam perambulando pelas calçadas das praças e logradouros públicos:

A infância passa a ser “visível” quando o trabalho deixa de ser domiciliar e as famílias, ao se deslocarem e dispersarem, não conseguem mais administrar o desenvolvimento dos filhos pequenos. É então que as crianças transformam-se em “menores”, e como tal rapidamente congregam as características de abandonados e delinquentes. (FREITAS, 2003, p.20)

⁴ A Escola de Pretextato ficou assim denominada devido ao nome de seu fundador, o qual possuía o mesmo nome da escola.

É neste contexto que as autoridades buscavam através do discurso moralizador atribuir à educação, da infância, uma forma de desviá-los da marginalidade. As elites, que viam esses menores como um incômodo a seus olhos, apoiavam iniciativas públicas e particulares para retirar estas crianças das ruas.

A partir dessas reflexões iniciais este trabalho se propõe a fazer uma análise das condições da criança e da infância paraibana no século XIX tomando por base a educação profissional oferecida pelo Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte entre os anos de 1865 a 1874. De acordo com o levantamento documental realizado, o referido estabelecimento prestava uma assistência educacional e profissional à criança pobre da Província da Parahyba do Norte.

Este trabalho buscou verificar como essa formação profissional se constituía, isto é, de que forma os gestores locais buscaram amenizar ou sanar a problemática da infância “desvalida” da Parahyba Imperial e ainda, até que ponto estas ações assistencialistas e de institucionalização da infância desvalida estavam ligadas ao processo de construção do Estado nacional brasileiro.

Após sua independência política, o Brasil passou por mudanças no espaço social e político para marcar nas províncias, a presença do Estado Imperial que acabara de nascer, como forma de construir um projeto de nação. Na busca de consolidação desse projeto, o governo monárquico, iniciou um processo de centralização do poder, com a outorga da Constituição de 1824. Entretanto, dez anos depois foi publicado o Ato Adicional de 1834, que significou um movimento de descentralização das instituições que representavam indiretamente o poder central nas províncias.

No entanto, a descentralização política não impediu a eclosão de inúmeras revoltas caracterizadas pela disputa pelo poder entre as elites e, entre elas e outros segmentos sociais. Estas revoltas que buscavam afirmar sua autonomia demonstravam a fragilidade do poder central no que diz respeito à construção de condições de governabilidade.

Estes movimentos confirmaram a necessidade de se conceber instrumentos eficazes para normatizar a sociedade e promover a ordem pública. É por meio da atuação do Partido Conservador, que assumiu a hegemonia a partir de 1841, que o poder imperial consegue afirmar-se na segunda metade do século XIX. A efervescência popular ocorrida na primeira metade do século XIX (Balaia, Sabinada, Malês, Cabanagem), deixou as elites e o governo temerosos quanto à possibilidade de eclosão de novas revoltas. Este temor promoveu uma série de debates entre as elites e os

poderes imperial e provincial no sentido de criar mecanismos de controle e disciplinamento das camadas populares. Estes debates levaram a conclusão, ainda que não unânime, de que a *escola* seria o instrumento ideal para a construção de uma consciência de pertencimento nacional.

Devemos destacar que a escolarização da população pobre necessitava da construção de aparatos legais e de espaços oficiais, além da formação de novos referenciais da sociedade em relação à escola, como também redefinir os papéis de antigos agentes responsáveis pela produção e difusão da cultura e da educação, como no caso da família.

Enquanto isso o poder imperial buscava debelar os movimentos sociais, no sentido de manter o povo sob seu controle. Na segunda metade do século XIX, em decorrência dos problemas vivenciados pelo setor agro-exportador, cresceu na Parahyba do Norte o número de famílias pobres que mal tinham condições de sobreviver (SILVEIRA, 1999). A falta de condições financeiras de grande parte da população, as impedia de oferecer educação aos seus filhos, levando essas crianças, em sua maioria, a viver nas ruas aprendendo técnicas de vadiagem e de roubo.

Para as elites, era algo extremamente incômodo o fato de as ruas estarem, a cada dia mais cheias de uma massa de indigentes e mendigos, que se aglomeravam nos espaços públicos, representando uma ameaça à ordem e à segurança da sociedade. Essa elite, por sua vez, passou a exigir do governo imperial que tomasse alguma providência para “limpar” as ruas dessas pessoas que enfeavam praças e logradouros públicos conforme analisa Del Priore (2004) e Rago (1985).

Diante desses problemas, os gestores públicos passaram a buscar soluções viáveis para tentar minimizar esses problemas. Nesse momento, como salienta Veiga (2004) a infância pobre passa a ser assistida pelos poderes públicos para ser *civilizada* e não se tornar um incômodo social.

A partir dessas considerações nosso trabalho tem como objetivos analisar a condição da criança e da infância no contexto de crise econômica e social pela qual passava a Província da Parahyba do Norte durante os anos de 1865-1874. Para tanto, discutiremos acerca da elaboração e efetivação de ações de assistência à criança e à infância tomando como referência a criação do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte. Analisaremos também as discussões que foram promovidas por diversos agentes sociais (gestores públicos, intelectuais, religiosos, etc.), objetivando a criação e implantação do referido estabelecimento e, por fim, analisar as práticas

instrucionais e disciplinadoras, prescritas e quiçá processadas no interior do Collégio de Educandos Artífices e sua relação com a assistência à infância desvalida e o ensino de ofício manufatureiro na Província da Parahyba do Norte.

Alguns pressupostos interpretativos

Algumas referências teórico-metodológicas nos serviram para desenvolvermos esse trabalho, principalmente os relacionados à questão da “criança” e da “infância desvalida” no século XIX e as definições que estas receberam sob a ótica da educação, da legislação, dos poderes públicos, da saúde, do mercado, etc. Os estudos realizados por estas perspectivas elaboraram as análises sobre a criança e a infância como elementos importantes para se ter uma compreensão mais ampla sobre as relações familiares e sociais uma vez que a criança, segundo conclusão de alguns desses trabalhos, também eram agentes atuantes nesses grupos. Nesse sentido, o delineamento destes conceitos foi construído em um período de muitas transformações e mudanças tanto no campo social quanto no campo científico. No que concerne ao Brasil, estas mudanças estão relacionadas ao processo de consolidação do Estado Nacional pós-independência.

Partimos do pressuposto de que para compreender as ações que se fez sobre a criança e a infância, na segunda metade do século XIX, é necessário entender os interesses sociais e políticos que permeavam a sociedade brasileira durante este período os quais terminaram por contribuir para a construção e delineamento de novos papéis desse agente social (a criança) frente a uma nova realidade que se impunha diante da emergência da nova nação.

Os interesses presentes na formação da nação, ao mesmo tempo em que propunha uma modernização da administração e da distribuição dos poderes, buscava também a manutenção da hierarquia e da ordem social. Os ideais que estavam presentes na formação do Estado moderno e centralizador refletiram-se nas ações do poder imperial sobre vários campos da sociedade. Estes ideais ficaram mais evidentes nas ações que se fez sobre o ensino público, a instrução profissional, a urbanização e a higienização dos espaços públicos.

O processo de modernização do Estado Monárquico brasileiro se deu através das ações de vários agentes sociais (gestores públicos, intelectuais, profissionais liberais e educadores), que em seus discursos buscaram demonstrar a grande necessidade de criar

instrumentos capazes de ordenar e gerenciar a sociedade, objetivando principalmente, a formação de súditos obedientes que iriam colaborar com a construção da nova nação chamada Brasil.

No bojo dessas discussões estava a busca por delinear os conceitos de criança e infância para melhor orientar as ações sobre este grupo social, como também destacavam a importância de institucionalizar esta parcela da população, principalmente as crianças oriundas das camadas mais humildes da sociedade.

Vale salientar que as mudanças ocorridas no campo social e político no Brasil e, conseqüentemente, a visão que se tinha sobre a criança e a infância, foram favorecidas a partir das transformações que vinham ocorrendo no mundo (principalmente na Europa), desde o século XVI. Segundo Veiga (2004):

A gênese da modernidade que se realiza no século XIX esteve nas profundas mudanças políticas, culturais, sociais e econômicas ocorridas em diferentes partes do mundo a partir do século XVI, quais sejam, o Iluminismo, a Revolução Industrial, as alterações na produção da consciência de indivíduo, as distinções entre o público e o privado, a redefinição dos núcleos familiares, as alterações nas relações de trabalho, as profundas mudanças na cultura material das sociedades, enfim, uma infinidade de outros acontecimentos perturbadores dos costumes e *habitus* então correntes dos indivíduos e das sociedades. (p. 36)

Em meio a este turbilhão de mudanças e permanências a criança e a infância passaram a ser objetos de estudo de várias áreas que segundo Kuhlmann Jr & Fernandes (2004):

Assim como mudam os mais variados aspectos da atividade humana, a relação da sociedade com a infância não poderia permanecer estática. Ao longo dos séculos XIX e XX, multiplicam-se as propostas e as ações dirigidas às crianças, na legislação, nas políticas públicas, na educação, na saúde e no mercado, etc. (p.18)

Estes estudos buscaram dar, dentro de suas especificidades, uma nova configuração para o que seriam criança e infância dentro dos moldes que impunham essa nova realidade. Com isto passa a se fazer uma distinção entre os termos *criança* e *infância* que passam a ser vistos como categorias importantes para a compreensão da sociedade e da cultura histórica no final do século XIX.

Outros conceitos que nos ajudaram foram os de “instituição educativa” e “educação profissional.” A relevância em se trabalhar estes conceitos está no fato da instituição que é parte constitutiva do nosso objeto de análise - o Collégio de Educandos Artífices - se configurar enquanto estabelecimento que promoveu uma educação em duas perspectivas: uma voltada para o ensino de primeiras letras e outra para a formação profissional de seus educandos.

O termo *instituição* pode ser entendido a princípio de duas maneiras: a primeira refere-se à instituição enquanto uma escola, a segunda como um sistema de ensino. Em nosso trabalho tomamos o termo instituição enquanto unidade escolar, com espaço e localização espacialmente definido e identificável na memória coletiva (WERLER, 2004, p. 18-19). *Instituição educativa* fica aqui entendida como um espaço definido e oficial, onde se promovem atividade de divulgação e produção da cultura, do conhecimento sistematizado, ordenado, no caso em estudo, O Collégio de Educando Artífices da Parahyba do Norte.

As instituições educativas também podem ser definidas por seu “caráter formativo” e ainda, por ter sido “estruturadas formalmente no contexto dos sistemas de ensino e em relação às quais se aplicam princípios de diferenciação que as estruturam em hierarquias administrativas (...), no caso brasileiro, estabelecimentos de ensino pré-escolar, fundamental, médio, de educação profissional e superior”. (Idem. p. 19).

Nosso trabalho também procurou compreender as instituições educativas sob a perspectiva histórica. Nesse sentido, elas podem ser definidas segundo Magalhães (1998) como:

(...) uma complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e representações diferenciados, entretecendo e projetando futuro(s), (pessoais), através de expectativas institucionais. É um lugar de permanentes tensões. [...] são projetos arquitetados e desenvolvidos a partir de quadros sócio-culturais. (s/p)

Outro conceito presente em nosso trabalho é o de *educação profissional*. Este conceito pode variar dependendo dos projetos e perspectiva que o toma como referência. Estes projetos podem expressar concepções de sociedade, trabalho e educação baseados em princípios políticos e ideológicos divergentes. A este respeito afirma Manfredi (2002):

(...) entre as diversas concepções, há desde as que consideram a Educação Profissional numa perspectiva compensatória e assistencialista, como uma forma de educação para os pobres, até aquelas centradas na racionalidade técnico-industrial, as quais postulam uma formação voltada para a satisfação das mudanças e inovações do sistema produtivo e dos ditames do atual modelo econômico de desenvolvimento brasileiro, além de outras orientações pela idéia de uma educação tecnológica, numa perspectiva de formação de trabalhadores como sujeitos coletivos e históricos. (p. 57)

Em nossos estudos trabalhamos com a concepção de “educação profissional” na perspectiva assistencialista e mercadológica, cujo objetivo é formar mão-de-obra para o mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, disciplinar as camadas populares.

O estudo desses conceitos torna-se imprescindível para a compreensão das práticas educativas da referida instituição bem como a sua relação com uma assistência à criança desvalida da Parahyba do Norte, no período em questão.

Um elemento presente em nosso trabalho e cuja compreensão é de suma importância para entendermos as relações e hierárquicas sociais que permeiam a sociedade paraibana do período em estudo é o conceito de *classe* e *consciência de classe*. Segundo Thompson (1987), a *classe* seria um fenômeno histórico que ocorre nas relações sociais, é uma relação entre os indivíduos e suas experiências e interesses. A *consciência de classe* “é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encaradas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais.” (p. 10). O estudo desses conceitos nos ajudou a compreender quais os elementos tradicionalmente utilizados pelos vários grupos que compunha a sociedade paraibana do século XIX, para se definirem enquanto membros de uma determinada classe (elite, populares, branco, negro, livre, liberto, escravo, criança pobre, abandonada, desvalida).

Nesse sentido, o segmento social ao qual o Collégio de Educandos Artífices foi destinado, compunha-se de alguns dos elementos acima mencionados, tais como, populares, brancos e negros, livres e libertos, filhos de libertos, crianças pobres, infância desvalida e, possivelmente, abandonada. Articulado a esses aspectos, foi necessário termos alguma compreensão acerca das questões relacionadas ao político, ao social e ao econômico da Parahyba do Norte na segunda metade do século XIX. Ficarmos atentos aos aspectos acima referenciados foi importante, pois nos ajudou a tecermos as relações existentes entre os elementos que de alguma maneira, incentivaram ou promoveram

ações do governo provincial no sentido de gerir uma assistência à criança desvalida da Província da Parahyba do Norte. Esses procedimentos foram necessários para que pudéssemos identificar os agentes externos que ajudaram na construção do Collégio de Educandos Artífices.

Assim sendo, foram compreendidas à luz dos referenciais propugnados pela história social inglesa, que segundo Burke (2005, p. 147) vem redefinindo os “seus interesses recentemente, incluindo a cultura” como um de seus objetos de estudos. Segundo ainda o referido autor, esse processo tem levado ao surgimento de um gênero *híbrido* que pode ser praticado de diversas maneiras, dando ênfase mais ao cultural ou ao social. Em nossos estudos ao trabalharmos com criança e infância, não podemos fugir dessa concepção híbrida descrita por Burke, uma vez que o primeiro – criança – se constitui enquanto sujeito social e o segundo – infância – configura-se enquanto produção cultural. Essa mesma compreensão temos, em relação ao Collégio de Educandos Artífices que se constituiu um empreendimento tanto de dimensão social quanto cultural.

A criança no século XIX era considerada um como ser ingênuo, inocente e puramente natural, conforme os românticos.⁵ Para eles a criança se caracterizava como uma tábula rasa, isto é, um papel em branco, passiva e completamente maleável. No entanto, neste estudo buscamos observar a criança como um indivíduo que traz consigo uma estrutura psicobiológica que influencia, se relaciona e atua, com e sobre o seu meio. Transformando e sendo transformado por ele. É resultado tanto de uma construção biológica quanto pelas experiências que adquire, portanto inserida em um determinado momento histórico, parte constituinte de uma cultura histórica educacional.

No desenvolvimento de nosso estudo podemos perceber que no século XIX, a idéia e distinção entre criança e infância ainda estava em processo de construção. No entanto, foi possível percebermos a partir dos discursos dos gestores públicos e dos intelectuais e, principalmente, da forma como a instrução foi organizada, que a sociedade da época via a criança como um indivíduo em formação e a infância como uma das fases do desenvolvimento da criança. A este respeito nos fala Kuhlmann Jr; Fernandes (2004):

⁵ Movimento artístico e cultural que se processou no século XIX que tinha como principais características a valorização dos sentimentos e da imaginação; o nacionalismo; a valorização da natureza como princípios da criação artística e os sentimentos do presente tais como: liberdade, igualdade e fraternidade. <http://www.historiadaarte.com.br/arteromantica.html>. Acessado em 14 de julho de 2008.

Durante boa parte do século XIX, a maior ênfase das propostas institucionais para as crianças foi em relação ao período da puerícia, especialmente pela difusão da escola primária. Muitas vezes não se utilizava a expressão infância, mas outras como menino ou menina, aluno, etc. Nos discursos ordenadores do campo educacional do período e nas políticas educacionais, definem-se diferentes infâncias, com base em sua condição social, racial e de gênero. (p. 26)

Na documentação analisada também encontramos as expressões *menor* e indivíduo de *pouca idade*, para se referir à infância. Como podemos verificar no fragmento do ofício transcrito abaixo:

Informando a petição que retiro, de Joana Maria da Conceição, conforme o despacho de V. Excia. nº 145 de horem datado nella exarado, na qual pede que lhe seja entregue o *menor* seu filho de nome Rufino, que foi admittido neste Collégio como educando por petição do Dr. João Rodrigues Chaves de 17 de Janeiro de 1867, e despacho da Presidência de 21 do mesmo mez, cumpre-me dizer a V. Excia. que este Collégio comporta-se bem é applicado e tem aproveitado, já na officina de alfaiate para que foi destinada, já n'aula de instrucção primaria e já finalmente na musica. (PARAHYBA DO NORTE, Província da, Ofício, 1871, s/p)⁶

O próprio Regulamento do Collégio em seu artigo 30 § 1º, ao determinar que só seriam aceitos os meninos que compreendessem a faixa etária dos 7 aos 13 anos, nos indica que se tinha uma visão distinta entre as etapas de desenvolvimento da vida das crianças, ainda que isto não ficasse explicitado. É com esta perspectiva que desenvolvemos este trabalho.

Os processos de construção do conceito sobre a criança e a infância bem como as ações educacionais que se fizeram para elas, fazem parte de uma cultura histórica, uma vez que caracterizam um dado momento histórico no qual estes sujeitos sociais estiveram inseridos.

As discussões sobre cultura histórica ainda são bastante recentes e, em alguns momentos, se confundem com os debates sobre a produção historiográfica. Mesmo assim, podemos destacar duas vertentes na qual a cultura histórica vem sendo analisada; a primeira delas destaca a cultura histórica como sendo a relação existente entre a produção, divulgação e recepção do conhecimento histórico e a segunda estaria mais ligada às questões que envolvem os elementos que caracterizam determinadas práticas/produções culturais em um determinado período de tempo. Em nosso caso, analisaremos as *práticas* que envolvem a cultura escolar desenvolvida no Collégio de

⁶Documento Manuscrito. Cx. 56. Arquivo Histórico do Estado da Paraíba, FUNESC.

Educandos Artífices. Vale salientar que como nos afirma Gonçalves e Faria Filho (2005, p. 52), não estamos tratando da prática em si, mas da *prescrição* dessas práticas. Ao analisarmos determinada cultura escolar a partir de normas, regulamentos e leis, estamos lidando com o que deveria ser praticado na escola e não com a ação efetiva das normas. Desse modo, a análise das práticas se deu por inferência a partir dos indícios presentes na documentação analisada.

Sob o ponto de vista metodológico nosso trabalho toma por base a pesquisa documental através da *perspectiva indiciária* desenvolvida por Ginzburg (2001), a qual consiste no desenvolvimento da pesquisa a partir de fragmentos que podem nos ajudar a entendermos o mais amplo e mais complexo. Nesse sentido, para se chegar ao todo, reforça, o referido autor, dando ênfase ao *saber venatório* caracterizado pela “capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente. Pode-se acrescentar que esses dados são sempre dispostos pelo observador de modo tal a dar lugar a uma seqüência narrativa, cuja formulação mais simples poderia ser ‘alguém passou por lá’.”Ginzburg (2001, p.152). Assim sendo, os indícios que nos chegaram sobre o Collégio de Educandos Artífices, bem como sobre, a infância, a criança e a educação profissionalizante, processada na referida instituição educacional nos foram valiosíssimas para construirmos a sua história.

As fontes arroladas aqui neste estudo foram produzidas por diversos agentes sociais e apresentam discursos variados, além disso, o conjunto das mesmas revela um imenso quebra-cabeça em que as minúsculas peças foram localizadas em diversas caixas do Arquivo Histórico da Paraíba –FUNESC. Em muitos casos os documentos encontram-se em precário estado de conservação, misturados com outros que tratam de temas os mais variados.

Apesar das dificuldades foram arroladas as seguintes fontes, que se configuram como oficiais. Tratam-se de relatórios de presidente da província, do Diretor do Collégio de Educandos Artífices, e do Conselho Administrativo desse mesmo Collégio, ofícios, mensagens dos presidentes da Província da Parahyba do Norte, planilhas de gastos da província, ofícios expedidos pelos comandantes da Guarda Nacional local, pelos gestores do Tesouro Provincial, atas da Assembléia Legislativa Provincial e as leis provinciais referentes à instrução pública e particular.

As informações sobre o Collégio de Educandos Artífices, contidas nessa documentação apresentam-se de forma fragmentada e dispersa. No entanto, como nos afirma Ginzburg, foi possível através da análise desses pequenos fragmentos construir a história dessa Instituição e ainda, se conhecer as ações do governo provincial e de membros da sociedade local em relação à infância desvalida da Província da Parahyba do Norte.

Como já foi dito, anteriormente, a história social e cultural, na perspectiva de Burke (2005) nos permitem tratar de questões do cotidiano e da cultura escolar, da organização, do funcionamento e do papel dos agentes educacionais do Collégio de Educandos Artífices, porque entendemos que esta linha de estudo da História, como foi discutida em Pesavento (2004) “Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (p.15). A partir dessa perspectiva achamos que os conceitos de criança e infância partilhados pela sociedade paraibana do século XIX foram de fundamental importância para a criação do Collégio e dos objetivos aos quais se propunha a educação oferecida por ele.

Construir a história desta instituição é uma forma de detectar mais cuidadosamente a sua importância para entendermos os sistemas de controle patrocinados pelo Estado, sobre a formação da infância desvalida da Parahyba do Norte durante a segunda metade do século XIX. Não é demais reafirmarmos que a educação profissional foi algo muito importante na formação do trabalhador, no entanto, se faz necessário verificar até que ponto a fundação do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte exerceu de fato papel significativo para o melhoramento das condições sócio-econômicas e culturais dos menores desvalidos.

Diante do exposto buscamos analisar no primeiro capítulo o processo de construção dos conceitos de criança e infância no século XIX e sua relação com a conjuntura econômica e social da Parahyba imperial, bem como as ações dos gestores públicos provincial na criação de mecanismos de assistência a infância desvalida e sua vinculação com a formação profissional e a criação do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte. No segundo capítulo fazemos um estudo do processo de fundação e estruturação do Collégio, destacando as principais dificuldades vivenciadas por dirigentes e educandos durante este processo e sua relação com a assistência a criança desvalida da Província da Parahyba. E por fim, no terceiro capítulo buscamos

analisar as práticas instrucionais, processadas no Collégio de Educandos Artífices como uma forma de compreendermos as ações do governo provincial sobre a infância desvalida da Província da Parahyba do Norte e sua ralação com a formação profissional.

CAPÍTULO I

A CRIANÇA E A INFÂNCIA NO SÉCULO XIX E NO COLLÉGIO DE EDUCANDOS ARTÍFICES DA PARAHYBA DO NORTE

Para que pudéssemos ter uma melhor compreensão das ações que se fizeram sobre a criança e a infância no século XIX, traçamos uma breve análise acerca do processo que promoveu uma mudança na visão que se tinha sobre estes indivíduos, e que portanto, são constitutivos de uma cultura histórico educacional.

A idéia que se tem sobre a criança e a infância sofreu, e sofre, variações significativas de uma sociedade para outra e de um tempo a outro. No entanto, apresentam características comuns com relação ao trato que se tem com este membro da sociedade nessa fase de sua vida. Os cuidados destinados à criança em seus primeiros anos são elementos encontrados em todas as sociedades, independente do tempo ou lugar em que elas estejam, assim como a distinção que se faz entre uma criança e um adulto. De acordo com o que nos afirma Stearns (2006):

(...) há aspectos cruciais sobre a criança e a infância que não variam nem mudam significativamente de um lugar ou de uma época para outra, inclusive o fato evidente de que todas as sociedades têm alguma forma de diferenciar a infância da maioridade, pelo menos em parte. (pg. 15)

Apesar de considerarmos relevantes as características comuns à criança e à infância⁷, nossa análise transcorrerá em torno das diferenças que se apresentaram ao longo do tempo sobre a construção dos conceitos de criança e infância, como uma forma de delimitarmos melhor a criança que foi analisada neste trabalho, ou seja, a **criança desvalida** da Parahyba do Norte, inserida na segunda metade do século XIX.

1.1 – As crianças e a infância: conceitos emergentes da cultura histórica educacional.

No campo da produção historiográfica brasileira os estudos sobre a “criança” e “infância” são muito recentes. Heywood (2004) nos chama a atenção que em termos mundiais, o interesse de historiadores profissionais por este objeto teve início durante os

⁷ Os conceitos de criança e infância serão tratados neste trabalho como objetos de análise juntamente com a educação profissional.

anos de 1960 com as pesquisas realizadas por Philippe Ariès, que traçou um quadro fascinante a respeito do sentimento da infância na sociedade do Antigo Regime. O referido autor ao analisar a obra de Ariès destaca que:

a civilização medieval não percebia um período transitório entre a infância e a idade adulta. Seu ponto de partida, então, era uma sociedade que percebia as pessoas de menos idade como adultos em menor escala. Não havia noção de educação, tendo os medievais se esquecido da *paidea* da civilização clássica, nem qualquer sinal de nossas obsessões contemporâneas como os problemas físicos, morais e sexuais da infância. A “descoberta” da infância teria de esperar pelos séculos XV, XVI e XVII, quando então se reconheceria que as crianças precisavam de tratamento especial, “uma espécie de quarentena”, antes que pudessem integrar o mundo dos adultos.(p. 23)

Os avanços trazidos por Ariès em seus estudos sobre este tema, foram e ainda são, muito importantes para o desenvolvimento de novas pesquisas. Os historiadores profissionais receberam o trabalho de Ariès de forma diferenciada. Alguns deles contestam as descobertas feitas por ele em sua obra *História social da criança e da família*, de 1962, na qual ele nega a existência de uma consciência sobre a infância na Idade Média. Colocam em suas críticas que havia sim um sentimento sobre a criança e a infância no medievo, ainda que de uma forma diferente da que temos atualmente.

As mudanças que se faz em relação aos conceitos de criança e de infância durante os séculos que se seguem após a Idade Média estão diretamente ligadas ao novo papel que a escola e a família têm diante da educação desses pequenos. Uma série de discussões aparecem para definir qual o lugar e a responsabilidades desses agentes sociais diante das necessidades impostas pela nova realidade que está surgindo.

Os intelectuais do século XVIII trouxeram grandes contribuições para a construção das concepções de criança e de infância. Locke a colocava como uma tábua rasa ou um papel em branco, passível e completamente maleável. Ele as vê como “pessoas fracas que estão sofrendo de uma enfermidade natural”, a qual só seria superada após o desenvolvimento da capacidade de raciocinar.

Rousseau traz uma grande contribuição para a concepção da criança ao atribuir grande importância à educação na construção da infância. Para ele todos os seres nascem naturalmente puros e necessitam de ensinamento para que possa se tornar um

homem capaz de organizar a sua vida e contribuir com a sociedade em que vive. Ele em seu livro *Emilio* (1999)⁸ afirma que:

Nascemos fracos, precisamos de força; nascemos carentes de tudo, precisamos de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer e de que precisamos quando grandes nos é dado pela educação. Essa educação vem-nos da natureza, ou dos homens ou das coisas. O desenvolvimento interno de nossas faculdades e de nossos órgãos é a educação da natureza; o uso que nos ensinam a fazer desse desenvolvimento é a educação dos homens; e a aquisição de nossa própria experiência sobre os objetos que nos afetam é a educação das coisas. (p. 8-9).

Os românticos trouxeram uma concepção diferente da visão rousseauiana sobre a criança e a infância. Para os românticos a criança era um ser dotado de “sensibilidade estética mais apurada, profunda sabedoria e uma consciência mais apurada das verdades morais duradouras” (HEYWOOD, 2004, p. 38-39). A visão romântica sobre a infância não se tornou predominante uma vez que a imagem da criança como marcada pelo pecado original construída pelas tradições mais antigas demorou a desaparecer e, também a ênfase na inocência da infância não tinha muita relevância para a vida da maioria dos jovens que entravam cada vez mais cedo no mundo adulto.

Pudemos perceber em nossos estudos que a concepção moderna de infância e criança está diretamente ligada à construção das instituições escolares e do crescimento da atividade industrial. Não se abandona totalmente a concepção rousseauiana sobre a infância, no entanto dá-se mais ênfase ao papel da escola e da família como agentes necessários na formação de indivíduos úteis à sociedade. Segundo Kuhlmann Jr. (2004):

O final do século XIX e início do século XX demarcam uma segunda fase, um período em que a criança e sua educação integram os discursos sobre a edificação da sociedade moderna. São parte do modelo geral referencial das instituições e da estrutura do Estado para uma ação avançada, que se difunde no processo de transformação mundial ocorrida durante a Era dos Impérios. (p. 119)

Para alguns pesquisadores o interesse por se estabelecer o que seria a infância estava ligado ao avanço do sistema capitalista. Buscava-se definir a criança como instrumento importante no espaço produtivo. Esta definição levou os gestores públicos a

⁸ Esta obra foi escrita nos anos de 1757 e 1762. Para alguns pesquisadores das obras de Rousseau, o *Emilio* teria sido escrito para que o autor se redimisse de alguma forma da culpa de ter abandonado os seus seis filhos. No entanto esta obra é muito mais que uma confissão de culpa, ela pode ser considerada um verdadeiro tratado da educação o qual nos permite ir além de suas entrelinhas, sendo tomado como instrumento de estudo pela pedagogia moderna.

organizar o sistema educativo em prol da formação de uma mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho em expansão. Essas idéias levaram a construção de ações voltadas para a criança pobre que passa a ser assistida como uma forma de preparar pessoas capazes de assumir funções dentro da indústria em desenvolvimento.

Mas não foi apenas a visão mercadológica que promoveu o desenvolvimento de pesquisas e ações em relação à criança e à infância. Descobertas no campo da Psicanálise, da Psicologia, da Antropologia e da Jurisprudência também foram fundamentais para se construir uma nova imagem sobre estes dois elementos distintos, mas que fazem parte de um único ser.

A partir dessas considerações podemos entender que, ao contrário da criança, que é um ser real, a infância é uma construção cultural e histórica, e sua concepção e temporalidades divergem de acordo com a sociedade e o período no qual a criança está inserida (VEIGA, 2004). Estas variações acontecem em torno da idade na qual a criança entraria e sairia da infância, devido ao fato dos números não serem suficientes para dar uma compreensão exata do que seria o período da infância.

A concepção de infância muda conforme o tempo que é vivenciado pela sociedade. Está diretamente relacionada ao tempo uma vez que este também é uma construção cultural assim como a infância. De acordo com Elias (1998) o tempo não é um conceito, mas um *símbolo cultural*. É uma compreensão da dimensão da experiência humana.

Nessa perspectiva, a percepção da ordenação do curso da vida, do nascimento à morte, sofreu variações ao longo da história humana e esteve relacionado, entre outras coisas, às mudanças ocorridas na maneira como os homens produziam os símbolos para relacionar diferentes processos e acontecimentos sob a forma de “tempo”. Isso implicou a produção de unidades de referência temporais/culturais, de maior ou menor amplitude, padronizadas e socialmente reconhecidas, para servirem de orientação no curso do tempo da vida dos indivíduos e/ou dos grupos da sociedade. (VEIGA, 2004, p. 39)

Ainda, para autoras como Veiga (2004) a infância também se configura como uma forma de marcar ou controlar o tempo. A autora defende que:

(...) a infância na modernidade foi uma categoria de tempo inventada nas múltiplas experiências pelos diferentes grupos sociais. Essas experiências, como já dissemos, foram fruto da aprendizagem, tais como as outras formas de assimilação do tempo, seja ele físico (ciclo da natureza), se instrumental (calendário, relógio), transmitido de geração a geração. (p. 40)

Ainda nessa mesma perspectiva, Kuhlmann Jr & Fernandes (2004) ressaltam que:

a modernidade fez da denominação *infância* um guarda-chuva a abrigar um conjunto de distribuições sociais relacionadas a diferentes condições: as classes sociais, os grupos etários, os grupos sociais, a raça, o gênero; bem como a diferentes situações: a deficiência, o abandono, a vida no lar, na escola (a criança e o aluno) e na rua (como espaço de sobrevivência e / ou de convivência / brincadeira). É nessa distribuição que as concepções de infância se amoldam às condições específicas que resultam na inclusão e na exclusão de sentimentos, valores e direitos (p. 30)

São muitas as formas utilizadas para definir o que é a criança e a infância. Ainda Kuhlmann Jr e Fernandes (2004) colocam que muitos são os fatores que devem ser analisados quando se trata de estudar a história da criança e da infância, uma vez que até mesmo o plural desses termos pode dar uma nova configuração ao que está sendo postulado:

(...) no singular, a *infância* seria um conceito, uma representação, um tipo ideal a caracterizar elementos comuns a diferentes *crianças*. Mas encontra-se também o inverso, a subdivisão em *infâncias*, quando surgem as propostas para a *infância* material ou moralmente abandonada, para a *infância* pobre, delinqüente, deficiente, etc. (p. 29)

A partir dessas afirmativas, podemos inferir que o conceito de criança e infância no século XIX ainda estava sendo construído, não possuindo ainda um contorno bem definido. Apenas no final do XIX e início do XX, com o desenvolvimento das pesquisas em vários campos do conhecimento é que se obtém uma maior clareza acerca da criança e da infância com os delineamentos que conhecemos na atualidade.

No período ao qual este trabalho se dedica a analisar, a criança, mais precisamente a criança pobre, era vista como um indivíduo que deveria ser moldado e disciplinado para que pudesse desempenhar uma função útil para o Estado imperial. A infância, por sua vez, fase do desenvolvimento da criança que exige cuidados e necessidade diferentes da vida adulta, não era algo tomado em consideração nas práticas exercidas sobre ela. O estudo das fontes nos permitiu perceber que a infância passou pouco a pouco a ser compreendida com um período de formação da criança, como podemos verificar na introdução deste trabalho.

Para os gestores provinciais paraibanos, intelectuais e as elites brasileiras, a criança pobre poderia ser um indivíduo útil à sociedade. Entretanto, se não recebessem

atenção do poder instituído, poderiam se transformar em agentes da desordem. Mas, quem eram essas crianças que causavam tanta preocupação e foram alvos das ações dos gestores provinciais e do poder imperial? É o que buscaremos responder mais a frente.

1.2 A criança desvalida no século XIX

Ao lado dessas definições de criança e de infância está a definição da criança pobre na qual destacamos a *criança desvalida*. Segundo Londoño⁹ (1991) no século XIX era crescente o número de crianças que viviam nas ruas se envolvendo em pequenos delitos. Muitas dessas crianças eram oriundas do abandono ou da falta de condições de suas famílias de mantê-las. Este crescente contingente de crianças que ocupavam as ruas, praças e as cadeias públicas, levou a necessidade de se construir um código de leis para determinar quais ações que os gestores deveriam tomar para disciplinar estes indivíduos.

Na construção desse novo conjunto de leis para ser aplicada à criança infratora, buscou-se definir as várias categorias nas quais estes menores poderiam ser enquadrados. A partir de vários estudos, foram definidas três categorias ou grupos nos quais estas crianças poderiam ser classificadas segundo a jurisprudência, são elas: criança infratora, criança abandonada e criança desvalida. Esta primeira se referia à criança desprovida materialmente que havia cometido alguma infração, na maioria das vezes pequenos roubos ou furtos. A segunda se configurava como aquela desprovida da assistência da família e do Estado, que ignorava e tratava como simples caso de polícia. A criança desvalida seria aquela materialmente pobre, mas que contava com o apoio de alguém de sua família.

Era um indivíduo cujos pais, por sua condição miserável, não podiam lhe dar aquilo que necessitava. Não eram consideradas infratoras, pois não haviam cometido nenhum crime contra a sociedade ou o Estado. Configuram-se enquanto crianças pobres, convivendo em meio à miséria e à ignorância, desprovidas de apoio, social, cultural e econômico. Não eram escravas, porém eram filhos de escravos “agraciados”

⁹ LONDOÑO desenvolveu sua pesquisa sobre o conceito de menor durante o levantamento bibliográfico no acervo da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo sobre o termo menor, no qual constatou que o termo aparecia com frequência no vocabulário jurídico brasileiro no final do XIX e início do XX. Isso o instigou a localizar a origem jurídica desta expressão no Brasil. Sua pesquisa limitou-se a levantar o contexto em que aparecia a palavra menor em livros, artigos, conferências, pareceres, relatórios, projetos de lei, que tratam o menor e cuja maioria já se encontra registrado no banco de dados da CEDHAL- Criança.

pela Lei do Ventre Livre, de ex-escravos ou de homens brancos livres e pobres. Boa parte deles eram filhos de mães viúvas, ou abandonadas pelos maridos ou pela sorte.

Vivendo nas ruas e nas praças, essas crianças se constituíam em uma massa que enfeiavam a cidade e se tornavam um incômodo social. Além disso, as ruas eram vistas como uma escola de infratores. De acordo com Londoño (1991)

(...) A falta de autoridade deixava as crianças entregue a sua própria vontade, totalmente dispostas para serem levadas fora da lei, do convívio social, além de ficarem habilitadas para o crime. Tal habilitação provinha do fato de os juristas acharem que nas novas condições de crescimento das cidades o lugar natural das crianças abandonadas era a rua; por sua vez esta era apontada como o lugar do crime. Os juristas faziam eco às vozes que apontavam a rua como o lugar da desagregação, onde floresciam e se multiplicavam todos os vícios que ameaçavam a sociedade. (p.136)

Como uma forma de sanar este problema, os gestores públicos passaram a desenvolver ações com o objetivo de atender às necessidades do mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, retirar das ruas esses indivíduos. Para o desenvolvimento dessas ações, os administradores locais se apóiam na idéia de que a educação seria o melhor meio para civilizar essas crianças associada à idéia de que essa educação deviria estar vinculada a uma formação profissional. Além disso, via-se na retirada desses indivíduos das ruas e a sua colocação em instituições educacionais, uma forma de prevenção mais barata do que as formas de punição adotadas até então.

Ainda como nos afirma Londoño (1991):

A prevenção, por meio da assistência aos menores, foi apresentada como uma estratégia mais racional e eficaz do que a simples repressão, já que na opinião de Astolpho Rezende, secava ‘uma das fontes mais fecundas do crime’ e enfrentava “corajosamente o monstro insaciável que ameaçava devorar a sociedade contemporânea”. (p. 141)

A partir desse pensamento, surgem inúmeras instituições destinadas a civilizar estes pequenos e dar-lhes uma formação profissional. Apesar de se configurar enquanto um país de economia predominantemente rural, se desenvolveu nessas instituições o ensino das atividades manufatureiras. Cunha (2000) dá a seguinte definição para esta formação:

A educação manufatureira (...) são processos educacionais orientados tanto para o trabalho artesanal quanto para a produção industrial, ainda que incipiente. Um bom exemplo são as escolas de aprendizes artífices, pelo menos nos primeiros anos, ao

ministrarem um ensino orientado tanto para atividades artesanais, como a sapataria; e industriais, como a tornearia e a mecânica. A serralheria é outro ofício cujo ensino poderia servir tanto a umas quanto a outras formas de organização da produção. (p. 3)

A conjuntura social e econômica e as novas visões que se tinha sobre a criança e a infância, deram início a um processo de construção de instituições que viabilizassem ao mesmo tempo a formação de mão-de-obra e a retirada destes indivíduos das ruas.

1.3 O trabalho como referencial: a necessidade de uma nova concepção para o trabalho

As relações entre os indivíduos e suas práticas culturais os caracterizam enquanto pertencentes a um determinado grupo social. Entretanto, a consciência sobre este pertencimento não necessariamente se manifesta com a prática cotidiana, isto é, como indivíduos conseguem se reconhecer como membro de uma determinada classe social. É o que acontecia no Brasil no período em estudo, após tantos anos de prática escravista, os homens sabiam bem a diferença entre o que é ser livre ou cativo e, que essa diferença não se limitava a cor da pele, uma vez que a miscigenação era cada vez maior, mas em toda uma prática sócio-cultural. Esta consciência em relação à diferença entre o homem livre e o escravo junto com a crise de mão-de-obra que levou o Estado monárquico a construir mecanismos para a elaboração de uma nova concepção para o trabalho braçal.

Durante a segunda metade do século XIX, o Brasil passou por uma grave crise social, gerada por problemas na produção e pela transição da mão-de-obra escrava para mão-de-obra livre. Essa transição teve início em 1850, com a proibição do tráfico negreiro através da assinatura da Lei Euzébio de Queiroz. No Norte¹⁰ do país a situação era agravada pela crise no setor agro-exportador e pelas periódicas secas. A grande concentração de terras nas mãos de poucos proprietários era mais um dos agravantes desta crise social do Norte.

Neste mesmo período, podem-se perceber transformações distintas entre as províncias das várias regiões do país. Enquanto no Sul, em consequência do desenvolvimento da lavoura cafeeira, as cidades cresciam tanto do ponto de vista

¹⁰ O Brasil do século XIX era dividido em apenas duas Regiões – Norte e Sul, portanto a Região Nordeste foi uma construção regional posterior.

estrutural e econômico, quanto populacional, no Norte as províncias passavam por um período de recessão devido à crise na produção açucareira, boa parte da população escrava, foi comercializada para o Sul provocando a diminuição do contingente de mão-de-obra na região.

A crise no setor agro-exportador nortista fora gerada pela queda dos preços do açúcar no mercado internacional. Apesar do crescimento expressivo no setor algodoeiro, a produção do algodão não foi capaz de superar a queda no preço do mesmo na safra seguinte (1857-1860). De acordo com que nos afirma Silveira (1999):

A crise da agro-exportação açucareira remontava há longo tempo e a agro-exportação algodoeira não equilibrava a vida econômica, pois ambos os produtos eram extremamente dependentes das oscilações dos mercados internacionais, onde concorriam em desvantagem, decorrentes das características dos seus processos produtivos. As secas, cujas raízes estruturais eram intangíveis para o domínio das elites agrárias, reforçaram ainda mais a extrema desigualdade de desenvolvimento entre a economia paraibana e nordestina, em geral, em relação à região Centro-Sul do país. (p. 49)

Como agravante a esta situação havia a dependência econômica da Parahyba em relação a Pernambuco, o que aumentava a insatisfação dos produtores rurais paraibanos que exigiam do governo imperial uma política de incentivo a produção na província (SÁ, 1999, p. 113).

Até a década de 1870, a produção agro-exportadora do Norte, conseguiu manter um certo crescimento, e para garantir seu lucro, os proprietários rurais, repassavam as perdas obtidas com o baixo preço de seus produtos para os trabalhadores. Além disso, os mesmos passaram a diversificar a produção e ampliaram a área plantada.

Diante deste quadro e no desespero para manter seus lucros num momento em que todo o império se encontrava enfrentando uma forte crise social, os grandes proprietários rurais tiveram que repensar suas atitudes frente ao sistema produtivo e ao tipo de mão-de-obra que poderiam e teriam de utilizar. Nesse sentido, como nos chama atenção Silveira (1999), além da seca, da fome, das epidemias, das mortes em massa, e das dificuldades econômicas e financeiras “ainda se acrescenta outro ingrediente de combustão social: a desagregação das relações escravistas de produção e a necessidade, segundo as perspectivas dos proprietários rurais, de substituí-las por novas relações.” (SILVEIRA, 1999.p.49-50)

A exportação de escravos para a Parahyba do Norte era simbólica se comparada a realizada em outras províncias da Região Norte, pois esta exportação era realizada de acordo com a capacidade produtiva da Província. Naquele momento da história, a mão-de-obra escrava era tida como necessária, uma vez que na visão dos produtores rurais o escravo era “mais eficiente e produtivo” e ao mesmo tempo desconfiavam da capacidade disciplinar dos homens livres diante do trabalho regular.

As Leis criadas para pôr fim a escravidão no Brasil provocaram no decorrer das décadas de 70 e 80 do século XIX, uma grande queda no número de escravos na Parahyba do Norte:

Tinha a Paraíba, na época 165 engenhos, número que foi aumentado, já no fim do império, para 350. A população escrava devia acompanhar, logicamente, o ritmo de crescimento das atividades agrícolas. Por incrível que pareça, diminuiu. Em 1850 tinha a Paraíba 28.546 escravos. Passados 34 anos, ou seja, em 1884 esse número havia baixado para 19.778. (ALMEIDA, 1978, p.137)

Diante desse quadro, os produtores das províncias do Norte buscaram no homem livre e pobre a garantia de se manter dentro das diretrizes da economia capitalista internacional. Apesar de terem inicialmente apenas esta saída, para repor a mão-de-obra perdida com a saída do escravo para outras áreas e, posteriormente, com o fim da escravidão, os produtores não acreditavam que os homens livres pudessem ser disciplinados para o trabalho regular.

As dúvidas sobre a eficácia do trabalhador livre no trabalho regular, não era uma opinião apenas dos proprietários rurais, os homens livres pobres e os libertos, reforçavam essa idéia ao demonstrarem a sua rejeição e preconceito quanto ao trabalho realizado pelos escravos. Os trabalhos manuais que necessitavam de certo conhecimento técnico, como o de sapateiro, de ferreiro, de carpinteiro, etc, reivindicavam a cada dia a utilização de trabalhadores especializados para desenvolver estes ofícios. No caso da Parahyba do Norte, esta queda ocorreu devido à conjuntura de crise econômica que promoveu uma concorrência entre o trabalho livre e o escravo. Segundo Medeiros (1999):

Quanto às artes e ofícios, em qualquer parta da Capitania ou da Província, sofria a concorrência do trabalho escravo (...), pois, eram muitos os senhores que se empenhavam em fazer alguns de seus escravos aprenderem ofícios para alugá-los como artesãos e assim disporem de mais uma fonte de renda. Isso ocorreu principalmente na área urbana. Assim, exercido por trabalhadores escravos, o artesanato, no Brasil, não se desenvolveu nos moldes

do artesanato europeu, sendo - em virtude da concorrência do escravo – objeto de preconceito do homem livre pertencente à estamento mais elevado. (p. 86)

Os trabalhos manuais não serviam apenas para diferenciar escravos e libertos, eram uns dos fatores que também determinava a hierarquia social. Schueler (1999) afirma que:

Em uma sociedade escravista, a necessidade de trabalhar representava o limite da pobreza. Viver da própria labuta, prescindindo do trabalho de outrem, era sinal de pobreza extrema ou de uma oscilação constante dois níveis de vida, ainda que houvesse uma grande complexidade da sociedade oitocentista, acrescida da mobilidade e das diferenciações e hierarquizações das condições sociais, a necessidade do trabalho manual era uma marca fundamental de distinção social entre a população livre e liberta. (p.63)

No entanto, o processo que levou ao fim da escravidão, deixou clara a necessidade de mudar este pensamento, uma vez que foi o homem livre que substituiu o escravo no processo produtivo:

Se, de um lado, a presença escrava já não era tão ponderável; se havia, à disposição dos grandes detentores de terras, uma população de homens livres nacionais bastante ampla, no entanto, não havia mão-de-obra substitutiva disciplinada para o trabalho nas culturas de exportação. Ao contrário, aqueles homens livres constituíam, massas errantes, culturalmente formadas em um sistema sócio-político excludente, marcado pela violência e arbítrio das elites. (SILVEIRA, 1999, p. 50).

Apesar da desconfiança dos proprietários de terra diante da adoção da mão-de-obra livre, eles não viam outra solução, então passaram a exigir do governo imperial, medidas disciplinadoras para estes trabalhadores. Eles sabiam que o trabalhador livre não aceitaria de bom grado substituir o escravo no trabalho manual. Fazia-se necessário uma ação enérgica do governo imperial e provincial, nesse sentido. Como nos fala Sá (1999):

No entender desses senhores, era necessário aprovarem-se leis que obrigassem os homens livres e libertos a trabalharem, no que foram atendidas pelas leis abolicionistas, que garantiam a transição do trabalho escravo para o livre com toda a penalidade prevista para evitar a vadiagem, como também pela lei de locação de serviços de 1879, que ratificava os interesses dos proprietários rurais. (p. 116).

Apenas a adoção dessas medidas não foi suficiente para mudar essa concepção dos homens livres e dos libertos. Assim sendo, se fazia necessário um conjunto de medidas que amenizassem essa rejeição ao trabalho que era exercido pelo escravo, de forma a garantir a mão-de-obra reclamada pelo setor produtivo.

A visão que o homem livre e pobre tinha sobre o trabalho escravo fora algo construído no decorrer de vários séculos:

Desde o início da colonização do Brasil, as relações escravistas de produção afastaram a força de trabalho livre do artesanato e da manufatura. O emprego de escravos, como carpinteiros, ferreiros, pedreiros, tecelões etc., afugentava os trabalhadores livres dessas atividades, empenhados todos em se diferenciar do escravo. Ou seja: homens livres se afastavam do trabalho manual para não deixar dúvidas quanto a sua própria condição, esforçando-se para eliminar as ambigüidades de classificação social. (CUNHA, 2000, p. 2).

A atividade realizada pelos escravos era tida pelo trabalhador livre como uma violência. Realizar tais tarefas era algo que o degradava perante os seus amigos e familiares, que não trazia para si nenhum estímulo ou “edificação”, era a exploração fria e compulsória da força de trabalho. Submeter-se a esta condição era algo que o homem livre não estava disposto a fazer. Mesmo com o argumento de que se tratava de um trabalho remunerado, não trazia grandes ânimos para o trabalhador livre.

Diante desta situação, o governo imperial buscou construir uma nova imagem para o trabalho manual, na qual este fosse visto como “dignificador e bem maior do homem” (SÁ, 1999, p. 116). Nesse sentido, o trabalho manual se tornaria um meio através do qual o trabalhador seria reconhecido como membro da sociedade, uma parte necessária e indispensável para o crescimento de toda a nação. O trabalho manufatureiro passou a ser reconhecido como uma forma de se obter respeito e valorização por parte dos demais membros da sociedade. Só através do trabalho se conseguiria a satisfação pessoal e o reconhecimento dos demais. Além do mais, com as freqüentes discussões acerca do fim da escravidão promovida por intelectuais e alguns políticos e o agravamento da crise no sistema produtivo, o crescimento da massa de indigentes e desocupados era algo visível, o que levou conseqüentemente ao aumento do banditismo e da criminalidade. Na Parahyba do Norte,

Em matéria de furto, os mais freqüentes eram os de cavalo. Quadrilhas de ladrões operavam nas zonas do litoral e do brejo com resultados tão positivos como os que hoje puxam

automóveis nas cidades grandes. De outros furtos as notícias são vasqueiras¹¹. (ALMEIDA. 1978, p. 196).

Muitos intelectuais do século XIX alertavam sobre a necessidade de se preparar o homem livre e os libertos para o trabalho, pois viam o fim da escravidão como sendo inevitável. Alguns deles viam na educação a melhor, a mais apropriada e eficaz forma de preparar a população para a nova realidade que estava por vir. As instituições de ensino eram os lugares ideais para o homem livre, pois eram espaços capazes também de capacitá-los para as funções que viriam a exercer no campo e na cidade. Segundo Cunha (2000):

As conexões entre a (re)produção da força de trabalho, a educação e a abolição da escravatura não eram desconhecidas pelos intelectuais do Império brasileiro, embora eles tratassem essas questões de diferentes maneiras. (p. 149)

Dentre os diversos intelectuais do período imperial que estavam preocupados com esta questão destacamos a opinião dos seguintes.

- **José Bonifácio de Andrade e Silva**¹²: via a escravidão e a ignorância do escravo como um mal e apoiava a idéia de instruir o escravo, ex-escravo e o índio no amor ao trabalho, a religião, a moral e na instrução pública;

- **José Liberato Barroso**¹³: defendia a necessidade da instrução para os homens como uma forma de evitar que estes ao terem o sufrágio universal, caíssem na anarquia e propunha a educação primária como base para a educação profissional que deveria atender às necessidades do comércio e da indústria;

- **Carlos Leôncio da Silva Carvalho**¹⁴: compreendia que a educação era uma forma de diminuir os gastos do Estado com o combate à criminalidade

¹¹ VASQUEIRAS: referência a algo escasso, raro ou difícil de encontrar.

¹² Antes de ser dirigente político foi cientista. Foi bacharel em leis e história natural na Universidade de Coimbra em 1783, realizou viagens de estudo por diversos países europeus, aperfeiçoando-se e realizando estudos em vários campos do conhecimento. Exerceu vários cargos públicos em Portugal, foi secretário da Academia de Ciências e lecionou mineralogia na Universidade de Coimbra. Veio para o Brasil em 1819, realizou pesquisas mineralógicas na cidade de São Paulo. Após toda essa trajetória, passou a participar dos movimentos pela independência.

¹³ Doutor em direito pela Faculdade do Recife em 1852, onde foi professor catedrático, ocupou os cargos de deputado pela Província do Ceará em 1864 e 1881, foi ministro do Império entre os anos de 1864 e 1865 e foi presidente da Província da Pernambuco em 1882.

¹⁴ Foi conselheiro e desempenhou um importante papel na pregação das idéias relativas ao ensino profissional, professor da Faculdade de Direito de São Paulo, fundador e membro da primeira diretoria da Sociedade Propagadora da Instrução Popular, criada em 1873.

- **Antonio Gonçalves Dias**¹⁵: propunha não acabar com a escravidão, mas atenuar seus efeitos sobre a sociedade dando educação moral e religiosa aos negros escravos.

- **Antônio de Almeida Oliveira**¹⁶ em sua obra escrita em 1873 dizia:

Pode o Estado ser tão feliz nos seus esforços que consiga generalizar a instrução e fazer com que os meninos desvalidos não deixem de ir à escola. É, porém, claro que não basta isso. Pela sua condição mesmo os meninos desvalidos não raro aprendem mal o que devem aprender, e deixam de fazer uso do que aprendem. Daí uma nova necessidade para o Estado. Vem a ser o fundar estabelecimentos que abriguem esses infelizes, e tanto pela instrução como pelo trabalho os habilitem para poderem triunfar dos males, a que os expõe a sua miséria. (p. 181).

- **João Alfredo Correia de Oliveira**¹⁷: sugeria a criação de escolas de aprendizes para as crianças pobres, e não apoiava o fim da escravidão.

- **Martins Francisco Ribeiro de Andrade**¹⁸: via a instrução como um remédio para anarquia e para a criminalidade;

Alguns presidentes da Província da Parahyba do Norte também destacaram em suas mensagens encaminhadas à Assembléia Legislativa Provincial a importância da instrução como vantajosa para a economia da província. Dentre eles podemos destacar:

- **Bazílio Quaresma Torreão** que em seu discurso para a abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Provincial de 15 de Janeiro de 1837 destacou a importância de se dar uma boa educação para a juventude para que estes promovam o desenvolvimento da nação e ainda destaca a necessidade de se criar uma escola nos moldes do Colégio de Educandos e Artífices. Vejamos:

(...) O segundo, Estabelecimento, do que mais alto lhe falei, he o de Educandos pobres, e órfãos, que se applicuem aos officios mecânicos, a instrucção daqueles, de que tanto proveito tem tirado a Província de Pernambuco. Não gastarei tempo em

¹⁵ Bacharel em direito e escritor, exerceu diversos cargos públicos no Império brasileiro

¹⁶ Dedicou grande parte de sua vida a educação, primeiro na Província do Maranhão, depois na Corte e, mais tarde na Província de Santa Catarina, da qual foi presidente de 1878 a 1880. Em seu livro O ensino público, datado de 1873, o autor debate uma série de problemas de ensino, faz acusações ao governo do império, aos políticos, a Igreja e propõe soluções para o problema da educação nacional.

¹⁷ Foi político do Partido Conservador de Pernambuco e deputado da Assembléia dessa província, deputado-geral em quatro legislaturas, senador, presidente das Províncias do Pará e São Paulo, ministro da Fazenda, ministro do Império em dois gabinetes, membro do Conselho de Estado.

¹⁸ Sobrinho de José Bonifácio, formado em ciências jurídicas e sociais em SP, professor da Faculdade de Direito desta cidade, foi deputado varias vezes da Assembléia Provincial Paulista, ocupou a pasta dos Negócios Estrangeiros e da Justiça do Império, integrou o Conselho de Estado.

mostrar-vos as vantagens, que podem resultar deste estabelecimento; ellas vos não são desconhecidas; limitar-me-hei em dizer-vos tam somente, que a Província não fará com elle uma despeza improduttiva; por quanto os mesmos Educandos indenizarão, á principio com o trabalho proporcionado a suas forças, e pelo tempo adiante, quando aperfeiçoados, com uma parte do salário, que vencerem. Entre tanto o Estabelecimento pode ser montado no mesmo trem da Província para maior economia; e com 20 a 30 educandos destinados a aprenderem os officios de maior uzo e precizão (...) (PARAHYBA DO NORTE, Província da, Discurso, 1837, p.13)¹⁹

- **Dr. Joaquim Teixeira Peixoto de Albuquerque** reforçou a idéia de que a instrução era indispensável para moralização da população e que esta deveria ser utilizada como requisito para a contratação dos empregados, como podemos verificar na citação abaixo.

Sendo inegável Srs. Que da maior soma dos conhecimentos é que resulta o melhoramento, e perfeição da moral, base fundamental de toda civilização, e felicidade de hum País, é também inegável que a Instrução Pública é justamente aquelle ponto para o qual os Legisladores devem convergir todas as suas vistas. Seria para desejar que hum Sistema Nacional de educação regulasse todo o Império, mas em sua falta de conveniente que o maior grau de instrução e moralidade sirva de termômetro para a escolha dos empregados, não se devendo só regular por essas formalidades de habilitação que nem sempre comprovam a conduta moral. (PARAHYBA DO NORTE, Província da, Fala, 1838, p.24)²⁰

- **Bacharel João Antonio de Vasconcelos** em seu Relatório encaminhados à Assembléia Provincial de 1 de agosto de 1848 fez as seguintes afirmações acerca da instrução:

A instrução he a primeira necessidade do homem em sociedade; sem ella não haveria liberdade social, nem moralidade doméstica; por isso he devido universalmente, qualquer que seja a condição do individuo; e ainda que não possa ser a mesma para todos, com tudo há uma instrução primária que todos indistintamente devem ter. (PARAHYBA DO NORTE, Província da, Relatório, 1848, p. 5)²¹

¹⁹ Documento do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR

²⁰ Idem.

²¹ Documento do NDIHR.

Ao oferecer apenas uma educação primária às camadas populares, os gestores, de certa forma, mantinham a hierarquia social determinando quais os espaços pertencentes a cada grupo. A esse respeito nos fala Schueler (1999):

A Instrução Pública, determinando que o ensino primário era suficiente às camadas pobres, mantinha o monopólio do ensino secundário nas mãos de poucos. As atividades intelectuais e políticas, os cargos públicos e a direção do Estado permaneciam como privilégios das classes senhoriais, restando a maioria da população livre e pobre o ‘privilégio’ de exercer o trabalho manual na sociedade. (p. 68)

Foi com base nessas idéias, e na necessidade de preparar o homem livre para o trabalho, que foram criadas em muitas províncias, instituições com o objetivo de capacitar a mão-de-obra para o mercado de trabalho e moldá-lo conforme os rígidos preceitos da hierarquia social assentadas no escravismo.

O crescimento urbano e populacional ocorrido no século XIX, nas províncias do Sul do Império, não provocou alterações na base econômica do Brasil, a atividade agrícola continuou sendo a sua principal atividade econômica. O que fez com que a origem das casas de artífices estivesse atrelada à produção agrícola, além disso, a educação agrícola oferecida durante o período imperial era de melhor qualidade e oferecida em maior quantidade que o ensino mecânico e artesanal. Mas isso não impediu que o ensino de ofícios manufatureiros conquistasse sua independência e se afirmasse, principalmente, no período republicano, e que tivesse uma grande relevância no período monárquico.

As instituições que ofereciam um ensino de ofícios foram criadas a partir da iniciativa de vários agentes sociais (público ou privado), independente disso, o Estado marcava sua forte presença, “se não na instituição, direção e manutenção (...) pelo menos na transferência indispensável de recurso” (SCHUELER, 1999, p. 69). Estas instituições receberam várias denominações (Casas de Educandos, Asilos, Institutos, Colégios, Colônias, Orfanatos, Externatos, Seminários, Escolas e Liceus de Arte e Ofícios). Atendiam as crianças das camadas pobres da sociedade, no entanto apresentavam características distintas. Os institutos, casas ou colégios de educandos artífices ofereciam formação profissional e o ensino de primeiras letras, utilizando os mesmos métodos pedagógicos das escolas de guerra²². Suas atividades eram exercidas

²² “Escola militar” e “escola de guerra” são expressões utilizadas por diversos autores para designar uma mesma instituição a qual tem sua formação voltada para o trabalho junto ao exército.

em espaço próprio e mantidas pelo governo da província, foram criadas por leis provinciais e por atender a órfão e expostos eram confundidas com “obras de caridade”.

As companhias de aprendizes menores funcionavam no interior das companhias militares, eram sustentadas com recursos do governo imperial e tinham por objetivo formar um contingente para o exército. As escolas de aprendizes menores do exército foram as primeiras a deixar clara a intenção de utilizar os menores desvalidos para formar mão-de-obra para o trabalho em suas instalações.

A crise social fez com que estas instituições tivessem grande sucesso em boa parte das regiões do país²³. No Norte, a necessidade de criação destas instituições era evidente, devido à proliferação da marginalidade e o banditismo, tanto no litoral quanto no sertão.

Em momentos de crise é comum que as classes populares sofram mais. Essa problemática foi apontada por Almeida quando salienta que:

em todas as cidades, grandes ou pequenas, havia um aglomerado humano que vivia miseravelmente nas portas de rua, em casebres de palha. Moravam nas portas de rua as prostitutas, os mendigos e essa gente marginalizada que era livre, mas não tinha o que comer. (ALMEIDA, 1978, p. 203).

No século XIX a criança paraibana encontrava-se em um estado bastante precário como podemos observar na fala do então presidente da Província da Parahyba do Norte em 1858, o Tenente Coronel Henrique Beaurepaire Rohan:

È no mais lamentável desleixo que crescem os meninos pertencentes às classes pobres. Destituídos, durante os seus primeiros anos, da força física necessária para auxiliarem seus pais nos trabalhos rudes do campo, sem meio algum de se empregarem produtivamente, tornam-se dest’arte peiados às suas próprias famílias. Quando chegam á idade em que têm de pedir ao trabalho seus meios de vida, manifestam então vícios e maus hábitos que contrariam na quadra, a mais esperançosa de sua existência. (MELLO, 1958, p. 41).

²³ Apesar de observada por Sá (1999) a existência de nove instituições de ensino de ofício, não foi encontrada na documentação do arquivo da FUNESC, nenhuma indício que venha a nos confirmar se estes estabelecimentos realmente vieram a existir na Província da Parahyba do Norte. Todos os dados levantados, tanto no Arquivo Histórico quanto na produção historiográfica sobre esta temática, só nos indicam a existência de uma única instituição criada na Paraíba no período em estudo, com as características de uma escola de ofícios, no caso o Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte.

Pensando em solucionar este problema, o referido presidente propõe à Assembléia Provincial a criação de uma escola de agricultura teoria e prática, cujo principal objetivo era atender às crianças pobres da província e dar a elas uma formação de ofício. Para este fim foi comprada uma propriedade na qual seria instalado o Jardim Botânico Provincial, que se localizava nas imediações da Rua da Imperatriz (atual Rua da República) e as novas Rua do Imperador, Rua dos Quintais e Rua Formosa (último trecho da Avenida General Osório e Beaurepaire Rohan), nos fundos do Palácio do Governo. Esta instituição seria administrada pelo governo provincial, teria, inicialmente, uma ajuda financeira do governo da província, mas seria mantida com seus próprios recursos. A área foi comprada, e realizaram-se nela algumas reformas, mas o projeto não teve continuidade e o local foi abandonado.

Tendo como referência o princípio válido para o século XIX de que as crianças são mais dóceis e fáceis de serem moldadas, é que foram criados, na Parahyba do Norte e em outras províncias do Brasil, as casas de caridade, as colônias agrícolas e os colégios de artífices. Os menores desvalidos eram matriculados nessas instituições, e viviam em regime de internato. Tinham aulas de primeiras letras, música, catecismo e aprendiam um ofício, dependendo do caráter formador da instituição: sapateiro, alfaiate, cozinheiro, agricultor, etc.

Com base na Lei de nº 6, de 1º de Outubro de 1859 (PINHEIRO e CURY, p. 151-165), foi criada na Província da Paraíba, o Collégio de Educandos Artífices, o qual pode ser visto como um exemplo da educação profissional do nosso Estado. No próximo capítulo, analisaremos a criação do Collégio de Educandos Artífices, que foi marcado por grandes discussões sobre a sua viabilidade econômica e social.

CAPITULO II

O COLLÉGIO DE EDUCANDOS ARTÍFICES: DAS DISCUSSÕES ACERCA DE SUA FUNDAÇÃO ATÉ A O MOMENTO DE SUA ESTRUTURAÇÃO (1865-1874).

As escolas de caráter profissionalizante já vinham sendo criadas em todo o Império brasileiro desde 1840, conforme podemos verificar no quadro a seguir.

Quadro 1

Lista das províncias e os anos de criação das escolas de educandos artífices entre os anos de 1840-1874

<i>PROVINCIA</i>	<i>ANO DE CRIAÇÃO</i>	<i>INAUGURAÇÃO</i>	<i>LEI QUE A CRIOU</i>
Pará	1840	1840	Lei Nº 79 de 21 de outubro de 1840
Maranhão	1841	1841	Lei Nº 105 de 23 de agosto de 1841
Piauí	1847	1849	Resolução Nº 220 de 24 de setembro de 1847
Alagoas	1854	1854	Lei Nº 234 de 7 de abril de 1854
Ceará	1856	1857	Lei Nº 754 de 5 de agosto de 1856
Amazonas	1856	1857	Lei Nº 60 de 21 de agosto de 1856
Sergipe	1856		
Rio Grande do Norte	1858	1859	Lei Nº 376 de 9 de agosto de 1858
Paraíba	1859	1865	Lei Nº 6 de 1 de setembro de 1859
Goiás	1861		
São Paulo	1874	1874	

Fonte: Adaptado de CATRO, César Augusto. Infância e trabalho no Maranhão provincial. São Luís: EdFUNC, 2007. P. 65.

Mas apenas em 1859 é que foi assinada na Parahyba do Norte, a Lei que autorizava a criação de uma escola de formação profissional pelo então Presidente da Província Ambrosio Leitão da Cunha e regulamentada em 5 de Dezembro de 1865 pelo Presidente Felisberto Toscano de Brito. Na capital da Província a primeira escola teve suas obras iniciadas em 29 de Dezembro de 1865 e apesar de ter transcorrido um

intervalo de seis anos desde o ato de sua criação até o início da reforma e construção de sua sede, os documentos consultados nos indicam que os trabalhos foram realizados precariamente. A instituição paraibana foi a que teve o maior intervalo entre a assinatura da Lei que a criou e o início de suas atividades.

A demora entre a assinatura da Lei que criou o Collégio e sua reforma e construção, bem como a precariedade destes serviços, se deu devido à falta de recursos do governo provincial para custear este empreendimento. Vale salientar, que o governo imperial apesar de buscar organizar a instrução, através da Lei de 1827, logo se exime da responsabilidade para com a instrução pública com a assinatura do Ato Adicional de 1834, deixando a cargo das províncias a responsabilidade pelo ensino. Os gestores provinciais, por sua vez, devido à falta de recursos ou de “vontade”, não deram à instrução de suas províncias a devida atenção. Em algumas províncias, os colégios de artífices, desenvolveram suas atividades de maneira bastante sofrível, como é o caso do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte. Esta dificuldade acompanhará o Collégio por toda sua história, como veremos a seguir.

2.1 O processo de construção da sede do Collégio de Educandos Artífices (1865-1866)

A importância e a necessidade de se criar uma instituição com as finalidades a que se propunha o Collégio de Educandos Artífices foi algo bastante discutido e desejado por intelectuais, governantes e a elite do período. Segundo nos afirma o Sr. Dr. Felisardo Toscano de Britto, vice-presidente da Província em 1848:

Ninguém contesta a conveniência do estabelecimento de uma Casa de Educandos Artífices nesta Capital. Abonada pelo exemplo de outras Províncias, em que se acha admitida, essa instituição utilíssima será o complemento da Santa Casa da Misericórdia pelo lado da caridade, ao mesmo tempo que preenche uma lacuna do ensino público da Província, dotando-o com uma escola, em que se desenvolvão e seão aproveitadas as vocações industriais.(PARAHYBA DO NORTE, Província da, Relatório,1865, p. 17)²⁴

No entanto, não foram poucas as dificuldades enfrentadas pelo Diretor do Collégio, Padre Joaquim Victor Pereira, durante o processo de reforma e construção da

²⁴ Documento manuscrito. Cx. 47. Arquivo Histórico do Estado da Paraíba, FUNESC.

sede do mesmo, segundo relatório expedido pelo referido Diretor em 31 de maio de 1867 e ofícios destinados ao Tesouro Provincial e ao Presidente da Província.

De acordo com esta documentação foi difícil definir um local adequado para a instalação do Collégio, uma vez que a maioria dos edifícios existentes na Capital não estavam disponíveis, não possuíam a estrutura adequada ou custariam muito caro aos cofres provinciais proceder reformas ou construções específicas.

No ano de 1865 foi comprada pelo poder provincial, a propriedade denominada Sítio Cruz do Peixe, e que, segundo Mello (1956, p. 46), se localizava onde atualmente fica o Hospital Municipal Santa Isabel, atual Bairro do Tambiá, na capital da Província, Cidade da Parahyba do Norte. O mesmo sítio encontrava-se estruturalmente abandonado, com suas cercanias²⁵ derrubadas, com capim tomando conta da área em volta e com sua sede necessitando de muitos reparos.

Como se não bastassem todos estes problemas, a propriedade não dispunha de cômodos suficientes para a instalação das oficinas e dos funcionários, acomodando muito mal os educandos, Na verdade, o edifício existente no local fora construído para abrigar a família do antigo proprietário, se fazendo necessário não apenas uma reforma do edifício como também, a construção de outro prédio adequado para instalar as oficinas. Depois de definido o local onde seria instalado o Collégio, o seu Diretor empenhou-se em conduzir as obras necessárias para dar início ao funcionamento das atividades do referido estabelecimento:

O edifício destinado para nele ser estabelecido o Collégio, além de velho e arruinado, pouca ou nenhuma capacidade oferecia para um estabelecimento de tal natureza. Pelo que, autorizando-me a portaria de minha nomeação a proceder nele às acomodações necessárias em ordem a servir ao fim que lhe fora dado, passei imediatamente a promover a edificação de uma nova casa em acrescentamento e adjacente ao velho edifício que é um pequeno sobrado, situado no lugar Cruz do Peixe. (PARAHYBA DO NORTE, Província da, Relatório, 1867, s/p)²⁶

Encontrar um local para instalar o Collégio não foi o problema mais difícil, foi apenas o primeiro. Durante todo transcorrer das obras de reforma e construção do novo edifício (12 de setembro de 1865 a setembro de 1866), o Diretor enfrentou dificuldades

²⁵ CERCANIAS, expressão da época que se referia acerca.

²⁶ Documento Manuscrito. Cx. 49. Arquivo Histórico do Estado da Paraíba, FUNESC.

quanto ao fornecimento de material e de recursos para a obtenção dos mesmos. No que concerne ao material, às dificuldades se justificavam pelo fato de só haver uma olaria, uma serralha e uma serrallaria na capital, cujos trabalhos e produção estavam destinados à construção da nova sede do Tesouro Província, o qual exigia toda a produção destas oficinas, e o que restava era vendido por um preço altíssimo, uma vez que a procura era maior que a oferta. Diante deste problema, o Diretor da instituição fez vários apelos para o Presidente da Província que se dignasse a dar um pouco mais de atenção às necessidades pelas quais estava passando o Collégio. Ressaltou ainda em ofícios que muitas vezes teve de se endividar para dar prosseguimentos às obras:

Em consequência da autorização que por Vossa Excelência me foi dada em ofício de 12 de Dezembro corrente (1866) sob o nº 8328, para promover no edifício do Sitio - Cruz do Peixe – as acomodações necessárias ao estabelecimento do Collégio de Educandos Artífices tenho contratado a compra de dez milheiros de tijolos de alvenaria pelo dito fim na razão de 14\$ reis o milheiro, e bem assim a condução dos mesmos tijolos do porto do Varadouro para o referido lugar, a 12\$ reis o milheiro, donde já existe uma grande parte dos mesmos tijolos. Rogo, por Vossa Excelência a expedição de suas ordens, afim de que, pela respectiva repartição, me seja abonada a quantia correspondente a dita despesa. (PARAHYBA DO NORTE, Província da, Ofício, 1865, s/p)²⁷

A compra dos materiais já exigia um alto custo e estas despesas se tornavam ainda maiores quando somadas com o transporte do mesmo para o sítio. Nos dias atuais, o trajeto entre o Varadouro, na cidade baixa, e o Hospital Santa Isabel, no Bairro do Tambiá, pode ser realizado de um modo muito rápido e sem nenhuma dificuldade. Mas este mesmo trajeto no século XIX, segundo a documentação consultada, possuía uma série de obstáculos. Ainda havia muito mato e atoleiros, além do trajeto ser composto por várias ladeiras. As ruas que se localizavam próximas ao Varadouro estavam calçadas, enquanto que as mais distantes se encontravam em precário estado para o deslocamento das viaturas, ou seja, com muito barro, buracos e lama, em decorrência das chuvas corriqueiras do litoral. A maioria dos carroceiros se negava a transportar estes materiais por caminhos tão hostis, e os que aceitavam o serviço o faziam por um alto custo.

Na construção e reparação desta obra foi necessário gastar grande parte do ano passado por encontrar não poucos

²⁷ Documento Manuscrito. Cx. 47. Arquivo Histórico do Estado da Paraíba. FUNESC.

embaraços devidos, ora a grande distância do sítio onde é colocado o Colégio, fora do circulo da cidade, ora a estação invernosa que logo se seguiu, em cuja época são mais difíceis os trabalhos de tal natureza. (PARAHYBA DO NORTE, Província da, Relatório, 1867, s/p)²⁸

A concorrência com as obras de construção da nova sede do Tesouro Provincial não se limitava ao fornecimento do material. O Collégio também tinha de disputar a mão-de-obra disponível que também era pouca. Inúmeras vezes os trabalhos do Collégio foram interrompidos devido ao fato dos mestres de obras e serventes terem de se destinar às obras da sede do Tesouro Provincial. Em alguns momentos, todo o trabalho já realizado teve de ser refeito, devido ao tempo que as obras ficaram paradas danificando todo o trabalho anteriormente realizado.

Estes obstáculos unidos à escassez de recursos financeiros explicam o longo período despendido para reforma e construção da sede do Collégio de Educandos Artífices. Explica também o fato deste, apesar das melhorias realizadas, não possuir uma estrutura adequada e confortável ao seu pleno funcionamento:

(...) Prédio, que não foi edificado para semelhante fim, e sim para um particular de reduzida família, apenas comporta muito mal o pequeno pessoal de 36 educandos, que ali existem, e por se ter nele feito alguns reparos e melhoramentos.

É urgente a construção de uma enfermaria e cozinha, para a que a Assembléia Provincial votou o ano próximo passado, na lei do orçamento, a quantia de 1: 500\$000rs.

Surte haver entrado para a Administração da Província em época em que não podia dispor de tal quantia para obras tão necessárias, mas que Vossa Excelência poderá realizar logo que a próxima futura safra lhe dê os preciosos recursos.

(...) em minha opinião o estabelecimento precisa de mais um salão para os dormitórios comuns, por isso que os existentes muito mal preenchem o seu fim, ainda mesmo se conservado o atual pessoal dos educandos (...) (PARAHYBA DO NORTE, Província da, Exposição, 1869, p. 13)²⁹

Mesmo depois de tanto trabalho e empenho do Pe. Joaquim Victor, então Diretor do Collégio, as instalações continuaram inadequadas para a instalação dos serviços que a instituição pretendia oferecer. Após a reforma e construção, o Collégio passou a contar com dois edifícios, sendo um sobrado grande e outro menor com os cômodos distribuídos pelo modo seguinte: no primeiro edifício, o mais antigo, foi instalado o refeitório, a secretaria, dormitórios, diretoria e as salas onde seriam ministradas as aulas

²⁸ Documento Manuscrito. Cx. 49. Arquivo Histórico do Estado da Paraíba. FUNESC.

²⁹ Documento Manuscrito. Cx. 51. Arquivo Histórico do Estado da Paraíba. FUNESC.

de primeiras letras e o ensino de música; no segundo foram instaladas as oficinas de sapataria e alfaiataria. Apesar das dificuldades de espaço, as instalações poderiam receber um número de até 30 educandos, mas chegou a receber até 36 educandos entre os anos de 1867 e 1869.³⁰

Ainda assim, com todos esses problemas estruturais, o Collégio foi inaugurado em setembro de 1866, mesmo funcionando de maneira precária, não passou por nenhuma reforma ou ampliação durante todo o período de seu funcionamento.

2.2 Os funcionários e o desempenho de suas funções

Depois de concluída a construção do edifício, que serviria como sede do Collégio de Educandos Artífices, o Diretor, juntamente com o Conselho Administrativo do Collégio, passaram a fazer a contratação dos funcionários responsáveis pela manutenção do edifício e pela aplicação das aulas.

Segundo os artigos 8º e 12º do Regulamento nº 7 de 6 de dezembro de 1865³¹ da Instituição, o Collégio deveria funcionar com os seguintes funcionários:

- Um Diretor;
- Um Secretário que também acumularia o cargo de Professor da Instrução Primária;
- Um Porteiro;
- Um Médico;
- Um Mestre de Música;
- Um Mestre de Ofício;
- Um Cozinheiro.
- Um servente³²

Todos estes funcionários deveriam ter sido contratados durante o período de construção do edifício, para que findo estes trabalhos, tivesse início o mais rápido possível as atividades do Collégio. No entanto, só depois de concluída a obra, foi que

³⁰ O número de educandos do Collégio se manteve estável, variando em torno de 33 a 36 alunos entre os anos de 1867 e 1874. Isso ocorria devido ao número regular de pedidos de admissão e dispensa dos mesmos, os quais eram examinados e avaliados cuidadosamente pelo diretor da instituição.

³¹ Regulamento nº 7 de 6 de dezembro de 1865, publicado no trabalho de PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira e CURY, Cláudia Engler 2004, p. 150-165.

³² Em 1873, foi contratado mais um servente e um ajudante do mestre de música que ficou responsável pelo ensino de instrumentos de sopro.

teve início a contratação do pessoal. Até então, o Collégio contava apenas com um Diretor, e um Conselho Administrativo, o qual era composto pelo mesmo Diretor, pelo Diretor da Instrução Pública e pelo Procurador Fiscal da Fazenda³³, e estes eram responsáveis pela administração do Collégio, sendo que o Diretor estava subordinado às decisões do Conselho Administrativo, que era presidido pelo Diretor da Instrução Pública.

O processo de contratação do pessoal transcorreu logo nos primeiros meses, após a inauguração do Collégio, ocorrida em 27 de setembro de 1866. Em 1865 foi convidado para o cargo de Diretor do Collégio o Pe. Joaquim Victor Pereira, o qual exerceu esta função até 1868, quando o deixou para assumir uma cadeira na Assembléia Provincial. Assumindo então a função o Sr. Antônio de Souza Govêa, que ficou no cargo até o fechamento da instituição em 1874. Em 07 de outubro foi contratado o Porteiro, Sr. Salviano José de Bulhões. Segundo nos mostra a documentação consultada, o Sr. Bulhões foi o funcionário que deu mais trabalho ao Diretor do Collégio. Além de inúmeros pedidos de licença sem comprovada justificativa, este funcionário faltava bastante, chegando até a abandonar sua função em agosto de 1871, sendo substituído por Antônio Alves da Costa que pediu demissão em 1872 por motivo de saúde, assumindo seu lugar Rufino Apolinário Alves. Em 26 do mesmo mês de outubro de 1866 foram contratados os Mestres de Oficina, Sr. João Baptista da Silva Dourado que ficou no cargo até 7 de dezembro de 1873 e foi substituído pelo Dr. Abdom Feitosa Milanês em 9 de dezembro do mesmo ano; para a oficina de sapateiro, e o Sr. Bento Emigdio de Souza Carvalho, para a oficina de alfaiate.

Em 31 de outubro do mesmo ano, tomou posse o Secretário e Professor da Instrução Primária, Sr. Laurindo Peregrino Bandeira Mello, este ficou no cargo até 4 de dezembro de 1867, quando foi nomeado um novo secretário, o Sr. Telêmaco Lima da Silva Jurema, e que foi exonerado em 24 de julho de 1868. Em seguida foi aprovado, pelo governo provincial de acordo com o artigo 13º do Regulamento, o Sr. José Ladislau Monteiro, para o cargo de secretário e professor de primeiras letras, em 11 de novembro de 1869, tendo sido demitido em 1870 assumindo a função o senhor Jacinto José da Cruz em 3 de dezembro do mesmo ano; em 03 de novembro foi contratado o médico, Dr. Antônio da Cruz Correia, e em 09 do mesmo mês e ano o poder provincial contratou o Mister de Música, o Sr. Justiniano Garcia do Amaral.

³³ Em 1866 ocupavam estes cargos respectivamente o Pe. Joaquim Victor Pereira, Dr. José Antônio Baptista e Astolfo José Meira

A demora no processo de contratação do pessoal deu-se pela dificuldade de se encontrar pessoal habilitado para o desempenho de cada uma das funções, como também pessoas que se disponibilizassem a ocupar estes cargos.

São inúmeros os motivos que levavam os profissionais de cada área a não aceitar o emprego. Um deles era o baixo salário oferecido, segundo o próprio Diretor, tratava-se de uma quantia quase que simbólica. Outro motivo era a localização do Collégio, que ficava, como já foi mencionado anteriormente, fora do “círculo da cidade”³⁴. É importante ratificar que o percurso era muito difícil e pelos cuidados demonstrados pelo Diretor, se pode perceber que este trajeto também era muito perigoso.

O Diretor que deveria ser de preferência um sacerdote³⁵, e assim o era, e o Porteiro, que também desempenhava as funções de Mordomo e Despenseiro³⁶ eram os únicos que residiam no Collégio. De acordo com os documentos consultados, os demais funcionários viviam no centro urbano da cidade da Parahyba, ou em áreas próximas ao Collégio e tinham que se deslocar diariamente para o desempenho de suas funções na referida instituição.

A dificuldade de se contratar funcionários e a falta de recursos fizeram com que alguns tivessem de assumir várias funções, o que tornava o cumprimento das mesmas muito difícil. Como destaca o próprio Sr. Joaquim Victor Pereira, Diretor do Collégio em ofício expedido a 31 de Outubro de 1866 ao então Vice Presidente da Província, Sr. Comandante João José Inocêncio Poggi:

O serviço deste Colégio não pode ser regularmente feito com um só servente que ocupado com os diversos misteres relativos a cozinha como provimento d' água e lenha, limpeza da casa por pouco tempo lhe resta para as compras que sendo feitas nesta cidade, como Vossa Excelência sabe, em grande distância acontece, além do atropelo desse serviço econômico, sofrer o da secretaria. Vou por isso rogar a Vossa Excelência a permissão de admitir nessa casa, mais um segundo servente com o salário que por mero poder contratar. (PARAHYBA DO NORTE, Província da, Ofício, 1866, s/p)³⁷

³⁴ “Círculo da cidade” expressão utilizada pelo Diretor do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte para explicar que o Colégio ficava fora do perímetro urbano da Província da Parahyba do Norte. Ter sido construído longe do centro da capital da província era uma das características desse tipo de instituição, em todo o Império, o que demonstra mais um elemento de hierarquização social. Ao contrario do Collégio de Educandos Artífices, o Liceu e o Colégio de Nossa Senhora das Neves, tinham suas sedes no círculo da cidade.

³⁵ A predileção por um sacerdote para ser diretor do collégio é algo que está explicito em sue Regulamento.

³⁶ Despenseiro: expressão utilizada pra designar pessoa responsável pela organização e controle da dispensa, local onde se armazenam os gêneros alimentícios.

³⁷ Documento Manuscrito. Cx 48. Arquivo Histórico do Estado da Paraíba. FUNESC.

A solicitação acima citada foi atendida, e em 1867 o Collégio contava com nove funcionários os quais recebiam os seguintes vencimentos:

- Um Diretor que acumulava as funções de Tesoureiro e Capelão com vencimento de 1: 500\$000 réis.
- Um Secretário que também desempenhava a função de Professor da Instrução Primária com vencimento de 1: 000\$000 réis;
- Um Porteiro que desempenhava a função de mordomo e despenseiro com vencimento de 600\$000 réis anuais;
- Um Médico com 240\$000 réis;
- Um Mister de Música com 250\$000 réis;
- Dois Mestres de Oficina com 300\$000 réis cada.
- Dois Serventes e um Cozinheiro com vencimento de 800 réis diários. (MELLO, 1956, p. 47)

Estes vencimentos unidos às dificuldades de acesso ao Collégio e ao acúmulo de funções faziam com estes funcionários trabalhassem com muita má vontade e até mesmo os Mestres de Oficina que podiam contar com uma participação nos lucros obtidos com a venda dos produtos feitos nas mesmas, segundo art. 65º do Regulamento³⁸ queixavam-se dos baixos rendimentos que recebiam.

Por inúmeras vezes o Diretor do Collégio se queixou sobre a necessidade de se oferecer maiores salários e de se contratar mais funcionários, uma vez que, os já contratados eram insuficientes para dar conta de todo o trabalho da instituição. É importante registrar que ocorreu um aumento significativo no número de educandos, uma vez que em 1866 contava com 09 alunos, no ano seguinte o Collégio com 25 educandos, e em 1869 possuía 36 alunos matriculados. Em casos de doença não havia nem espaço e com tão pouco pessoal adequado para o tratamento dos enfermos, que em tempo de epidemias não eram poucos.

Esta situação não mudou durante todo o período de funcionamento do Collégio, apesar dos inúmeros apelos feitos pelo seu Diretor, Pe. Joaquim Victor Pereira, para o governo provincial. Durante o período em que funcionou o Collégio recebeu inúmeros pedidos de dispensa e licença de seus funcionários, além dos pedidos de aumento no

³⁸ O referido artigo diz o seguinte: “Os mestres de oficina tem a quarta parte dos lucros líquidos das oficinas a que pertencem.” (p. 164)

número de funcionários que serviam naquela instituição. Entretanto, além desse problema o Collégio apresentou outros, tal como, a dificuldade de obter os produtos necessários ao funcionamento do Collégio.

2.3 A problemática do fornecimento de materiais e gêneros alimentícios

O fornecimento dos materiais e gêneros alimentícios necessários ao funcionamento do Collégio de Educandos Artífices deveria ser feito mediante contrato realizado pelo Conselho Administrativo do mesmo e com a aprovação do Presidente da Província, segundo o art. 9º, § 39, cap. II do Regulamento:

Ao Conselho Administrativo, que será presidido pelo Diretor da Instrução Pública compete (...)

§3º- Celebrar os contratos de fornecimento de gêneros alimentícios e de outra qualquer natureza para o Colégio, assim como de matéria- prima, instrumento e utensílios para as oficinas. (p. 152)

No entanto, durante os primeiros anos de seu funcionamento este contrato não havia sido realizado o que obrigou o diretor da instituição a providenciar o seu fornecimento. Informou o citado Diretor, em Relatório de 31 de Maio de 1867; o seguinte:

Embaraçado sob o modo por que deveria ser feita a alimentação dos educandos, visto que o regulamento somente dispõe que os objetos para o consumo deste Collégio sejam adquiridos por meio de contrato celebrado perante o Conselho Administrativo, o qual não podia funcionar antes de constituído o Collégio, Eu consultei a respeito o Excelentíssimo Presidente da Província que, por ofício de 23 de Outubro, encarregou-me de fazer o fornecimento necessário à alimentação e mais despesas econômicas deste estabelecimento. E deste modo continua ainda a ser feito dito fornecimento. (PARAHYBA DO NORTE, Província da, Relatório, 1867, s/p)³⁹

Por várias vezes, o Conselho Administrativo do Collégio procurou votar o orçamento para o fornecimento dos gêneros necessários a esta instituição. No entanto, por não saber ao certo a quantia necessária aos mesmos, não conseguia chegar a uma

³⁹ Documento Manuscrito. Cx. 49. Arquivo Histórico do Estado da Paraíba, FUNESC.

conclusão. Na grande maioria das vezes, o Conselho acabava aprovando os despachos elaborados pelo seu Diretor:

O Conselho Administrativo, a cuja inspeção o regulamento submete uma grande parte da administração deste Collégio, reuniu-se pela primeira vez em sessão ordinária de 6 de novembro, limitou-se a aprovar os despachos até então por mim feitos, e autorizar-me a continuar os que a necessidade do estabelecimento exigisse, de acordo com a ordem da Presidência. (PARAHYBA DO NORTE, Província da, Relatório, 1867, s/p)⁴⁰

O fato de o Regulamento colocar sob as decisões do Conselho Administrativo o fornecimento dos gêneros provocou uma série de transtornos para o funcionamento do Collégio, uma vez que se tratava de produtos indispensáveis ao bom andamento do mesmo. Produtos como gêneros alimentícios, produtos de higiene pessoal e limpeza, vestuário de cama, mesa e dos educandos, utensílios para a cozinha e despensas. Tudo isso não poderia esperar as reuniões do Conselho que ocorriam uma vez a cada mês. Sobre essa forma de funcionamento administrativo é importante ressaltarmos que a instituição paraibana era a única que subordinava a administração do Diretor às decisões de um Conselho Administrativo, nas demais instituições, o Diretor devia obediência apenas ao Presidente da Província, e quase não havia relação destes com os inspetores de ensino. Por várias vezes o Pe. Joaquim Victor Pereira questionou algumas disposições do referido Regulamento, as quais limitavam suas ações às decisões do Conselho Administrativo.

Devendo ter lugar a instalação deste Collégio em dia da presente semana que foi por Vossa Excelência designado e devendo começar, deste então, o fornecimento por conta da Província, dos diversos gêneros alimentícios para o uso diário e interno do mesmo Collégio, tomo a liberdade de consultar a Vossa Excelência a cerca do modo pelo que deve ser feito este fornecimento visto como o regulamento de 6 de Dezembro do ano passado apenas no § 9º fala desse fornecimento pelo contrato mais que eu entendo só poderei ter lugar depois da sua instituição e já funcionando o Conselho Administrativo. Outro sim faço a Vossa Excelência que se digne precisar o dia em que pode ser feita ditas instalações afim de que eu possa providenciar o recolhimento dos alunos escritos. (PARAHYBA DO NORTE, Província da, Ofício, 1866, s/p)⁴¹

⁴⁰ Idem

⁴¹ Documento manuscrito. CX.48. Arquivo Histórico do Estado da Paraíba. FUNESC.

Apesar dos apelos feitos pelo Diretor do Collégio de Educandos Artífices foi apenas em 1868 que o Conselho Administrativo organizou um orçamento e contratou um fornecedor dos gêneros alimentícios para o Collégio:

Termo do contrato, que em virtude arrematação em haste pública assina José Felix do Rego, para fornecimento de gêneros alimentícios ao Collégio de Educandos Artífices. Ao primeiro do corrente mês de Dezembro do anno de 1868 na Secretaria de Instrução Pública da Parahyba do Norte estando presente membros do Conselho administrativo do Colégio de Educandos Artífices, os Senhores Doutor Silvino Euvidio Carneiro da Cunha Diretor da Instrução Pública, Doutor Astoufo José Meira, Procurador Fiscal do Thesouro Provincial, Francisco Gomes Monteiro de Mello Diretor interino do Collégio/ Compareceu José Felix do Rego, e disse que vinha assinar o termo de contrato que acabara de celebrar com o mesmo Conselho para o fornecimento dos gêneros alimentícios do referido Colégio... (PARAHYBA DO NORTE, Província da, Termo de Contrato, 1868, s/p)⁴²

Após a assinatura do contrato⁴³ o Sr. José Felix do Rego passou a fornecer os gêneros alimentícios descritos no Quadro 2:

Quadro 2

Tabela dos Gêneros alimentícios e outros diversos consumidos no Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte

	Gêneros	Preços	Importância
585	Pães de	40	23,400
3	Arrobas de bolaxas a	8,000	24,000
14	Libras de manteiga francesa	1,100	15,400
1	Dita de dita inglesa	1,600	1,600
1½	Arroba de Assucar branco	5,000	7,500
1½	Dita ⁴⁴ de dito mascarado	4,000	6,000
8	Libras de dito refinado	200	1,600
32	Ditas de Café em caroço	280	8,960
1½	Dita de Chá	3,800	5,700
136	Ditas de Carne verde	200	27,200
1½	Arroba de dita secca	5,000	7,500
30	Libras de Bacalhãos	200	6,000

⁴² Documento Manuscrito. Cx 050. Arquivo Histórico do Estado da Paraíba. FUNESC.

⁴³ O contrato encontra-se em anexo I

⁴⁴ Expressão utilizada para se referir a algo mencionado anteriormente, para que não seja necessário repetir.

48	Cuias de farinha	280	13,440
2	Ditas de feijão	400	800
2	Libras de toucinho	500	1,000
12	Ditas de arrô	160	1,920
2	Garrafas de vinagre	320	640
½	Ditas de azeite doce	1,200	600
6	Cargas de lenha	640	3,840
1	Canadá de Azeite de mamona	2,000	2,000
½	Dita de gaz	4,500	2,250
2	Libras de velas de carnaúba	400	800
		Somma	162,150

Fonte: Contrato de gêneros alimentícios para o Collégio de Educandos e Artífices no ano de 1868. Anexo ao contrato.

Quanto ao fornecimento de matéria prima para as oficinas, a problemática não foi diferente, em vários momentos, as oficinas ficaram paradas por falta de materiais necessários para o seu funcionamento. O alto custo destas matérias, unido ao pequeno orçamento destinado ao Collégio, era um dos motivos que levava ao precário funcionamento das oficinas. E quando este material era fornecido se fazia um alto controle sobre os mestres de oficina que tinham que prestar conta ao Diretor de cada centímetro do material utilizado.

Durante os meses de janeiro e fevereiro de 1868, podemos perceber, de acordo com a documentação analisada, uma produção bastante considerável da oficina de alfaiate uma vez que foram produzidas para o Quartel da Guarda Nacional da Província da Parahyba do Norte 690 peças de roupa para o fardamento dos soldados desta companhia, distribuídas entre camisas, calças e fardeta⁴⁵, conforme podemos verificar no quadro seguinte:

Quadro 3

Tabela dos produtos fabricados pelos educandos do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte no ano de 1868.

DATA	QUANTIDADE		TOTAL
21 de Janeiro	Camisa	50	150 peças
	Calça	50	
	Fardeta	50	
27 de Janeiro	Camisa	37	111 peças
	Calça	37	
	Fardeta	37	
10 de Fevereiro	Camisa	43	129 peças

⁴⁵ Casaco posto sobre a camisa nas fardas dos militares.

	Calça	43		
	Fardeta	43		
17 de Fevereiro	Camisa	34	102 peças	TOTAL
	Calça	34		
	Fardeta	34		
25 de Fevereiro	Camisa	66	198 peças	690 peças
	Calça	66		
	Fardeta	66		

Fonte: Ofícios expedidos pelos Diretor do Collégio e pelo chefe do Quartel da Guarda Nacional da Província no ano de 1868.

Os dados acima apresentados nos mostram que havia uma necessidade real de matéria-prima para as oficinas, uma vez que a produção nas oficinas era considerável. Além disso, eles nos indicam também o caráter sistemático da produção realizada no Collégio de Educandos Artífices, comprovando o seu interesse em formar mão-de-obra não apenas para o mercado de trabalho, mas também para atender às necessidades do Estado Provincial.

O Diretor para garantir os materiais para as oficinas, muitas vezes apresentou sugestões ao Presidente da Província. Dentre elas, a de que a Província da Parahyba do Norte comprasse nas cidades vizinhas, pelo fato destas oferecerem um material de melhor qualidade e de menor custo:

Precisando dar trabalho aos aprendizes da oficina de sapateiro deste Collégio, e faltando-me o material necessário para alimentar este trabalho, por que o que aparece no mercado desta praça, sendo de má qualidade é por um preço excessivo vou lembrar a Vossa Excelência a conveniência de por intermédio do Tesouro Provincial, mandar comprar na cidade de Aracaty, onde este gênero é mais em conta, vinte meios de sola e cem couros de cabra, dos de melhor qualidade. Com esse material poderão os mesmos aprendizes dar-se com assiduidade ao serviço de sua profissão pelo espaço de um a dois meses e, evitando a destarte a ociosidade que lhes é tam preciosa(...) (PARAHYBA DO NORTE, Província da, Ofício, 1868, s/p)⁴⁶

Durante todo seu período de funcionamento, o Collégio de Educando Artífices conviveu com fornecimento precário, ora pela falta de decisão do Conselho Administrativo, ora pela falta de recursos disponíveis para a realização dos mesmos.

Como já podemos perceber, a administração do Collégio de Educandos Artífices se deparou com inúmeros problemas: falta de recursos, de material e de pessoal. No entanto, a principal dificuldade do então Diretor da Instituição, Pe. Joaquim Victor

⁴⁶ Documento Manuscrito. Cx. 50. Arquivo Histórico do Estado da Paraíba. FUNESC.

Pereira, era em desempenhar suas funções com base no Regulamento, o qual limitava seus poderes às decisões do Conselho Administrativo que na maioria das vezes não conseguia solucionar todos os problemas.

Muitas vezes o Diretor se viu obrigado a desrespeitar o referido Regulamento, devido ao fato deste impedir a tomada de decisões para assuntos que exigiam uma resposta imediata, como no caso do fornecimento de gêneros alimentícios e vestuários para os educandos. Não são poucas as observações levantadas pelo citado Diretor sobre a necessidade de se repensar e mudar algumas das disposições do Regulamento, que lhes permitissem um melhor desempenho de suas funções. Vejamos alguns aspectos:

O artigo 7º do Regulamento diz o seguinte: “Finalmente, deliberar sobre qualquer emergência não prevista, que ocorra no estabelecimento tendo sempre em vista o desenvolvimento e prosperidade da instituição.” (p. 151)⁴⁷

No que concerne ao artigo 34º do referido Regulamento, determinava o horário das aulas de música, as quais deveriam ser realizadas nas segundas, quartas e sextas feiras, no horário entre às 19:00 e 21:00 horas. Segundo o Diretor, este horário se revelara impróprio, devido ao cansaço dos educandos. A mudança deste horário estava na dependência das decisões do Conselho Administrativo. Aparentemente seria uma decisão simples, no entanto, o Regulamento, criava todo um conjunto de obstáculos para que se pudesse mudar o referido horário

Outro problema vivenciado pela administração do Collégio era com relação à qualidade das roupas dos educandos. Segundo o Diretor, as roupas eram feitas com um tecido de má qualidade, e por isso se mostravam extremamente frágeis, rasgando-se facilmente. Além disso, a quantidade de roupas e calçados disponibilizados para cada educando eram em número insuficiente. O fornecimento destes materiais, também estava sob a determinação do Conselho Administrativo.

Administrar uma instituição com tantos problemas como o Collégio de Educandos Artífices foi um grande desafio, mas este desafio nem se compara ao enfrentado pelos educandos desta instituição, os quais fugindo de sua condição miserável se deparavam com um local que aparentemente seria um refúgio, mas na verdade, se tornara um outro obstáculo a ser ultrapassado. Isso devido à falta de

⁴⁷ Regulamento nº 7 de 6 de dezembro de 1865, publicado no trabalho de PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira e CURY, Cláudia Engler 2004, p. 151.

estrutura do Collégio para atendê-los, ao rígido regime disciplinar⁴⁸ e as doenças, entre outros problemas.

2.4 A infância pobre e o processo de admissão no Collégio de Educandos Artífices

Quando fora criado em 1859, o Collégio pretendia prestar assistência a todos os menores “verdadeiramente desvalidos” da Capital da Província da Parahyba do Norte. Faziam parte desse grupo de desvalidos os meninos abandonados nas ruas que não tinham responsáveis por sua educação e podiam ser recolhidos ao Collégio pelo Juiz de Órfão, pároco ou qualquer outra pessoa; os filhos de mães desvalidas (solteiras ou viúvas), que eram recolhidas a pedido da mãe; e também os menores cujos pais não tenham condições de prover sua educação, sendo recolhido pelo Juiz de Órfãos, como autoridade policial, independentemente da vontade de seus progenitores. No entanto, os escassos recursos da Província, fizeram com que este tivesse um limitado número de vagas, para que oferecesse uma moderada assistência a seus alunos.

Apesar disso, não eram poucos os pedidos de pais e, principalmente, de mães pobres e viúvas, para que seus filhos fossem matriculados no Collégio. Estes viam naquela instituição, uma forma de dar as suas crianças, além de uma educação, um teto e uma boa alimentação.

Mas a entrada dessas crianças para formar o corpo discente do Collégio não era uma tarefa fácil de conseguir. De acordo com o artigo 29º de seu Regulamento os requerentes deveriam apresentar um “atestado de pobreza” emitido pelo pároco ou autoridade policial. Vejamos:

A admissão dos educandos é feita em virtude de despacho do Presidente sobre representação de Juízo de órfãos, dos párocos e da autoridade policial, ou sobre petição do pai ou da mãe ou parente, protetor, etc. do menino.

A representação de petição deve declarar o nome do menino, sua filiação, idade e naturalidade. A petição deve ser instaurada com atestado do pároco ou autoridade policial para provar sua pobreza. (p. 157)⁴⁹

No entanto, nem todos os menores poderiam ser admitidos na instituição, segundo o artigo 30º §1º e 2º do referido Regulamento:

⁴⁸ As questões que envolvem a disciplina ministrada no Collégio de Educando e Artífices serão analisadas mais cuidadosamente no próximo capítulo.

⁴⁹ Regulamento nº 7 de 6 de dezembro de 1865, publicado no trabalho de PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira e CURY, Cláudia Engler 2004, p. 157.

Não podem ser admitidos:

1º Os maiores de 14 anos nem os menores de 7.

2º os que não tiverem sido vacinados, ou sofrerem moléstias ou incerrável (sic), sendo esta de natureza a tornar o paciente incapaz de serviço. (p. 157)⁵⁰

Mas não bastava se enquadrar nas exigências do Regulamento, por várias vezes as crianças deveriam torcer para encontrar uma vaga na instituição, que, como já foi dito anteriormente, não dispunha de muito espaço para abrigar um número muito grande de educandos e tão pouco de recursos para mantê-los:

Informo da petição de Umbelina Maria do Sacramento, conforme o despacho de Vossa Excelência nº 227 de 27 do expirante mês, cumpre-me dizer a Vossa Excelência que este Colégio com o número de 34 educandos que hora tem, encontra já bastantes dificuldades em sua marcha ordinária, não só pelas acanhadas proporções do edifício, que poucos cômodos oferecem para conter um grande número de alunos, como também pela verba do orçamento vigente, que pelas constantes e quotidianas necessidades do estabelecimento, carestia dos gêneros alimentícios, tudo se tem tornado bastante limitado para a sustentação de muitos colegiais. (PARAHYBA DO NORTE, Província da, Ofício, 1868. s/p)⁵¹

Apesar das dificuldades, não eram poucos os pedidos de matrículas, os quais em sua maioria eram recusados, devido aos problemas estruturais e financeiros do Collégio. O quadro abaixo demonstra o número de educandos que esta instituição recebeu durante os anos de 1866 a 1874;

Quadro 4

Quadro do número de educandos admitidos no Collégio de Educandos Artífices durante os anos de 1866 a 1874.

ANO	NÚMERO DE EDUCANDOS
1866	9 quando da inauguração em setembro subindo para 29 nos meses seguintes
1867	39 no início do ano e 33 em maio
1868	29 alunos em março e 34 em junho
1869	36

⁵⁰ Idem

⁵¹ Documento Manuscrito. Cx. 50. Arquivo Histórico do Estado da Paraíba. FUNESC.

1873	36
1874	35

Fonte: Ofícios e Relatórios emitidos pelos diretores do Collégio de Educandos e Artífices da Parahyba do Norte entre os anos de 1866 e 1874. Arquivo FUNESC.

Obter uma admissão não significava o fim das grandes dificuldades, enfrentadas pelos desvalidos. Para se manter no Collégio o educando, deveria demonstrar capacidade de aprender e desempenhar as atividades propostas nas oficinas. Em caso de doença, indisciplina ou de inaptidão para o aprendizado, o educando era desvinculado da instituição, de acordo com que determinava o Artigo 32º §§ 1º, 2º e 3º do Regulamento:

Só podem ser despedidos:

1º Os que se acharem afetados de moléstias contagiosas ou incuráveis, sendo esta de natureza a torná-lo incapaz do serviço.

2º Os que por incorrigíveis prejudicarem a disciplina e moralidade do estabelecimento.

3º Os que por natural inaptidão nada aproveitaram do que se lhe ensina. (p. 157-158)⁵²

Ser admitido no Collégio e permanecer nele era apenas uma das inúmeras dificuldades enfrentadas pelos educandos. Dentro do Collégio, eles teriam de enfrentar o rígido sistema disciplinar, as doenças trazidas por eles, a cansativa rotina diária, a falta de estrutura e de recursos.

2.5 Os educandos artífices e suas enfermidades

No século XIX a proliferação de epidemias havia se tornado um grave problema social. Doenças como a varíola, catapora, cólera, sarampo e tuberculose se proliferavam rapidamente devido ao ambiente favorável das ruas das cidades que reunia a falta de estrutura com um grande contingente de pessoas famintas que perambulavam por estes espaços públicos. A existência da vacina para muitas dessas doenças não impedia que ela se proliferasse. Quanto aos educandos não eram incomum que adoecessem e até chegassem a óbito.

Quando algum dos educandos adoecia, o mesmo era levado para um hospital fora do Collégio, uma vez que o edifício não possuía um espaço adequado para o

⁵² Regulamento nº 7 de 6 de dezembro de 1865, publicado no trabalho de PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira e CURY, Cláudia Engler 2004, p. 157-158.

tratamento dos enfermos. Em seu Relatório de 31 de maio de 1867, o Diretor do Collégio de Educandos Artífices, deixou clara a sua opinião sobre essa dificuldade e considerava o espaço do Hospital inadequado para as crianças. Ao mesmo tempo sugeriu que se construísse no Collégio uma enfermaria, e que se contratasse um médico para atender os educandos que ficassem doentes. O médico, como podemos verificar anteriormente, foi contratado, mas o pedido para a construção de um espaço destinado a uma enfermaria não foi atendido pelo poder provincial.

Apesar de terem de apresentar atestado de vacinação junto com a petição para a efetivação da matrícula, não era incomum o fato dos educandos serem acometidos de doenças como: conjuntivite, tosse, bexiga, constipação e outras mais graves. Como não havia espaço para tratar destes educandos, os mesmos eram mandados para suas famílias, para serem tratados, quando se recuperassem das enfermidades poderiam retornar ao Collégio. Quando a família não tinha condições de cuidar de seu filho devido a sua extrema pobreza, o Collégio procurava ajudar com os custos do tratamento:

Tendo sido admitido neste Colégio como educando, o menor Oddilom Clemerio d'Aquino que já sofria de grave enfermidade, e nada tento aproveitado no decurso do ano passado por telo quase todo levado em tratamento, ora neste mesmo Colégio, ora na própria casa de sua mãe, mediante os socorros que este estabelecimento lhe tem podido ministrar, visto ser ela viúva e pobre; mas não convendo que assim continue por mais tempo com manifesto detrimento do Colégio e parecendo achar-se ele na hipótese do § 1º do art. 32º do Regulamento respectivo, vou rogar a Vossa Excelência autorização para eliminá-lo da matrícula deste Colégio, dando com isso lugar a que outro que por ventura o substitua, melhor colha os benefícios oferecidos, nesta instituição. (PARAHYBA DO NORTE, Província da, Ofício, 1868, s/p)⁵³

Em alguns casos, as enfermidades que acometiam os educandos eram tão graves, que os levava a óbitos:

Com mágoa levo ao conhecimento de Vossa Excelência, como é o de meu dever, que falecendo ontem de angina o colegial de nome Ignácio Ferreira das Neves, foi hoje, com decência, seu corpo dado à sepultura no cemitério público. Posso assegurar a Vossa Excelência que lhe não faltarão os recursos da medicina, nem desvelos, sendo que foi tratado pela

⁵³ Documento Manuscrito. Cx. 50. Arquivo Histórico do Estado da Paraíba. FUNESC.

sua própria mãe desde que foi acometido, o que se deu há oito dias. (PARAHYBA DO NORTE, Província da, Ofício, 1870, s/p)⁵⁴

Podemos concluir a partir do documento acima citado que havia certa flexibilidade no que concerne à matrícula de crianças enfermas no Collégio. Apesar de o impedimento ser claro no Regulamento, podemos observar que na prática isso não era seguido à risca.

Enfrentar as doenças era algo muito difícil, tanto para os educando quanto para o Diretor do Collégio, que tinha de administrar um estabelecimento de ensino com pouquíssimos recursos. Enfrentar as enfermidades não parecia tarefa fácil para os educandos que possuíam uma rotina de estudos, muito pesada para sua idade, aspecto esse que trataremos mais detidamente no próximo capítulo.

⁵⁴ Documento Manuscrito. Cx. 54. Arquivo Histórico do Estado da Paraíba. FUNESC.

CAPÍTULO III

AS PRÁTICAS INSTRUCIONAIS NO COLLÉGIO DE EDUCANDOS

ARTÍFICES: Aspectos de uma Cultura Histórica Escolar

Os estudos que vem sendo feitos acerca das práticas instrucionais nos revelam que o espaço escolar não se configura apenas como o lugar de transmissão da cultura letrada, esse espaço juntamente com as atividades nele realizadas caracterizam a cultura e a ideologia de determinados elementos sociais, dentro de um determinado período. A importância da escola vai além do conhecimento que ministra uma vez que, também, se reproduz e produz cultura, a qual influencia e é influenciada pelos elementos culturais que permeiam a sociedade e o período em que ela está inserida.

Esta cultura escolar está presente nas suas atividades cotidianas, como o ato de ensinar e aprender, em suas práticas disciplinares, em sua estrutura física, na disposição espacial de seus elementos materiais (mesas, quadros, carteiras), nos funcionários, nas atividades administrativas, etc. Todos estes elementos constituíam o que podemos chamar de cultura escolar. A cultura histórica está assim inserida no ceio das práticas educacionais, é parte constitutiva da cultura escolar ao mesmo tempo parte constituinte de uma sociedade.

A este respeito nos coloca Julia (2001):

Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, é um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos, normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. Mas, para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimento e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização.(p. 10-11)

Ainda a este respeito nos traz Gonçalves e Faria Filho (2005) a seguinte definição de cultura escolar:

(...) a cultura escolar envolve toda a vida escolar. E isso vai desde a construção das idéias sobre o ensino e o aprender até a ação efetiva desse fazer escolar, dentro disso, serão mobilizados tantos os corpos como as mentes, tanto o lidar com os objetos quanto as condutas, modos de pensar, dizer e fazer. (p. 41)

Ao se configurar enquanto espaço produtor e difusor de cultura, a compreensão sobre práticas instrucionais que permearam as atividades dos Collégio de Educandos Artífices, também é uma forma de se compreender os ideais que constituíam a sociedade paraibana da época, bem como suas relações sociais e os interesses das classes sociais que a compunha, uma vez que a escola segundo Vidal (2004),

deixa de ser apenas um local de aprendizagem de saberes para tornar-se também um lugar de incorporação dos componentes e hábitos exigidos por uma ‘ciência do governo’ que transcendia e dirigia a formação cristã e as aprendizagens disciplinares.(p. 26)

A partir do exposto, este capítulo se propõe a analisar as práticas instrucionais, a partir, principalmente, das prescrições encontradas na documentação consultada, as quais nos dão indícios de terem sido processadas no Collégio de Educandos Artífices no que concerne mais particularmente aos métodos disciplinares e de seus métodos de ensino como uma forma de compreendermos as ações do governo provincial sobre a infância desvalida da Província da Parahyba do Norte e sua relação com a formação profissional.

3.1- Breves considerações relativas à organização da instrução na Parahyba do Norte

Para melhor compreendermos as práticas instrucionais que foram *prescritas* para o Collégio de Educandos Artífices se faz necessário entender como se estruturava a instrução no Brasil durante o período Imperial e conseqüentemente na Parahyba do Norte.

Pesquisas acerca da legislação educacional brasileira nos revelam o esforço de vários agentes sociais (legisladores, gestores públicos, professores, intelectuais), para dar a instrução uma estruturação e normatização, de forma que esta pudesse melhor atender aos interesses da nova “nação”. No que concerne a Parahyba do Norte, analisou Pinheiro (2007, p. 2), a sociedade civil, ainda incipiente, reivindicava ações dos gestores provinciais, no sentido de dar condições para que fosse provido o ensino em várias

localidades da província. Não eram poucos os pedidos para que fossem criadas cadeiras de primeiras letras e a contratação de professores qualificados para o desempenho das funções educativas. No entanto, o atendimento a estas reivindicações era dificultado pela escassez de recursos dos cofres provinciais, pela falta de professores gabaritados para atender as vilas e localidades do interior da província, além da baixa remuneração oferecida aos professores.

O espaço das reivindicações, segundo analisa Pinheiro (2007) ia além do simples desejo de instruir a juventude paraibana, estes “espaços formais, serviam, também, para difusão de interesses mais amplos como a de constituição de uma cultura política, instrucional e tessitura de uma possível identidade brasileira.” (p. 4).

Apesar das dificuldades pelas quais passava a Província, agravada pelas conturbações sociais do período, os gestores provinciais buscaram atender às reivindicações referentes à instrução primária, e, em 1823, foram criadas “cadeiras de Latim, nas vilas de Pilar, Nova Rainha (atual cidade de Campina Grande), Brejo de Areia e Sousa, com os ordenados anuais de duzentos e quarenta cruzeiros, e cinco de primeiras letras, em Bananeiras, Itabaiana, Santa Rita, Cabedelo e Serra da Raiz, com cento e quinze cruzeiros.” (MELLO, 1956. p. 23-24).

No concernente a situação da instrução pública na Província da Parahyba do Norte nas primeiras décadas do século XIX, pesquisas realizadas por Mello (1956) avalia que esta não era uma das piores, se comparada as das demais províncias que existiam na Região Norte. De acordo com os trabalhos desenvolvidos por Pinheiro (2002), em 1821 a Província da Parahyba dispunha de “doze escolas de primeiras letras sendo duas na Capital e dez no interior” (p. 18). Ao final dos anos de 1830, a província contava com o “Lyceo Parahybano, além de 17 cadeiras isoladas, com aproximadamente 512 alunos matriculados.” (PINHEIRO, 2008. p. 8). Apesar desses número de matrículas, os gestores públicos provinciais, em seus discursos alertavam para o atraso da instrução na província.

Na busca por organizar a educação na nova nação, o governo imperial aprovou em 15 de Outubro de 1827 uma Lei que normatizou o ensino primário. Esta Lei criou diretrizes gerais para que os poderes instituídos pudessem organizar o ensino primário. Ela também serviu de “inspiração para a elaboração de leis provinciais, em alguns casos ela foi quase que totalmente copiada nos seus termos.” (PINHEIRO, 2004, p. 2)

Na Parahyba do Norte o cumprimento da nova Lei se mostrou bastante complicado, conforme nos informa Mello (1956):

Se bem que o ato que instituiu, oficialmente, o ensino primário, não trouxesse imediato bem a Paraíba, abriu-nos as portas a novas conquistas. E não era possível que em recuados tempos fosse de pronto cumprido, integralmente. Faltavam professores habilitados e, ainda mais, a exigüidade dos ordenados não fascinava os que tinham conhecimentos precisos à prática do magistério, em lugares distantes, sem o menor conforto. (p. 28)

Em 12 de agosto de 1834 foi assinado o Ato Adicional que delegava aos gestores provinciais, entre outras coisas, a responsabilidade pelo ensino primário. Para muitos estudiosos da educação brasileira, essa nova determinação veio a provocar inúmeros problemas para instrução popular, principalmente para as províncias onde os recursos eram escassos, como era o caso da Província da Parahyba do Norte. Para Zotti (2004) o Ato Adicional de 1834, fora apenas mais uma forma do governo monárquico se eximir de sua responsabilidade perante as necessidades de instruir a população da nova nação que se constituía.

Entretanto, na visão de Pinheiro (2008), a descentralização promovida pelo Ato de 1834, não trouxe apenas conseqüências negativas para a instrução da Parahyba imperial. Segundo ele:

(...) somente depois do ano de 1834, é que o poder provincial, adotou uma série de iniciativas que muito contribuíram para a organização escolar pública. E aqui tomamos como maior indicativo dessa possibilidade de leitura, a criação do Lyceu Parahybano, como um dos momentos mais significativos do processo de escolarização paraibana. A contratação de professoras e professores a partir de concurso público, mas, não somente, e a ampliação da abertura de cadeiras isoladas, em praticamente todas as sedes municipais e em algumas localidades e distritos, são alguns dos efeitos que consideramos de grande relevância e positividade para o processo de escolarização da sociedade paraibana, mesmo que a consideremos incipiente. (p. 9)

Durante todo o período imperial os gestores provinciais estiveram atentos às deficiências da instrução pública e particular da Parahyba, e buscaram através da normatização organizar o ensino de maneira que este atendesse a estas necessidades.⁵⁵ Também fica claro o caráter controlador dos grupos dirigentes da província que se fazia presente em todos os espaços da instrução provincial, fosse ela gerida pela ação governamental ou pela iniciativa privada. Em todas as províncias do Brasil Império, a organização do ensino foi pensada na perspectiva da busca pela manutenção da ordem social e pelo controle da sociedade através da educação.

⁵⁵ A este respeito ver PINHEIRO e CURY (2004).

A criação de inúmeras instituições de ensino, juntamente com as matérias que eram ensinadas e a clientela que cada uma atendia confirma os ideais do Estado monárquico de controle e manutenção social. Para os filhos da elite era ofertada além do ensino de primeiras letras, uma formação de nível secundário que viabilizava a continuidade da formação destes no ensino superior. Para as meninas, o ensino primário e formação nas prendas domésticas, como se apresenta claramente no Artigo XII da Lei de 1827:

Art. XII – As mestras, além do declarado no artigo VI, com exclusão das noções de geometria, e limitando a instrução de aritmética só as quatro operações, ensinarão também as prendas que servem á economia doméstica, e serão nomeadas pelos presidentes, em Conselho, aquelas mulheres que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento, nos exames feitos na forma do artigo 7º. (MELLO, 1956, p. 27)

No que concerne particularmente a Parahyba do Norte, as orientações sobre o que deveria ser ensinado às meninas está contida na Lei Provincial de 1837, que seguia, via de regra, orientações semelhantes às contidas na Lei Geral de 1827. Vejamos:

Havia orientação para que as professoras ensinassem para as meninas o mesmo programa de aula sugerido para os meninos “suavizando” parte dos estudos com a eliminação das noções de geometria e as noções de aritmética nas quatro operações. Os estudos das meninas deveriam incluir as “prendas que dizem respeito à economia doméstica”. Para que isso se efetivasse, o documento sugere que durante os exames das professoras “serão chamadas uma ou duas matronas peritas em prendas domésticas. (CURY, 2006, p. 45)

Para os filhos das classes populares, estava destinado apenas o ensino primário, pois se tinha a idéia de que a instrução de primeiras letras era suficiente para esta parcela da população. Em caso de continuidade de ensino, oferecia-se para as camadas humildes a formação de ofícios mecânicos. Estava assim estruturado o ensino no Brasil, de maneira que promovesse a permanência da estrutura social, assim sendo, nas leis criadas para normatizar a instrução, podemos perceber claramente a exclusão de índios⁵⁶ e escravos, que no caso dos primeiros, raramente eram mencionados na legislação concernente a instrução.

Destinado a atender as demandas da elite paraibana, foi criado o Lyceu Parahybano, em 1836, que exigia curso secundário e superior para que seus filhos não

⁵⁶ Sobre a instrução dos índios na Parahyba do Norte, conferir breve trabalho elaborado por Pinheiro (2006b).

tivessem que se dirigir a outras províncias em busca dessa formação. Para as meninas pertencentes a essa mesma classe social foi criado o Colégio Nossa Senhora das Neves, em 1858⁵⁷. E em 1859 foi criado o Collégio de Educandos Artífices, o qual teve como objetivo oferecer uma educação primária e o ensino de ofício à infância desvalida da Província.

3.2- A questão disciplinar e os métodos punitivos

A disciplina aplicada nas escolas do ensino primário já vinha sendo aplicada em instituições religiosas e militares desde o século XVIII como uma forma de adequar os indivíduos aos objetivos de cada uma dessas instituições. A definição foucaultiana da “disciplina” nos ajuda a compreender melhor a necessidade, ou escolha de tais instrumentos de controle. De acordo com Foucault (1987):

Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas” (p. 118)

As práticas disciplinares aplicadas no Collégio de Educandos Artífices seguiam os mesmos moldes da disciplina aplicada nas escolas de aprendizes menores da marinha e do exército bem como nas escolas religiosas, assim como os métodos disciplinares desenvolvidos nos demais colégios de educandos. A imposição da disciplina era realizada mediante a utilização de vários mecanismos, que iam desde o cumprimento de horários preestabelecidos, preenchidos com atividades previamente determinadas até a punição com castigos morais e físicos, mediante o descumprimento das normas estabelecidas em cada instituição.

Ao analisarmos como estes menores desvalidos eram vistos pelos dirigentes locais, podemos entender o porquê de serem adotados tais métodos, ou seja, os menores desvalidos eram vistos como elementos propícios à rebeldia devido a sua condição de desvalido e de sua origem duvidosa e humilde. Isto levou os dirigentes da instituição a adotarem medidas rígidas para garantir a disciplina ou o *policimento*, como se referem os diretores da instituição ao se preocuparem com a questão da manutenção da ordem e bem estar do Collégio. O objetivo da instituição de formar indivíduos úteis a si e ao Império, e que não questionassem a ordem social, ou seja, não produzissem

⁵⁷ Sobre o Collégio de Nossa Senhora das Neves cf. estudo realizado por Egito (2008).

dissidências, conforme nos indica Thompson (1987), também é um fator que nos ajuda a compreender as razões para a adoção de medidas disciplinares nos moldes militares. Além disso, como já foi dito anteriormente, as escolas de aprendizes menores do arsenal da marinha e do exército foram os preconizadores da criação de instituições que abrigavam menores oriundos das classes pobres dando-lhes uma formação profissional e o ensino de primeiras letras.

Vale salientar que essa formação dentro dos moldes da disciplina militar era uma característica presente nos regulamentos da maioria das escolas de educandos fundadas no Brasil durante o período imperial, no entanto, no que concerne a instituição paraibana, esta disciplina militar somente aparece nos relatórios dos diretores do Collégio.⁵⁸

A rotina enfrentada pelos educandos não era muito simples. Suas atividades tinham início às 5 e meia da manhã e se estendiam por todo o dia até as dez horas da noite, sendo este espaço de tempo preenchido com inúmeras atividades, não deixando espaço para a ociosidade ou para a rebeldia. O controle do tempo era uma das maneiras de disciplinamento, presente em todos os colégios com as características do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte. Cada minuto do dia era planejado e ocupado de maneira exaustiva e útil, sob a vigilância implacável do Diretor e de outros funcionários. A respeito do uso do tempo como uma forma de disciplinamento nos fala Foucault:

(...) importa extrair do tempo sempre mais instantes disponíveis e de cada instante sempre mais forças úteis. O que significa que se deve procurar intensificar o uso do mínimo instante, como se o tempo, em seu próprio fracionamento, fosse inesgotável; ou como se, pelo menos, por uma organização interna cada vez mais detalhada, se pudesse tender para um ponto ideal em que o máximo de rapidez encontra o máximo de eficiência. (...) quanto mais se decompõe o tempo, quanto mais se multiplica suas subdivisões, quanto melhor o desarticulamos desdobrando seus elementos internos sob o olhar que os controla, mais então pode-se acelerar uma operação, ou pelo menos regulá-la segundo um rendimento ótimo de velocidade. (p. 131)

Aproveitando ao máximo o tempo, as atividades diárias do Collégio se distribuíam cronologicamente da seguinte forma: às cinco e meia da manhã, os educandos passavam por uma revista do Diretor, e depois se dirigiam para a aula de

⁵⁸ CASTRO (2007) chama atenção em seu trabalho para esta singularidade no Regulamento do Collégio de Educando Artífices da Parahyba do Norte, colocando esta instituição como a única a não apresentar em seu Regulamento a orientação para a aplicação de uma disciplina militar no trato com os educandos. (p. 157)

instrução primária, ficando até as oito horas; nessa hora era servido o almoço, esta refeição era feita em quinze minutos; logo depois deveriam se dirigir para as oficinas onde deveriam ficar até as doze horas; das doze às duas da tarde, estava previsto uma folga e era servido o jantar; das duas as seis da tarde ficavam novamente nas oficinas; entre as seis e sete horas da noite tinham uma nova folga; das sete as nove, nas segundas, quartas e sextas, assistiam à aula de música e nos outros dias o ensino da doutrina cristã; das nove até as dez, cejavam⁵⁹ e faziam a lição, na falta desta, deveriam aprender o que determinasse o Diretor. Às dez horas todos se recolheriam ao dormitório.⁶⁰

Esta rotina só se modificava aos domingos e dias santos, quando não havia aula de instrução primária nem trabalhos nas oficinas, e o dia era destinado para atividades religiosas, aulas de música e alguma folga.

Aparentemente, não parece uma rotina muito cansativa, porém se passarmos a analisar alguns pontos podemos identificar alguns problemas. Primeiro, as aulas de primeiras letras, que eram realizadas nas primeiras horas do dia, aconteciam antes do desjejum, e duravam pelo menos três horas. Se observarmos que a última refeição ocorria às nove horas da noite do dia anterior, podemos presumir que poderiam estar com fome, uma vez que só iriam se alimentar às oito da manhã durante o *almoço*.

Ainda com relação às lições do ensino de primeiras letras, as quais eram retomadas no final da noite, certamente em um horário em que os educandos se encontravam bastante cansados, o que denota que o interesse pelo ensino das primeiras letras não era algo que tivesse tanta prioridade por parte das autoridades provinciais e dos próprios administradores da Instituição, ora em análise. Apesar do cansaço, as fontes nos indicam que o aproveitamento das aulas de 1ª letras era bastante satisfatório como podemos verificar no trecho do Relatório do Diretor Antônio de Souza Govêa, de 31 de Julho de 1873:

é em geral satisfactorio o seu aproveitamento nas matérias que aprendem, correspondendo a seu número, e perfeita a educação que é dada.

A instrucção limitou-se ainda como os annos antecedentes, ao ensino da instrucção primária e de música, os quais são communs(...) (PARAHYBA DO NORTE, Província da, Relatório, 1873, s/p)⁶¹

⁵⁹ Vale ressaltar que as expressões almoço, jantar e ceia se referem ao que hoje denominamos respectivamente de café da manhã ou desjejum, almoço e jantar.

⁶⁰ Regulamento nº 7 de 6 de dezembro de 1865, publicado no trabalho de PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira e CURY, Cláudia Engler 2004, p. 158-159.

⁶¹ Documento Manuscrito. Cx. 60. Arquivo Histórico do Estado da Paraíba. FUNESC.

Vale salientar que este satisfatório aproveitamento nas aulas de música e de primeiras letras também é relatado com relação às aulas das oficinas.

Outro aspecto diz respeito à jornada de estudos nas oficinas, que eram de oito horas diárias, com um pequeno intervalo de duas horas para o descanso e refeições. É possível afirmar, a partir destas colocações, que não se ensinava apenas o ofício, mas se preparava os educandos para uma futura e dura rotina de trabalho quando estivessem fora do Collégio. A rigidez no horário de cada atividade, possivelmente era cumprida à risca, como uma forma de manter a disciplina no interior do Collégio.

Como o Regulamento não determinava a que faixa etária deveria ser aplicado este regime, podemos deduzir o quanto era duro para as crianças de 7 a 9 anos enfrentarem às oito horas de estudos nas oficinas. Assim sendo, o processo educativo desenvolvido nas oficinas tinha como prioridade a formação profissional destes educandos, segundo o Regulamento, uma vez que, a maior parte do dia, era dedicado a ela. No entanto a partir da análise dos relatórios e ofícios⁶² referentes a esta modalidade de ensino nos indicam exatamente o contrário. A falta de espaço físico, de matérias primas e de recursos financeiros fizeram com que o ensino de ofício ficasse em segundo plano, dando prioridade, o Collégio, ao ensino de primeiras letras e, principalmente, ao ensino de música.

Esse aspecto acima referenciado não significa que outras atividades não fossem desenvolvidas no Collégio, como por exemplo, as dedicadas às oficinas de sapateiro e alfaiate. Os educandos se dedicavam a estas atividades com *desgosto* e por *necessidade* devido ao tempo que levaria para tirar proveitos dessas artes no mercado de trabalho, segunda nos afirma o Diretor. Este *desgosto*, relatado pelo diretor do Collégio, pode estar relacionado ao fato de que as atividades de alfaiate e sapateiro eram, em sua maioria, desempenhadas por escravos. Numa sociedade escravocrata e hierarquizada, como a sociedade paraibana e brasileira do período em estudo, era no mínimo “vergonhoso” para o homem livre desempenhar as mesmas funções que os cativos. Os educandos, apesar da pouca idade, compreendiam bem essa discriminação. Além disso, os trabalhos manuais não davam a eles o mesmo prestígio que poderia dar ao participar de uma banda de música. Outro aspecto que podemos considerar é que o envolvimento dos educandos em bandas de música possibilitava que os mesmos participassem de

⁶² Documentos Manuscritos emitidos pelo Diretor do Collégio e pelo diretor da Instrução Pública da Província entre os anos de 1866 e 1874.

eventos públicos e privados o que permitia aos educandos ultrapassarem os limites dos “muros” do Collégio.

Apesar de alguns educandos se sustentarem com o que haviam aprendido no Collégio, não eram poucos os pedidos dos dirigentes da Instituição para que se implantasse novas oficinas cujas artes fossem aprendidas com maior proveito e que mais rapidamente e com menor custo desse os resultados esperados, como era o caso da oficina de encadernação e tipografia. Entretanto, os mesmos problemas que impediam o bom funcionamento das oficinas já existentes no Collégio, eram os mesmos que inviabilizavam a implantação do ensino de novas artes.

Quanto aos métodos punitivos, o Regulamento faz referência apenas ao uso da palmatória como forma de punir os atos de indisciplina. Algo bastante sutil se comparado aos métodos utilizados em outras instituições que atendiam aos menores desvalidos, como nos afirma Castro (2007) a respeito do Collégio de Educandos Artífices do Maranhão. Segundo o autor na referida instituição, os educandos que viessem a cometer alguma infração, poderiam receber desde uma advertência verbal, serem presos no isolamento ou, até mesmo serem expulso, dependendo da transgressão que tivera cometido. No que diz respeito aos métodos punitivos utilizados em instituição similar criada no Rio Grande do Norte, nos revela Gurgel (2007) o seguinte:

Em relação aos educandos, caberia ao diretor da instituição impor aos que faltassem com suas obrigações as seguintes penas disciplinares: repreensão particular na secretaria do estabelecimento; repreensão pública perante todos os educandos; privação do recreio ou passeio, ou de ambos; trabalho fora das horas estipuladas pelo regimento do Colégio; exclusão da mesa por uma a três vezes; servir a mesa aos companheiros por uma a três vezes; outros trabalhos que excitassem o pejo ou o vexame; prisão por um a oito dias no xadrez do Colégio e expulsão do estabelecimento. (p. 44)

Dentre os castigos mais severos aplicados pelo diretor, não apenas do Collégio do Rio Grande do Norte, mas também de São Paulo e do Maranhão, encontrava-se o de mandar os educandos indisciplinados para servirem como praça no exército ou na armada, sendo esta a pena mais temida pelos educandos, uma vez que este serviço era extremamente penoso.

Não era incomum as críticas feitas por dirigentes locais e intelectuais da época aos castigos aplicados aos educandos. Os menores também se rebelavam contra estas penalidades, e não foram poucos os casos de fuga de educandos nesses estabelecimentos. No caso paraibano, não encontramos na documentação nenhum

indício a respeito de “exageros”, na aplicação das penas dos educandos, tão pouco a existência de casos de fuga ou revolta dos alunos por causa das penas que recebiam o que nos leva a inferir que o cotidiano do Collégio era de natureza calma e ordeira, sem nenhum sobressalto, pelo menos aparentemente.

No Collégio de Educandos Artífices da Parahyba, a aplicação das punições seguia uma hierarquia, segundo o artigo 38º do Regulamento:

É permitido o uso da palmatória tanto no Colégio como na sala de instrução primária e nas oficinas.

Os mestres não podem aplicar mais de seis palmatoadas por dia a um educando, mas o Diretor pode aplicar até doze conforme a culpa. (p. 159)

O fato de o número de palmatoadas estar determinado pelo Regulamento, nada impede que estes fossem ultrapassados. Não ficou especificado no referido Regulamento, que tipo de falta cometida pelo educando deveria ser punido com esta penalidade.

Apesar do uso da palmatória encontrar-se regulamentado, não se pode descartar que outros métodos punitivos tenham sido utilizado pelos dirigentes do Collégio de Educando Artífices paraibano. Apesar de tudo isso, não podemos negar, que o uso da palmatória, além de maltratar o corpo, também era uma forma de se constranger publicamente a criança, uma vez que essas punições se devam na frente de todos os colegas, ficando o aluno moralmente ferido. Isso se justifica pelo fato da punição ser:

(...) um dos pilares da ação educativa da época. Diversos eram os motivos explicitados que levavam os meninos a sofrerem castigos e os instrumentos utilizados para penalizar o corpo e o espírito. A aplicação do castigo corporal, generalizada naquele momento, naquele lugar, era invariavelmente acompanhada de palavras humilhantes, confluindo as duas ações para o mesmo objetivo de penalizar e, ao mesmo tempo, corrigir. A exemplo do que passou a acontecer em muitas instituições na sociedade ocidental a partir da modernidade, a punição foi vista, na escola, como um elemento de transformação do sujeito que cometeu a transgressão(...). (GALVÃO. 1998, p. 135-136).

O disciplinamento realizado através de castigos corporais como o uso da palmatória, pode também estar relacionado à mentalidade escravista da sociedade da época. A punição física do escravo era tida como uma forma de garantir a obediência e o respeito deste diante do temor de receber novas punições e ao se fazer isso na presença de outros escravos, pretendia-se estender este temor para aqueles que por

ventura estivessem desejando cometer a mesma infração pela qual o escravo estava sendo punido, evitando assim novos atos de indisciplina.

A punição física fora levada para a escola e era defendida por intelectuais e dirigentes da época em estudo. Antônio de Almeida Oliveira, em obra escrita em 1873, chega a fazer alusão à importância não apenas da aplicação da palmatória, como também de isolamento. No entanto, devemos ressaltar que este gestor do período Imperial, em seu livro sobre educação, anteriormente mencionado, destaca também a importância maior de se recompensar os bons alunos, devendo os castigos físicos ser utilizados apenas em situações específicas de indisciplina. O autor alega que o estímulo ao desejo de recompensa é bem mais eficaz que o temor pela punição. Esta recompensa iria desde o elogio em público até a entrega de certificados para os alunos mais aplicados. (OLIVEIRA, 2003).

Em instituições como a do Rio Grande do Norte, os educando passavam por avaliações anuais nas quais os mais bem disciplinados e que apresentassem melhor aproveitamento nas oficinas recebiam uma premiação, conforme analisa Gurgel (2007):

A disciplina e o bom aproveitamento nos estudos eram critérios importantes de discriminação para a concessão de prêmios aos aprendizes. O Regulamento estabelecia que o processo de avaliação acontecesse ao final de cada ano letivo. Aos alunos aprovados, seriam conferidos 'títulos de capacidade', pelos quais passariam a ter preferência para desenvolver trabalhos em serviços que exigissem sua aptidão profissional (...) Havia também, anualmente uma premiação em medalhas de prata, distribuídas aos alunos que tivessem demonstrado a melhor capacidade moral, intelectual e industrial (...) Os prêmios consistiam numa pequena medalha de prata (que deveria ser usada pelo contemplado todas às vezes em que aparecesse em público) com os seguintes dizeres: capacidade moral, capacidade intelectual e capacidade industrial. (p. 46-47)

No Regulamento do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte, em seu artigo 69, encontramos referência à concessão de prêmios aos educandos que se destacassem nas oficinas e com bom comportamento. No entanto, não encontramos nas fontes estudadas nenhuma menção à concessão de prêmios aos educandos que demonstrassem um bom desempenho, fosse este moral, intelectual ou industrial. Isso pode dever-se ao pequeno orçamento de que dispunha o Collégio ou, apenas, não era algo que interessasse aos gestores desta instituição.

Outra maneira de se manter o controle sobre os educandos era evitar que estes tivessem muito contato com o mundo externo, isto é, para além dos limites do Collégio.

Isso não significa dizer que os alunos não podiam sair do Collégio, mas quando isso ocorria, era apenas em ocasiões específicas, e sempre sob a vigilância do Diretor ou de outro funcionário da Instituição.

O diretor Joaquim Victor Pereira, em ofício enviado ao Presidente da Província, datado e 29 de Outubro de 1866, fez um pedido para que se organizasse dentro do próprio Collégio um espaço reservado para a celebração de missas aos domingos e dias santificados, para evitar que os educandos tivessem que se deslocar para o centro da cidade, onde se localizava a igreja, a fim de assistirem às cerimônias religiosas. Este pedido foi atendido, e as missas para os educandos passaram a ser realizadas no interior da Instituição pelo então diretor que também era um religioso vinculado à Igreja Católica. Em 1868, com a saída do Padre Joaquim Victor da direção do Collégio, assumiu o Sr. Antônio de Souza Gouvêa, que não era religioso. Assim, o problema de celebração de missas retorna. No entanto, desta feita o diretor pediu ao Presidente da Província que designasse um padre para que realizasse as missas na Instituição.

Encontrar maneiras de isolar os educandos era uma forma de evitar que estes se envolvessem em situações adversas, como o de ser influenciado por pessoas de *maus sentimentos*⁶³, e ao mesmo tempo manter a controle sobre os mesmos, mantendo a ordem necessária ao bom desenvolvimento das atividades do Collégio, como também para manter a imagem do Collégio enquanto instituição formadora da moral. Este tipo de controle não era uma característica específica do Collégio da Paraíba, no Maranhão segundo Castro (2007):

Uma das formas de garantir a imagem positiva da Casa era que nenhum educando podia sair às ruas sem uniforme ou sem a companhia de outro educando, tampouco entrar em tabernas; parar em esquinas; conversar nas ruas ou largos e acompanhar outra pessoa que não fosse educando. (p. 231)

A rígida disciplina exercida no Collégio de Educandos Artífices está presente na documentação produzida acerca do mesmo. Em contrapartida, nela não foi encontrado nenhum relato sobre a ocorrência de distúrbio de natureza grave no interior do Collégio. Esta aparente calma pode estar relacionada ao pequeno número de educandos abrigados pela instituição, fato que, de acordo com nossas análises, facilitava em muito a manutenção do controle sobre os mesmos. Algo semelhante não ocorria em instituições cujo número de educandos era bem maior. A instituição maranhense no ano 1853

⁶³ Este termo foi utilizado pelo Padre Joaquim Victor Pereira em ofício para designar pessoas de má índole, a que conhecemos hoje por bandido, mal feitor.

abrigava 135 educandos, no Collégio do Piauí, existiam, em 1866, o número de 68 alunos, no Amazonas, em 1868, a instituição abrigava cerca de 67 aprendizes, em São Paulo, no ano de 1880, haviam 95 internos. No estabelecimento paraibano o número de educandos, durante todo o seu período de funcionamento, não ultrapassou 36.

Com um grande número de educandos, como o verificado nas instituições acima citadas, não era incomum a ocorrência de distúrbios e atos de indisciplinas entre os aprendizes, atos estes que eram rigidamente punidos. Ocorrências estas que quase nunca aconteciam no Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte, o que permitia um bom desenvolvimento das atividades e um satisfatório aproveitamento do ensino ministrado pelos professores e mestres do Collégio.

3.3- Métodos de ensino e indícios de aprendizagens

Um outro aspecto extremamente importante que envolve a produção da cultura escolar e que está intimamente ligada às práticas punitivas, que analisamos no item anterior, refere-se ao(s) método(os) de ensino que era(m) adotado(s) nas escolas brasileiras e, mais particularmente, no Collégio de Educandos Artífices.

De acordo com o que nos afirma Cury (2006) “a normatização das condutas, dos métodos de ensinar e dos mecanismos punitivos, na visão dos homens e legisladores, naquele momento, seriam a garantia de êxito ao projeto civilizatório engendrado por eles, para a jovem nação.” (p. 49).

É nessa perspectiva que os gestores públicos voltaram suas discussões no sentido de indicar qual seria o melhor método de ensino a ser adotado na instrução formal, principalmente, naquelas escolas mantidas pelo poder público. Para este fim foi adotado o método de ensino mútuo ou lancasteriano, através da Lei de 15 de outubro de 1827, como uma forma de “resolver os problemas trazidos pelo método individual inspirado pela instrução doméstica” (CURY. 2006. p. 49).

O método de ensino mútuo ou lancasteriano foi desenvolvido inicialmente na Inglaterra e amplamente adotado na França no século XIX, que se tornou referência, como já dito, aqui no Brasil. No entanto, apesar de ter contribuído, indiretamente para a formação de professores, a adoção desse método nas escolas públicas brasileira parecia insatisfatória, pois o mesmo, em meados do XIX, já vinha sofrendo duras críticas devido aos precários resultados que este vinha apresentando na prática. Por que então adotar um método como este para melhorar a instrução se o mesmo não apresentava

bons resultados? Isto se explica pelo fato de que o objetivo dos dirigentes em adotar este método não residia na capacidade deste de instruir, mas na sua capacidade disciplinar. Bastos (1999) ao falar sobre os objetivos do ensino mútuo afirma:

O objetivo é formar pessoas virtuosas e moralmente aptas para o exercício da função de regenerar a sociedade a partir da escola de primeiras letras, formando o cidadão consciente de seus deveres, obediente à lei e capaz de submeter seus interesses individuais aos da nação. (p. 248)

Dentro desse modelo de ensino o professor apresenta-se como orientador de sua prática. Segundo, ainda, Bastos (1999)

O papel do professor na classe se reduz à inspeção, isto é, deve observar atentamente cada classe de alunos. A vigilância também é exercida sobre os monitores, que são encorajados e animados, ou suspensos se cometem alguma injustiça. Assim, por exemplo, o papel do professor durante os exercícios é de ajudar uma classe ou outra, de escutar e julgar, de aprovar ou ratificar. Ele somente sai do seu lugar quando ocorre uma mudança de trabalho.(p. 249)

A primeira experiência do ensino mútuo no Brasil remonta do ano de 1823, quando fora criada uma escola no município da Corte, por Decisão nº 11 de 29 de janeiro, e outra em 1825 na Província da Bahia, criada por decreto imperial em 22 de janeiro do referido ano. (PINHEIRO, 2007. p. 7). Na Parahyba do Norte, estudos revelam a utilização do método mútuo em 1829 na Villa Nova da Rainha (atual Campina Grande) e na cidade da Parahyba capital da Província.

Para que o método de ensino mútuo fosse efetivado no Brasil seria necessário superar uma série de problemas, como a falta de espaços adequados, de profissionais preparados, de materiais necessários à aplicação do método, a baixa remuneração oferecida aos mestres e a falta de participação do governo.

Para suprir a necessidade de profissionais gabaritados foram, criadas escolas normais com o objetivo de formar professores versados no método do ensino mútuo. Em 1835 foi criada a Escola Normal na cidade de Niterói, no Rio de Janeiro, e em 1836 fundou-se outra na Bahia. Essa última mandou professores para a França para que estes se instruissem nos conhecimentos do método de Lancaster e passassem a formar os professores na Província. Foram encomendadas obras sobre esta temática, como a do Barão de Gerando, que fora traduzida e impressa na língua portuguesa para o uso dos professores de primeiras letras (BASTOS, 1999, p. 40 -41).

Ao longo dos anos os legisladores puderam perceber a ineficácia do método mútuo para desenvolver de maneira rápida a instrução da população do império. As necessidades de uma estrutura física adequada, de materiais e de professores qualificados, não foram atendidas na medida necessária para que se viabilizasse o êxito na aplicação desse método. Na Província da Parahyba do Norte, os legisladores através do Regulamento de 1849, sugerem a utilização de um método misto no qual

aos decuriões cabiam as tarefas de apoio ao professor como contar os alunos na chegada e na saída das aulas, fazer a distribuição dos cadernos nas carteiras, apontar os lápis antes da chegada dos demais discípulos, mas nunca a tarefa de ensinar as lições no lugar do professor que deveria estar atento a toda e qualquer falha de seus discípulos quanto à leitura e escrita. (CURY, 2006. p. 50-51).

Na segunda metade do século XIX foram realizadas duas grandes reformas na instrução da Parahyba imperial, uma em 1864 e outra em 1884, no entanto, nenhuma das duas fez menção à utilização de um método específico para o ensino primário ou secundário. Mas fica claro a presença de um intenso debate por parte dos legisladores paraibanos no que concerne ao atraso da instrução da província e da necessidade de se criar mecanismos para solucionar este problema.

Tendo o Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte passado a funcionar durante o mesmo período em que se davam esses intensos debates acerca da instrução pública e particular, podemos inferir que o método de ensino utilizado por esta instituição também passou por várias mudanças ou adaptações, já que em seu Regulamento estava estabelecido que as aulas de primeiras letras fossem orientadas pela mesma legislação que regulamentava a instrução primária das demais escolas da Província. No que diz respeito aos métodos de ensino do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba, a documentação é bastante fragmentada, apresentando apenas alguns indícios que nos ajudaram a compreender a metodologia utilizada no ensino de primeiras letras e na educação de ofícios mecânicos. O estudo das fontes nos levam a acreditar que o método de ensino desenvolvido no Collégio de Educandos Artífices da Parahyba trata-se do método individual, ou seja, o método no qual o professor observa cada indivíduo, aplicado a estes as tarefas conforme o nível de desenvolvimento que este apresente. Por se tratar de uma instituição onde os educandos possuíam idades diferentes e participavam em conjunto das aulas de primeiras, podemos inferir que este fosse o método mais adequado para se obter resultados satisfatórios, como bem indicam os diretores da instituição em seus relatórios.

No que concerne aos conteúdos que deveriam ser ministrados nas aulas de primeiras letras na Província da Parahyba durante a segunda metade do século XIX, as fontes analisadas nos permitem compreender que se trata dos mesmos conteúdos indicados pelo regulamento de 1864⁶⁴, o qual determinava em linhas gerais o ensino da leitura e da escrita, doutrina cristã, noções de gramática nacional, aritmética e suas operações com números inteiros e fracionados, noções de pesos e medidas. (PINHERIO, 2006a, p. 15). O objetivo do ensino de primeiras letras, segundo o regulamento acima citado, era instruir os educandos no desenvolvimento da leitura, da escrita e nos princípios básicos da matemática.

O ensino da leitura e da escrita desenvolvido no Collégio de Educandos Artífices tinha como ponto de partida o ensino do alfabeto, seguido pela formação das primeiras palavras, através do ensino das sílabas, como podemos inferir a partir da análise do Quadro 5. Utilizava-se também, a cartilha e para o desenvolvimento da leitura fazia-se o estudo da gramática nacional. Buscava-se quase sempre fazer uma relação entre a escrita e a leitura através de ditados e cópias. A leitura contava também com os textos da Constituição.

Quadro 5

Mapa dos alunos que freqüentam a aula de instrução primária do Collégio de Educandos Artífices da Província da Parahyba do Norte nos anos de 1866 e 1867

Nº	Nome	idade	Matrícula			Estado em admissões	Estado do adiantamento actual
			dia	meses	anno		
1	Antonio Apolinário da Silva	13	18	outubro	1866	Cartilha, algarismos arábicos e romanos	Livro, arithmetica, divide e escreve notas
2	Braz Francisco d'Andrade	8	22	“	“	ABC	Cartilha, algarismos, somma e escreve com rascunho.
3	Jovino Alves Pereira	12		“	“	Cartilha, algarismo bastardinho e soma	Livro, arithmetica, multiplica e escreve com pausa.
4	Manoel do Nascimento	7		“	“	Analfabeto	Nomes, tabuada e soma.
5	Francisco Dias Ferreira	11	24	“	“	Livro, algarismo, multiplicava e escrevia com pausa	Gramática nacional, somma quebrados e escreve notas e já deo arithmetica.
6	Antonio Felix de Borges	10	25	“	“	Syllabas	Catecismo, conta romana, somma e escreve bastardo.
7	Francisco Antonio dos	12		“	“	Livro, algarismo, multiplicava e	Gramática nacional, somma quebrados e

⁶⁴ A este respeito ver PINHEIRO e CURY 2004.

	Santos					escrevia com pausa	escreve notas e já deo arithmetica.
8	Leandro José Lourenço de Brito	10	26	“	“	Analfabeto	Cartilha, algarismos, somma e escreve bastardo.
9	Menoel Antonio do Sacramento	8		“	“	Idem	Syllabas, taboada e somma
10	Odilon Climerico d'Aquino		27	“	“	Syllabas	Cathecismo, definições de peso e medidas, somma e escreve bastardo.
11				“	“		Obs. Deixou de ser admittido depois do despacho.
12	Eduardo José de Souza	7	14	novembro	“	Syllabas	Cartilha, algarismos, domina e escreve com rascunho.
13	Julio José Barbosa	12		“	“	Analfabeto	Nomes, algarismos, somma e escreve com rascunho.
14	Manoel José Pereira Avelino	10		“	“	Idem	Idem, idem, idem, idem.
15	João Antonio da Costa Alves	13	5		“	ABC	Cartilha, definições de peso e medidas, somma e escreve bastardo.
16	Antonio Luiz de França	10	20	“	“	Analfabeto	Nome e taboada.
17	Ignácio Ferreira das Neves	8	17	“	“	Idem	Idem, idem.
18	João Cláudio de S. José	7	27	“	“	Idem	Cartilha, algarismo, somma e escreve com rascunho.
19	Sandro Gomes de Lima	10	18	Dezembro	“	ABC	Idem, idem, idem e escreve bastardo.
20	Rufino Apolinário Santos Chaves	13	21	janeiro	1867		Nomes, idem, idem e escreve com rascunho.
21	Batósimo Venute do Esprito Santo	10	6	fevereiro	“	ABC	Cartilha, definição de pesos e medidas, somma e escreve bastardo.
22	Francisco José Justiniano		11	“	“	Analfabeto	Syllabas.
23	Manoel João Nepo	7	13	“	“	Idem	Idem
24	Jovino Marcos de Mello	8	20	março	“	Idem	Idem
25	João Monteiro da Franca	9	21	“	“	Idem	Idem
26	Vital Thiberio da França G. Chaves	7	7	maio	“	Idem	Idem
27	José Ferreira d'Anunciação	13	8	junho	“	Idem	Abc
28	Seandino Bergartino da S ^a	10		novembro	1866	ABC	Cartilha, algarismos, somma e escreve bastardo.
29	João da Silva Brandão	9		“	“	Analfabeto	Nomes, taboada e somma idem Obs. Externo.
30	Joaquim José de Santa Anna	8		“	“	Idem	Cartilha, algarismos somma e escreve com racunho idem, idem. Addido ao com ^o
31	Porfírio Antonio dos Santos	7		maio	1867	Idem	Nomes e taboada.

32	Avelino Barros dos Santos	12	11	abril	“	Idem	Idem, idem.
33	Benedicto Ignácio da Silva	9		“	“	Idem	Idem.

Fonte: PARAHYBA DO NORTE, Província da, Termo de Contrato, 1867, s/p.⁶⁵

Um aspecto interessante acerca dos conteúdos prescritos para o Collégio aparece no artigo 68º de seu Regulamento, o qual permite a criação de uma aula de história e geografia, dependendo do desenvolvimento da instituição. Este artigo nos dá indícios de que os objetivos formativos do estabelecimento em estudo iam além da formação primária e profissional, existia o intuito, também, de construir súditos “conscientes” de seus deveres para com a nova nação. Apesar de relevante, a documentação não revela se estas aulas chegaram a ser realizadas. Entendemos que, se a implantação dessas aulas dependiam do desenvolvimento financeiro do Collégio e este, durante todo o tempo de seu funcionamento, sempre dependeu economicamente dos recursos provinciais, então acreditamos que estas aulas nunca chegaram a se realizar.

Ao analisarmos o Quadro 5 que trata dos alunos que freqüentavam o Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte, o qual destaca o estado da formação primária em que estes se encontravam quando de sua admissão no estabelecimento em 1866 e seu adiantamento no ano de 1867, podemos destacar que a grande maioria dos desvalidos admitidos no Collégio era analfabeta⁶⁶, tendo grande parte deles entre 7 e 10 anos de idade. Estes dados nos mostram o grande descaso da instrução pública em relação às crianças pobres nesta faixa etária e o quanto estas necessitavam de uma maior atenção por parte dos gestores públicos.

O aprendizado desses educandos ao longo do período relatado no mencionado documento, apresentou níveis variados de aprendizagem dependendo, principalmente, do grau de conhecimento que estes possuíam quando de sua admissão e da idade que tinham. Podemos observar também um grande índice de desenvolvimento no que concerne aos estudos da leitura e da escrita por parte dos educandos. Quando da admissão em 1866, apenas dois educandos apresentavam um bom desenvolvimento nessas matérias, estando estes no ano seguinte, desenvolvendo o estudo da Gramática

⁶⁵ Documento Manuscrito. Cx. 55. Ano 1867. Arquivo Histórico do Estado da Paraíba - FUNESC

⁶⁶ Os 32 educandos admitidos no Collégio entre os anos de 1866 e 1867, 19 encontravam-se em estado de analfabetismo, compreendendo 59% desse total. A maioria estava na faixa etária dos 7 ao 8 anos, num total de 10.

Nacional. Dos 32 alunos matriculados em 1866, mais de 60%, já liam a cartilha e escreviam nomes no ano seguinte.

A análise das fontes nos levou a perceber que educandos de idades variadas, entre 7 e 13 anos, apresentavam níveis diversificados de aprendizados, uma vez que havia desde analfabetos até aqueles que já sabiam ler e escrever, mesmo precariamente. Todos eles dividiam o mesmo espaço durante as aulas de primeiras letras, tendo, acreditamos, a presença efetiva do professor durante as mesmas.

O ensino da leitura e da escrita precedia o ensino da matemática, no qual se estudava aritmética (parte da matemática que investiga as propriedades dos números inteiros e racionais elementares), as quatro operações, números fracionários, e noções de pesos e medidas.⁶⁷ Concernente a estes conteúdos, o mencionado Quadro 5 nos revela dados interessantes. Dentre os educandos, mais de 51% aprenderam a somar principalmente os que tinham maior idade, entre 10 e 13 anos. No entanto, apenas pouco mais de 1% conseguiram ir além desse nível de aprendizado, adquirindo conhecimento de multiplicação, divisão e noções de peso e medidas. Se considerarmos o espaço de tempo, às dificuldades pelas quais passava a instituição e o grande número de analfabetos, quando do período de admissão, podemos perceber que o desenvolvimento do aprendizado, ainda que incipiente, fora bastante significativo.

A análise desses dados nos mostra, também, que as práticas instrucionais do Collégio de Educandos Artífices respeitavam o nível de aprendizado de cada educando, dado a ele novas informações de maneira gradativa, tomando como ponto de partida o seu conhecimento prévio. Além disso, eles nos confirmam o que vinha sendo relatado pelos diretores da instituição em seus relatórios e ofícios sobre o bom êxito no aproveitamento das aulas de primeiras letras ministradas no Collégio.

Documentos como o apresentado no Quadro 5 deveriam ser entregues mensalmente pelo professor do Collégio ao seu diretor, no entanto, não encontramos na documentação analisada nenhum indício de que isto tenha sido realizado.

No tocante às matérias direcionadas ao ensino de ofícios, pouco é apresentado na documentação sobre elas. O Regulamento do Collégio, em seu Capítulo III, artigos 46º ao 57º, discorre sobre as oficinas que deveriam ser instaladas, sobre as responsabilidades dos mestres e do diretor, da compra e utilização dos materiais nas

⁶⁷ O estudo de Geometria mencionado pelo regulamento de 1864, não aparece em nenhum momento nas fontes o que nos leva a compreender que esta matéria não era ministrada nas aulas do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte.

oficinas, das encomendas, do controle da produção dos educandos, o tempo das aulas, e do rendimento das oficinas e do repasse da participação dos mestres nos lucros. No entanto, não apresentam em nenhum momento as matérias que deveriam ser ministradas para auxiliar diretamente no aprendizado dos ofícios.

Na Casa de Educandos Artífices do Pará, além das aulas práticas nas oficinas e do ensino de primeiras letras, havia aulas de escultura, desenho, noções gerais de álgebra, geometria e mecânica aplicada às artes. Na Escola de Artífices de Natal, além dessas matérias, recebiam também aulas de desenho linear e topografia. (GURGEL, 2007. p. 36 e 41).

A ausência da aplicação dessas matérias no Collégio de Educandos Artífices da Parahyba pode estar relacionada às oficinas que existiam no estabelecimento, que eram de alfaiataria e sapataria, as quais funcionavam precariamente devido à falta de matérias primas para o desenvolvimento dos trabalhos. A instalação de novas oficinas era inviável diante da falta de espaço e de receitas para mantê-las. Em instituições onde os rendimentos da província permitiam, existiam no mínimo três oficinas, é o caso da escola de São Paulo, a qual possuía as seguintes oficinas: alfaiataria, encadernação e marcenaria. A instituição maranhense apresentava uma variedade significativa de oficinas, das quais se destacam: as de alfaiate, sapateiro, carpinteiro, pedreiro, surrador de cabedais⁶⁸, funileiro, canteiro, encadernador, serralheiro e marceneiro (CASTRO, 2007, p. 307).

A criação de novas aulas exigiria um maior investimento dos cofres públicos. Gastos que, nem o erário provincial, tão pouco o Collégio podiam dispor. Ainda assim, os relatórios dos diretores do Collégio afirmam que o aprendizado nas oficinas era satisfatório. No entanto, aqui podemos destacar um aspecto que parece particular ao Collégio paraibano, qual seja o relativo ao ensino de música que teve maior importância se compararmos com outras instituições congêneres. Assim uma das matérias que obteve bastante atenção por parte dos dirigentes do Collégio, e que, segundo os mesmos, apresentava os melhores resultados estava relacionado ao ensino de música.

As aulas de música foram colocadas pela Lei de criação do Collégio como obrigatórias e comum a todos os educandos, como eram também as aulas de primeiras letras. Os educandos eram distribuídos nas aulas de música do modo seguinte:

Em 1869 haviam 36 educandos os quais se dividiam em:

⁶⁸ Profissional responsável pela fabricação de bolsas de couro na qual se transportam documentos.

- música marcial 17 educandos
- música oral ou de rudimentos e solfejos 9 educandos

Totalizando 29 educandos.

Em 1873 entre os 33 educandos dividia-se da seguinte maneira

- música marcial 14 educandos
- música oral ou de rudimentos e solfejos 19 educandos

Totalizando 33 educandos.

Diante das dificuldades financeiras e do precário espaço físico para o funcionamento das oficinas, as aulas de música passaram a ter mais importância que a formação nas artes mecânicas, passando a ser vista como um meio eficaz para habilitar os educandos e dar-lhes condições de prover seu próprio sustento. De acordo com o Diretor do Collégio, Antônio de Souza Govêa em seu Relatório de 1873:

Tenho, como já disse, por mui conveniente que se deve tornar permanente o ensino de instrumento de musica, ensino que, de todos os meios que poderão ser lembrados, é sem duvida o que na actualidade se deve considerar o mais efficaz para mais prontamente habilitar os educandos a adquirirem por si mesmos a sua subsistência, e até algumas das commodidades da vida. No entretanto será isto objeto, que poderá ser tractado appropriadamente se V. Excia. assim o entender.

A convicção que nutro sobre as vantagens que o ensino da musica offerece aos alumnos me anima a insistir de novo na proposta que nos anteriores relatórios tenho feito de dar a este ensino toda a expansão de que é susceptível.

Em que pese o relativo sucesso sobre o ensino de primeiras letras e o ensino de música, estes não foram suficientes para justificar e salvaguardar a permanência do funcionamento do Collégio, o que levou inevitavelmente a sua desativação, aspecto que discutiremos a seguir.

3.4 – O fim de uma experiência destinada à infância desvalida no XIX: O fechamento do Collégio de Educando Artífices

Ao ser criado se esperava que com a instalação das oficinas, o Collégio passasse

a depender cada vez menos dos cofres provinciais. É o que destacam os artigos 6º e 28º,

respectivamente, no Regulamento do Collégio. Vejamos:

Essas oficinas tem por fim não só o ensino e aperfeiçoamento dos educandos, como também o aumento dos recursos do estabelecimento por meio da venda de seus produtos (p. 151).
(...) A subvenção [dos cofres provinciais] cessará quando a renda do estabelecimento for suficiente para todas as suas despesas. (p. 156)⁶⁹.

O Regulamento também estabelecia que os recursos do Collégio poderiam vir de donativos de particulares (artigo 26º §3º, p. 156). No entanto, não encontramos na documentação analisada nenhum indício de que tenha ocorrido qualquer tipo de doação de particulares.

Esperavam, os dirigentes provinciais, que o Collégio pudesse se manter com seus próprios recursos, mas o que ocorreu foi exatamente o contrário, a cada dia as despesas da instituição dependia mais dos repasses do Tesouro Provincial. A análise do balancete abaixo transcrito nos permite perceber que as despesas provinciais com o Collégio de Educandos Artífices correspondiam a terceira maior despesa dentre os recursos destinados à instrução primária. Tinha-se com o Collégio quase os mesmos custos que se destinava ao Lyceo. Estes custos representavam ¼ de todos os investimentos destinados à instrução primária do sexo masculino de toda a Província paraibana. Se relacionarmos estes custos ao pequeno número de desvalidos que eram atendidos pela Instituição, podemos perceber que se tratavam de despesas significativas. Contudo, ainda assim eram insuficientes para atender às necessidades do Collégio.

Quadro 6

Resumo do Balanço Provisório do Tesouro Provincial da Parahyba do Norte de Janeiro
a Dezembro do exercício de 1869.

1- Directoria	3:414,542
2- Lyceo	12:308,998
3- Aulas de Latim	2:199,188
4- Das. Idem para o sexo masculino	45:137,646
5- Das. Idem para o sexo feminino	14:628,393
6- Aluguel de cazas para as aulas da Capital	1:086,230
7- Água e Asseio das mesmas alulas	143,673
8- Gratificação para aluguel de cazas aos professores e professoras do centro da Província	3:482,752
9- Expediente e Utensílios	2:983,920
10- Collégio de Educando artífices	10:440,000
	95:825,342

Fonte: PARAHYBA DO NORTE, Província da, Balancete, 1870, s/p.⁷⁰

⁶⁹ PINHEIRO e CURY 2004.

A estrutura do Collégio e os escassos recursos de que dispunha, dificultavam em muito a permanência dos educandos no mesmo. As famílias que não possuíam condições de oferecer uma educação, e até mesmo uma refeição e um teto a seus filhos, buscavam de qualquer maneira mantê-los dentro desta instituição, entretanto ao primeiro sinal de melhora das condições sociais e econômicas, providenciavam a retirada de seus filhos do Collégio.

No entanto, houve casos em que o Diretor descobriu que a família do educando havia melhorado social e economicamente, assim ele mesmo providenciava a petição necessária para a retirada do educando do Collégio, sendo entregues à responsabilidade de seus familiares, como foi explicitado no ofício a seguir:

o menor João e não Manoel como por engano diz a petição, Evangelista, foi admitido a este Colégio em 27 de novembro de 1866 por solicitação do Doutor Juiz Municipal do termo da Capital, que alegava levar esse menor vida descuidada e miserável. Com efeito João Evangelista, que é filho legítimo de Cláudio, velho escravo de Antônio Rufino Aranha, e cuja mãe, livre, já não existindo, vivia em companhia de uma sua irmã que lhe não podia ministrar educação alguma. Hoje, porém, me consta que José Baptista Baltazar e mais outro seu irmão; irmão também do menor João Evangelista, de volta do serviço da Guerra onde estiveram, se acham restituídos à família a quem procuram manter com o seu trabalho, dando a educação que podem a seu irmão. Sendo os recursos deste Colégio limitados e não podendo estender os seus benefícios se não a um pequeno número de verdadeiros desvalidos, entendo que se não deve privar ao dito Baltazar o direito de repartir com seu irmão menor os seus paternos desvelos(...) (PARAHYBA DO NORTE, Província da, Ofício, 1868, s/p)⁷¹

A partir da década de 70 do século XIX, os pedidos para a saída de aprendizes do Collégio de Educandos Artífices, passou a ocorrer com maior frequência, de acordo com os documentos consultados. Isso se deu em parte, possivelmente, pelo melhoramento das condições de alguns pais ou por compreender que a formação que estavam recebendo os seus filhos não trariam benefícios imediatos, uma vez que estes poderiam trabalhar para ajudar nas despesas domésticas, conforme podemos inferir a partir da seguinte solicitação:

⁷⁰ Documento Manuscrito. Cx. 52. Arquivo Histórico do Estado da Paraíba. FUNESC.

⁷¹ Documento Manuscrito. Cx. 50. Arquivo Histórico do Estado da Paraíba. FUNESC.

O menor Victor Idenio de França Gonçalves Chaves foi admitido a este Collégio por petição do suplicante e despacho da Presidência de 7 de Maio de 1867.

Dispondo hoje o peticionário de algum outro recurso, quer educar seu filho de outra maneira, que a falta d'elle o obrigou a servi-se, deste estabelecimento. Sendo os recursos deste Collégio limitados, e não podendo estender os seus benefícios se não a um pequeno número de verdadeiros desvalidos entendo que se não deve privar o peticionário o direito de despender para com seu filho os paternais deveres, melhorando a sorte de seu dito filho. Entretanto a V. Excia. cabe bem apreciar se estas razões são dignas de merecer o favor pedido. (PARAHYBA DO NORTE, Província da. Petição, 1870. s/p)⁷²

Transcorridos oito anos desde a sua inauguração, o Collégio não estava conseguindo atingir seus objetivos, causando ao mesmo tempo uma grande despesa para a Província da Parahyba do Norte, que já vinha com seus recursos bastante abalados pelas constantes secas e epidemias. A fome assolava várias cidades da província, e estas buscavam ajuda do governo provincial. A manutenção desta instituição passou a ser um problema, agravando-se a cada ano. As oficinas que deveriam, dentro de determinado tempo suprir, parcial, ou totalmente as despesas do Collégio se mostravam ineficientes, e davam mais gastos que receita.

Em 1869, o Presidente da Província da Parahyba do Norte, fez o seguinte relato sobre as despesas do Collégio, e apesar de considerá-las altas, reafirma a importância desta instituição. Vejamos:

(...) a despesa deste estabelecimento durante o ultimo ano financeiro (1868), foi de 10:596\$614. a receita, compreendida a subversão do cofre provincial de 10:383\$460, subiu a quantia de 11:381\$716.(...)

Por esta simples demonstração vê Vossa Excelência, que não pode manter-se com os seus próprios recursos, e sim precisa de um grande auxilio da Província.

Em minha opinião, ainda que maior fosse o ônus, que dele resultasse, deveria ser mantido e até desenvolvido, segundo as forças da Província, atento e importante proveito moral e industrial de semelhante instituição (...) (PARAHYBA DO NORTE, Província da, Exposição, 1869, s/p)⁷³

No entanto, em 1874, o então Presidente da Província, o Barão de Abiahy, achou que o Collégio se constituía um ônus muito pesado para a Província, e assinou ato que fechou o Collégio no mencionado ano. Em sua justificativa, o Barão do Abiahy,

⁷² Documento Manuscrito. Cx. 54. Arquivo Histórico do Estado da Paraíba.

⁷³ Documento Manuscrito. Cx. 51. Arquivo Histórico do Estado da Paraíba.

demonstrou a grande despesa que a província vinha tendo com a manutenção do Collégio desde a sua construção em 1865 até os meses que antecederam sua decisão. Vejamos:

Este Colégio de Educação custou á Província, até o corrente exercício, a quantia de Cr\$ 113.641,77. se acrescentarmos aquela quantia a de Cr\$ 20.833,63 em quanto importam a compra e preparo do estabelecimento, temos Cr\$ 134.475,39, isto é, Cr\$ 13.047,53 anualmente.

Tendo ali educado durante o mesmo período treze alunos, resulta que cada um custou á Província Cr\$ 10.344,26!!!

Adicionemos, porém, doze alunos que foram eliminados no dia 18 do mês passado, e, sobre os quais admitamos que se realizasse a educação mais ou menos completa, e teremos ainda para cada aluno o dispêndio de Cr\$ 5.479,15!

Nestas condições quando a Província exige medidas econômicas de alcance, não hesitei em decretar a extinção daquele estabelecimento, como fiz autorizado pelo art. 26, § 1º da Lei número 592, de 12 de outubro do ano passado (1873) (MELLO, 1956, p. 49)

Os educandos que ainda se encontravam no Collégio, quando de seu fechamento, foram mandados uma parte para a Companhia de Aprendizes Marinheiro, e os demais dispensados, por serem maior de idade, ou por se mostrarem incapazes de desempenhar as atividades propostas pela referida Companhia.

Considerações Finais

Este estudo se configura como uma iniciativa de pesquisa que tomou como objeto a criança e a infância desvalida paraibana, tomando como referência o Collégio de Educandos Artífices, que funcionou na segunda metade do século XIX, e portanto, no contexto do processo de estruturação do Estado Imperial.

Constitui-se um dos primeiros trabalhos que trata sobre a educação profissional na Parahyba do Norte no século XIX. Nesse sentido, por se tratar de um primeiro ensaio que tomou este complexo tema como objeto de investigação o mesmo abre espaço para que novas pesquisas sejam realizadas sob perspectivas diferenciadas para que possamos ter uma compreensão ainda mais clara a respeito da criança e da infância desvalida na Província da Parahyba do Norte. Outro aspecto que consideramos relevante foi a tentativa de compreendermos como a cultura histórico educacional foi sendo tecida, no que concerne especificamente à educação profissional, no sentido de verificarmos quais os contributos que aquelas ações processadas nas últimas décadas do XIX chegaram até os dias atuais.

No decorrer de nossa pesquisa, pudemos verificar que os conceitos de criança e infância no século XIX estavam em construção e que a definição de seus significados era buscada por vários agentes sociais tais como: professores, legisladores, sanitaristas e intelectuais de uma maneira geral. Esse processo estava vinculado às mudanças pelo qual passava toda a sociedade brasileira e, mais particularmente, a paraibana.

Caracterizar a criança e a infância e, especialmente, a desvalida se constituiu um esforço no sentido do Estado imperial poder melhor prescrever ações que as transformassem em agentes e futuros (na idade adulta) promotores da ordem e seguidores da lei, tornando-os súditos úteis a si mesmo e a sociedade.

As constantes crises vivenciadas pelas províncias, promovidas pela desestruturação do sistema escravista, principalmente nas do Norte (hoje Nordeste), onde a crise era agravada pelas periódicas secas, levou ao aumento do banditismo e da vadiagem, que geravam um grande incomodo para os grupos dirigentes. Como uma forma de solucionar esta problemática, o governo imperial buscou introduzir essa massa populacional como mão-de-obra assalariada para substituir a mão-de-obra escrava. No entanto, esta idéia entrou em conflito com as concepções escravistas da sociedade, que via no trabalho braçal uma forma de degradação. Como o homem livre se negava a

realizar as atividades desenvolvidas pelos negros e escravos, o governo imperial buscou construir entre os homens livres uma nova forma de encarar o trabalho, principalmente o trabalho braçal e na produção de artefatos.

A construção desse novo ideário não se mostrou uma tarefa fácil, e foi, principalmente, a partir da “escola profissionalizante” que os dirigentes públicos buscaram tecer essa nova perspectiva. Para isso foram criadas as escolas de educandos artífices em várias províncias do Império. A educação de ofício destinada aos menores desvalidos, já vinha sendo feita nas escolas de aprendizes menores do arsenal da guerra e da marinha, que serviram como modelo pedagógico e disciplinar para as escolas de aprendizes que foram criadas em sua maioria na região norte-nordeste.

Estas instituições se configuraram enquanto importante veículo de manutenção da ordem social, limitando-se a dar uma formação elementar (primeiras letras) e profissional, pensada, mas não necessariamente efetivada, para atender às demandas do Estado Imperial e do mercado.

Vale salientar que as definições dos objetivos que envolviam a construção dessas instituições foram sendo elaborados conforme eram criadas e de acordo com as necessidades mais imediatas de cada localidade onde foram fundadas. Entretanto, no caso paraibano, o Collégio de Educandos Artífices não conseguiu atender satisfatoriamente, as necessidades da província, pois o pequeno número de educandos que conseguiu formar foi insuficiente em relação às demandas apresentadas pelo mercado de trabalho. Além disso, a formação oferecida se apresentava bastante precária devido à falta de materiais e de espaço físico adequados.

As casas de educandos e artífices criadas durante o Império apresentavam inúmeras características em comum, como a questão disciplinar, a rígida hierarquia, o ensino de ofícios diversos, as dificuldades financeiras e a falta de estrutura para abrigar os educandos e as oficinas. Algumas se diferenciavam pelo número de educandos que atendiam e pela quantidade de oficinas que abrigavam. No caso paraibano, tanto o número de educandos, quanto a quantidade de oficinas foram aquém do que desejavam os dirigentes do Collégio e dos próprios gestores provinciais, cujos discursos e relatórios revelam desejos de ampliação e manutenção da referida Instituição de formação profissional. Desejos esses que sempre esbarraram nos mirrados recursos da província.

Enquanto que em algumas províncias as casas de educandos obtiveram inúmeros resultados, alguns bem expressivos, como o caso da instituição do Maranhão, conforme

analisado por Castro (2007), o estabelecimento paraibano se mostrou incapaz de atender aos objetivos a que se propôs. Vale salientar que a produção realizada no Collégio fora insuficiente para garantir pelo menos parte de suas próprias despesas.

Inúmeros foram os problemas vivenciados por estas instituições, sendo comuns as inadequações dos edifícios onde foram instalados os colégios, alguns até conseguiram que fossem feitas reformas para melhor adequar-se às necessidades de acomodação dos educandos e das oficinas. No caso do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte, apesar de ter passado, inicialmente, por uma grande reforma, e até ter sido construído um novo prédio, estas instalações continuaram inadequadas para atender aos seus fins. Mesmo depois de vários pedidos de reforma e ampliação do prédio, nada mais foi feito até o seu fechamento.

O prédio pequeno impediu a instalação de mais oficinas e o atendimento de um número maior de educandos. Além disso, a sua localização, fora do círculo da cidade, dificultou a contratação de funcionários e a permanência destes em suas funções. Os baixíssimos salários oferecidos e o grande controle do Diretor sobre as atividades desenvolvidas, principalmente, pelos mestres de oficinas, desestimulavam até mesmo os candidatos se interessassem pela função. Além desses aspectos, os diretores do Collégio de Educandos Artífices tiveram que lidar com inúmeras dificuldades, além da falta de estrutura, de recursos, teve que lidar com funcionários insatisfeitos que faltavam ou que simplesmente abandonavam suas funções, dificultando ainda mais o desenvolvimento dos trabalhos no Collégio.

Para serem admitidos no Collégio os educandos deveriam apresentar um atestado de vacinação, segundo determinava o Regulamento, mas isso não impedia que crianças não vacinadas fossem admitidas na instituição, além do mais, as vacinas não impediam que estas viessem a adoecer, eram comuns os casos de tosse, bexiga doída e inflamação nos olhos. Estes problemas afetavam, principalmente, os educandos que tinham que enfrentar duras rotinas diárias de trabalho, sob uma rígida disciplina. Como não havia enfermaria no Collégio, podemos concluir que os alunos doentes dividiam o mesmo espaço com os alunos sadios, o que facilitava a propagação das doenças dentro da instituição.

Criada para promover a formação de ofícios mecânicos e retirar das ruas os menores desvalidos, livrando-os dos vícios e dos males que se encontram junto das pessoas vadias, o Collégio não teve recursos suficientes nem para atender a uma coisa nem outra. O número de educandos que atendia, era muito pequeno se comparado ao

número de pedidos feitos pelo Juiz de Órfão das Províncias, e por outros dirigentes, e que por falta de espaço físico foram freqüentemente negados.

Quanto às oficinas, as quais deveriam ter uma atenção especial, ficaram relegadas a terceiro plano, logo depois do ensino de música e de primeiras letras. A falta de recursos para manter as oficinas com matéria prima e ferramentas, além de promover a criação de novas e o pequeno retorno financeiro que estas proporcionavam, levou os diretores da instituição a privilegiar outras atividades que fossem de maior rendimento e que desenvolvessem nos educandos maior interesse, uma vez que as oficinas de alfaiate e sapateiro eram freqüentadas pelos educandos apenas por obrigação.

Os métodos disciplinares e punitivos adotados por estas instituições revelam o caráter controlador do Estado que buscava através da disciplina militar, formar, como já dito, súditos obedientes e cumpridores de suas obrigações. Assim sendo, a organização do Collégio era assentada em rígida hierarquia e na busca da manutenção da ordem estabelecida através de castigos físicos e morais.

Apesar de a “disciplina militar” estar presente nos regulamentos da maioria das casas de educandos criadas no Brasil durante o Império, esta não se apresentava claramente e objetivamente no Regulamento da instituição paraibana, aparecendo apenas e muito eventualmente, nos relatórios referentes ao desenvolvimento das atividades do Collégio. No caso do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte, a manutenção da ordem dentro da instituição parece ter sido fácil devido ao pequeno número de educandos que abrigavam, além do fato dos educandos paraibanos pertencerem à faixa etária dos 7 aos 13 anos de idade, diferentemente das instituições cujo número de educandos era bem superior, em alguns casos chegando a 18 anos de idade.

A manutenção da disciplina ajudava no “bom” andamento das atividades, principalmente, no que concerne ao ensino de primeiras letras. Em todos os relatórios emitidos pelos diretores do Collégio, foram apontados resultados satisfatórios, especialmente, em relação às aulas de primeiras letras, o que nos leva a concluir que, mesmo sem ter um único método de ensino definido, as práticas instrucionais desenvolvidas no Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte apresentaram, aparentemente, eficácia significativa para se alcançar os objetivos pretendidos em relação ao ensino de primeiras letras e a formação profissional, no seu sentido mais amplo.

O reconhecimento dos bons trabalhos desenvolvidos pelo Collégio está presente em vários momentos da documentação analisada, o que nos leva ao seguinte questionamento: se o Collégio estava dando bons resultados, por que então não houve investimento para a sua manutenção? Podemos inferir que havia uma questão de fundo, ou quem sabe político- ideológica, uma vez que faltou maior compromisso e interesse dos gestores públicos e da elite em investir, de fato, na instrução pública de uma maneira geral e, mais especialmente, quando essa instrução destinava-se às classes populares, incluindo aí crianças pobres, desvalidas e/ou abandonadas. Assim, a falta de recursos para a manutenção do Collégio foi fator determinante para o seu precário funcionamento, apesar de proveitoso do ponto de vista pedagógico, e posterior encerramento de suas atividades.

Este estudo nos possibilitou concluir que o Collégio de Educando Artífices da Parahyba do Norte constituiu um importante exemplo da educação profissionalizante paraibana e serviu como parâmetro para a criação no século seguinte das escolas de aprendizes e artífices, que posteriormente deu origem às escolas “Técnicas Federais”.

REFERÊNCIAS

a) Bibliográficas

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa, PB: Universitária/UFPB, 1978. v. II.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.

BASTOS, Maria Helena Câmara. A formação de professores para o ensino mútuo no Brasil. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; CÂMARA, Maria Helena (Orgs). **A escola elementar no século XIX, o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p.240-269

CASTRO, César Augusto. **Infância e trabalho no Maranhão provincial: Uma história da Casa dos Educandos Artífices (1841-1889)**. São Paulo, SP: EdFUNC, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo, SP: UNESP/ Brasília, DF: Flascso, 2000.

CURY, Cláudia Engler. Métodos de ensino e formas de controle sobre o cotidiano escolar na instrução pública da Parahyba do Norte (1834-1864). In: SCOCUGLIA, Afonso Celso; MACHADO, Charliton José dos Santos (Orgs). **Pesquisa e historiografia da educação brasileira**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 41-61. (Coleção Memórias da Educação).

DEL PRIORE, Mary et al. **500 anos de Brasil: história e reflexão**. São Paulo, SP: Scipione, 1999. (Ponto de Apoio).

_____. (Org). **História das crianças no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

EGITO, Philipe Henrique Teixeira do. A instrução feminina na capital da província da Parahyba do Norte: colégio de Nossa Senhora das Neves (1858-1895). In: PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; FERRONATO, Cristiano (Orgs.). **Temas sobre a instrução no Brasil imperial (1822-1889)**, 2008 (no prelo)

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de Farias (Org.). **A infância e sua educação: matérias, práticas e representações: Portugal e Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 5 ed. São Paulo, SP: Cortez, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 27 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. A palmatória era sua vara de condão: práticas escolares na Paraíba (1890-1920). In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Modos de ler, formas de escrever**: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 1998. p. 117-142.

GATTI JÚNIOR, Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. História da Educação, Instituições e Cultura escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. In: GATTI JÚNIOR, Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (Orgs.). **História da educação em perspectiva**: ensino, pesquisa, produção e nossas investigações. Campinas, SP: Autores Associados; Uniberlândia, MG: EDUFU, 2005. p. 71-90. (Coleção memórias da Educação)

GINZBURG, Calo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. Tradução de Federico Carott. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1989.

GONÇALVES, Irlen Antônio; FRARIS FILHO, Luciano Mendes de. História das culturas e das práticas escolares – perspectivas e desafios teórico-metodológicos. In: SOUZA, Rosa Maria de; VALDEMORIN, Vera Teresa (Orgs.). **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. Apoio: Unesp/ FCLAr. p. 31-58. (Coleção educação contemporânea)

GURGEL, Rita Diana de Freitas. **A trajetória da escola de aprendizes artífices de Natal**: República, trabalho e educação (1909-1942). 2007. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**: da Idade Média à época Contemporânea no Ocidente. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre, MG: Artmed, 2004.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. nº 1 ano 1, Campinas, SP: Autores Associados/ Sociedade Brasileira de História da Educação. jan/junho – 2001. s/p

KUHLMANN JR, Moysés. História da Infância: Brasil e modernidade. In: ALMEIDA, Malu (Org.). **Escola e modernidade: saberes instituições e praticas**. Campinas, SP: Alínea, 2004. p. 113-126. (Educação em Debate).

_____. FERNANDES, Rogério. Sobre a História da Infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de Farias (Org.). **A infância e sua educação: matérias, práticas e representações/ Portugal e Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004. p. 15-34.

LEITE, Miriam L. Moreira. A Infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 5 ed. São Paulo, SP: Cortez, 2003. p. 19-52

LIMA, Marileuza Fernandes Correia de. **Da escola de aprendizes e artífices da Parahyba à escola técnica federal da Paraíba: memórias do ensino técnico**, 2 ed. João Pessoa, PB: ETEPB/ Gráfica, 1991.

LONDONO, Fernando Torres. A origem do conceito menor. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo, SP: Contexto, 1991. p. 129-145. (Caminhos da História).

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000. (Coleção História).

LUZ, Itacir Marques. Educação e escravismo: processos de escolarização e alfabetização de trabalhadores negros no Recife oitocentista. In: **Anais do VII congresso Luso-brasileiro de História da Educação: cultura escolar, migrações e cidadania**. Porto – Portugal: SPCE; São Paulo: AnPed, SBHE, 2008. (no prelo)

MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUZA, C.; CATANI, D. (Orgs). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. Congresso Luso Brasileiro de História da Educação, 2ª ES. São Paulo, SP: escrituras, 1998. s/p.

MEDEIROS, Maria do Céu. O trabalho na Paraíba escravista. In: MEDEIROS, Maria do Céu; MENEZES SÁ, Ariane Norma. **O Trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre**. João Pessoa, PB: Universitária/UFPB, 1999. p. 25-100. (Coleção História Temática da Paraíba, v. I).

MELLO, João Batista de. **Evolução do Ensino na Paraíba**. João Pessoa, PB: Imprensa Oficial, 1956. (Coleção Arquivos Paraibanos).

MELLO, José Octávio de Arruda. **A Paraíba das origens a urbanização**. João Pessoa, PB: UFPB/FUNAPE/Universitária- Fundação Casa de José Américo, 1983.

_____. **História da Paraíba**. 9 ed. João Pessoa, PB: A União, 2002.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias**: subsídios para a História da educação no Brasil: 1834-1889. São Paulo, SP: Ed. Nacional, 1939. v. I.

MONARCHA, Carlos (Org.). **Educação da infância brasileira 1875-1983**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção Educação Contemporânea).

OLIVEIRA, Antônio de Almeida. **O ensino público**. Brasília, DF: Senado Federal/ Conselho Editorial, 2003. (Edições do Senado Federal, v. 4).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. 2 ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica. 2004.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002. (Coleção educação Contemporânea).

_____. As “peculiaridade” da instrução pública e particular na província da Parahyba do Norte (1860-1889). In: **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**: processo e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação. Uberlândia, MG: EDUFU, 2006a. p. 1-12 (CD-ROM).

_____. Uma obra civilizatória: instrução e catequização dos índios na Província da Parahyba do Norte (1822-1865). In: **Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação**: a educação e seus sujeitos na historia. Goiana, GO: Editora Vieira e da UCG, 2006b.

_____. A instrução pública e particular na província da Parahyba do Norte (1840-1860). In: **III Congresso Brasileiro de História da Educação**: a educação escolar em perspectiva histórica. Curitiba, PR: PUCPR. 2004. p. 1-12. (CD-ROM).

_____. A instrução na província da Parahyba do Norte e a formação da sociedade brasileira (1821-1834). In: **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História** – historia e multidisciplinaridade: teorias e deslocamentos. São Leopoldo, RS: Unisinas, 2007. p. 1-10. (CD-ROM).

_____. O “Ato Adicional de 1834” e a instrução na província da Parahyba do Norte: momentos de incertezas e inseguranças institucionais (1834-1840). In: **Anais do VII congresso Luso-brasileiro de História da Educação**: cultura escolar, migrações e cidadania. Porto – Portugal: SPCE; São Paulo: AnPed, SBHE, 2008. (no prelo)

RAGO, Luiza Margareth. **Do Cabaré ao Lar**: A Utopia da Cidade disciplinar: Brasil 1890-1930, 3ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1985. (Coleção Estudos Brasileiros) v.90.

RIZZINI, Irma; FONSECA, M. T. **Bibliografia sobre a história da criança no Brasil**. Marília, SP: UNESP, 2001.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 2ª ed. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo, SP: Martins Fontes/ Paidéia, 1999.

SÁ, Ariane Norma Menezes. A transição do Trabalho Escravo para o Livre no Norte Agrário na Segunda Metade do Século XIX. In: MEDEIROS, Maria do Céu; MENEZES SÁ, Ariane Norma. **O trabalho na Paraíba**: das origens à transição para o trabalho livre. João Pessoa, PB: Universitária/UFPB, 1999. p. 101-126. (Coleção História Temática da Paraíba, v. I).

SILVA, Adriana Maria Paula da. **Aprender com perfeição e sem coação**: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte. Brasília, DF: Ed. Plano, 2000.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al (Org.). **Estrutura de poder na Paraíba**. João Pessoa, PB: Universitária/UFPB, 1999. (Coleção História Temática da Paraíba, v. IV)

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas da passagem do Império para a República. In. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, SP: Associação Brasileira de História (ANPUH)/ Humanitas Publicações, v. 19, n. 37, 1999. p. 59-84.

STEARNS, Peter N. **A infância**. Tradução de Mirna Pinsky. São Paulo, SP: Contexto, 2006. (coleção História Mundial).

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987.

VEIGA, Cybthia Greive. Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos. In. FARIA FILHO, Luciano Mendes de Farias (Org.). **A infância e sua educação**: matérias,

práticas e representações/ Portugal e Brasil. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004. p. 35-82

_____; FONSECA, Thais Nivia de Lima. **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autentica. 2003.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Mensagens do Abandono. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 1, n. 4, out. de 2005, p. 30-35.

VIDAL, Diana Gonçalves. Um Caleidoscópio de imagens da infância. In. FARIA FILHO, Luciano Mendes de Farias (Org.). **A infância e sua educação**: matérias, práticas e representações/ Portugal e Brasil. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004. p. 7-11

VILELA, Heloisa. O ensino mútuo na origem da primeira escola norma do Brasil. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; CÂMARA, Maria Helena (Org.). **A escola elementar no século XIX**, o método monitorial/mútuo. Passo Fundo, RS: Ediupf, 1999. p.146-176.

WELER, Flávia Obino Correia. História das instituições escolares: de quem se fala? In. LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados: HSTEDBR; Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Palmas, PR: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2004. p. 13-36. (Coleção Memórias da Educação).

ZOTTRI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil**: dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas, SP: Autores Associados; Brasília, DF: Editora Plano, 2004.

b- Fontes

PARAHYBA DO NORTE, Província da. **Discurso** com que o Presidente da Província da Parahyba do Norte fez á abertura da Sessão ordinaria da Assembléa Provincial no dia 15 de janeiro de 1837. s/l, s/d, 24 p.

_____. **Falla**, com que o Exm. Presidente da Provincia da Parahyba do Norte, o Doutor Joaquim Teixeira Peixoto d'Albuquerque installou 1ª Sessão da 2ª legislatura d'Assembléa Provincial no dia 24 de junho de 1838. s/l, s/d, 24 p.

_____. **Relatorio** apresentado á Assembléa Legislativa Provincial pelo Excellentissimo Presidente da Provincia o Bacharel João Antonio de Vasconcellos em 1º de agosto de 1848. Pernambuco: Typ. Imparcial- por S. Caminha. 1848. 18 p.

_____. Regulamento nº 7 de 6 de dezembro de 1865 In. PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira e CURY, Cláudia Engler (Orgs), **Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no Período Imperial**. São Paulo: INEP/ SBHE, 2004. vol. 2 – CD-ROM.

Manuscritos do Arquivo Público do Estado da Paraíba - FUNESC

Cx. 47. Ano 1865. **Relatório** apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo vice-Presidente da Província o Ex. Sr. Dr. Felisardo Toscano de Britto em 4 de agosto de 1865. Parahyba, Typ. Liberal Parahybana, 1865.

Cx 48. Ano 1866. **Ofício** expedido pelo Diretor do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte em 27 de setembro de 1866. Parahyba, 1866.

Cx 48. Ano 1866. **Ofício** expedido pelo Diretor do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte 7 de outubro de 1866. Parahyba, 1866.

Cx 48. Ano 1866. **Ofício** expedido pelo Diretor do Collégio de Educando Artífices da Parahyba do Norte, destinado ao Vice-Presidente da Província da Parahyba do Norte, Sr. Comendador João José Inocêncio Poggi, em 26 de Outubro de 1866. Parahyba, 1866.

Cx 48. Ano 1866. **Ofício** expedido pelo Diretor do Collégio de Educando Artífices da Parahyba do Norte, destinado ao Vice-Presidente da Província da Parahyba do Norte, Sr. Felisardo Toscano de Britto em 31 de Outubro de 1866. Parahyba, 1866.

Cx 48. Ano 1866. **Ofício** expedido pelo Diretor do Colégio de Educandos e Artífices da Parahyba do Norte em 3 de novembro de 1866. Parahyba, 1866.

Cx 48. Ano 1866. **Ofício** expedido pelo Diretor do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte 9 de novembro de 1866. Parahyba, 1866.

Cx. 55. **Mapa** dos alunos admitidos no Educandos Artífices da Parahyba do Norte, apresentado ao Diretor do Collégio pelo Professor de primeiras letras, Ladislau Peregrino Batista Millo, em 25 de Maio de 1867. Parahyba, 1867.

Cx. 49. **Relatório** do Diretor do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte, Joaquim Victor Pereira, enviado para o vice-Presidente da Província da Parahyba do Norte, o Barão de Maráu, em 31 de Maio de 1867. Parahyba, 1867.

Cx 49. Ano 1867. **Ofício** nº 6191 expedido pelo Diretor do Collégio de Educando Artífices da Parahyba do Norte, destinado ao Diretor da Instrução Pública da Província da Parahyba do Norte Sr. Seraphico de Assis Carvalho, em 6 de dezembro de 1867. Parahyba, 1867.

Cx. 50. Ano 1868. **Ofício** expedido pelo Diretor do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte, destinado ao Presidente da Província da Parahyba do Norte, Sr. Inocêncio Seráfico d'Apriz Carvalho, em 8 de Fevereiro de 1868. Parahyba, 1868.

Cx. 50. Ano 1868. **Ofício** expedido pelo Diretor do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte, para o Presidente da Província da Parahyba do Norte, Sr. Inocêncio Seraphico de Apriz Carvalho em 16 de março de 1868. Parahyba, 1868.

Cx. 50. Ano 1868. **Ofício** expedido pelo Diretor do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte, para o Presidente da Província da Parahyba do Norte, Sr. Inocêncio Seráfico d'Apriz Carvalho em 14 de junho de 1868. Parahyba, 1868.

Cx. 50. Ano 1868. **Ofício** expedido pelo Diretor do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte, para o Presidente da Província da Parahyba do Norte, em 30 de junho de 1868. Parahyba, 1868.

Cx 50. Ano 1868. **Ofício** expedido pelo Diretor do Collégio de Educando Artífices da Parahyba do Norte, destinado ao Vice-Presidente da Província da Parahyba do Norte, Sr. Francisco Pinto Pessoa em 8 de agosto de 1868. Parahyba, 1868.

Cx 50. Ano 1868. **Ofício** expedido pelo Diretor da Instrução Pública da Parahyba do Norte, Sr. Dr. Theodoro de F. Pereira da Silva em 11 de novembro de 1868. Parahyba, 1868.

Cx 50. Ano 1868. **Termo de Contrato** elaborado pelo Conselho Administrativo do Collégio de Educandos e Artífices da Parahyba do Norte para a compra dos gêneros alimentícios do referido Collégio, em 12 de dezembro de 1868. Parahyba, 1868.

Cx 52. Ano 1869. **Ofício** Nº 203, expedido pelo Presidente da Província em 14 de janeiro de 1869 para o Diretor da Instrução Publica da Província. Parahyba, 1869.

Cx 52. Ano 1869. **Ofício** expedido pelo Diretor da Instrução Pública da Parahyba do Norte, Sr. Dr. Theodoro de F. Pereira da Silva em 11 de fevereiro de 1869. Parahyba, 1869.

Cx 52. Ano 1869. **Exposição** com que o Presidente da Província Dr. Theodoro Machado Freire Pereira da Silva, passou a administração da Província da Parahyba do Norte ao 2º Vice-Presidente Padre Francisco Pinto Pessoa em 9 de abril de 1869. Parahyba, 1869.

Cx. 54. Ano 1870. **Ofício** expedido pelo Diretor do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte, destinado ao Presidente da Província da Parahyba do Norte, Sr. Venâncio José de Oliveira Lisboa, em 21 de março de 1870. Parahyba, 1869.

Cx. 52. Ano 1870. **Balancete** da receita e das despesas da Província da Parahyba do Norte do ano de 1869 emitido em 14 de janeiro de 1870. Parahyba, 1870.

Cx. 54. Ano 1870. **Ofício** expedido pelo Diretor do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte, Antonio de Souza Govêa, destinado ao Presidente da Província da Parahyba do Norte, Venâncio José de Oliveira Lisboa, em 21 de março de 1870. Parahyba, 1870.

Cx. 54. Ano 1870. **Ofício** expedido pelo Diretor do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte, destinado ao Presidente da Província da Parahyba do Norte, Sr. Venâncio José de Oliveira Lisboa, em 2 de julho de 1870. Parahyba, 1870.

Cx. 54. Ano 1870. **Ofício** expedido pelo Diretor do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte, destinado ao Presidente da Província da Parahyba do Norte, Exmo. Sr. Senador Frederico d'Almeida e Albuquerque em 3 de dezembro de 1870. Parahyba, 1870.

Cx. 54. Ano 1870. **Ofício** expedido pelo Presidente da Província da Parahyba do Norte, Exmo. Sr. Senador Frederico d'Almeida e Albuquerque em 17 de dezembro de 1870. Parahyba, 1870.

Cx. 54. Ano 1870. **Ofício** expedido pelo Diretor do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte, destinado ao Presidente da Província da Parahyba do Norte, Exmo. Sr. Senador Frederico d'Almeida e Albuquerque em 31 de dezembro de 1870. Parahyba, 1870.

Cx. 56. Ano 1871. **Ofício** expedido pelo Diretor do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte, destinado ao Diretor da Instrução Pública da Parahyba do Norte, em 27 de janeiro de 1871. Parahyba, 1871.

Cx. 56. Ano 1871. **Ofício** expedido pelo Diretor do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte, destinado ao vice-Presidente da Província da Parahyba do Norte, Exmo. Sr. Dr. José Evaristo da Cruz Gouveia, em 9 de outubro de 1871. Parahyba, 1871.

Cx. 60. Ano 1872. **Ofício** expedido pelo Diretor do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte, destinado ao Presidente da Província da Parahyba do Norte, Exmo. Sr. Senador Frederico d'Almeida e Albuquerque em 19 de janeiro de 1872. Parahyba, 1872.

Cx. 60. Ano 1872. **Ofício** expedido pelo Diretor do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte, destinado ao Presidente da Província da Parahyba do Norte, Exmo. Sr. Senador Frederico d'Almeida e Albuquerque em 11 de março de 1872. Parahyba, 1872.

Cx. 60. Ano 1872. **Ofício** expedido pelo Diretor do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte, destinado ao Presidente da Província da Parahyba do Norte, Exmo. Sr. Senador Frederico d'Almeida e Albuquerque em 20 de Abril de 1872. Parahyba, 1872.

Cx.60. Ano 1873. **Relatório** expedido pelo Diretor do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte, Sr. Antonio de Souza Govêa destinado ao Presidente da Província da Parahyba do Norte, Ilmo. Exmo. Sr. Dr. Francisco Teixeira de Sá, em 31 de julho de 1873. Parahyba, 1873.

Cx. 60. Ano 1874. **Ofício** expedido pelo Diretor do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte, destinado ao Presidente da Província da Parahyba do Norte, Exmo. Sr. Dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, em 14 de fevereiro de 1874. Parahyba, 1874.

Cx. 60. Ano 1874. **Ofício** expedido pelo Diretor do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte, destinado ao Presidente da Província da Parahyba do Norte, Exmo. Sr. Dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, em 28 de fevereiro de 1874. Parahyba, 1874.